

Estudo Técnico Preliminar 23/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000332/2020-71

2. Descrição da necessidade

Ar-condicionado (manutenção),

Continuidade da prestação de serviço do Contrato 18/2016 constante do Processo SEI nº (00059.000706/2015-91) a iniciar-se em 28/2/2021.

Objeto da Contratação:

- Empresa especializada para prestação dos serviços continuados de operação, manutenção e assistência técnica dos equipamentos e instalações de ar-condicionado, refrigeração, prevenção, detecção e combate a incêndio, bem como de automação predial com fornecimento de mão-de-obra, peças, equipamentos, ferramentas e materiais nas diversas edificações ocupadas pela Presidência da República. em Brasília-DF.

Justificativa da necessidade:

- Garantir o pleno funcionamento das instalações prediais viabilizando suas ocupações para os fins a que se destinam.
- Garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos, centrais de informática, telefonia e câmaras frias que exigem temperaturas constantes de trabalho, sob pena de grandes prejuízos nas comunicações de governo e danos irreparáveis nesses equipamentos, bem como evitar perdas de estoques nos equipamentos de refrigeração.
- Garantir a segurança e conforto daqueles que trabalham nas edificações mantendo-se, diariamente, a temperatura recomendada para os diferentes ambientes de trabalho.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COENGE/DIENP/SA/SG/PR	Anderson Dias Goddard (Coordenador Geral de Engenharia)

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Relativamente à habilitação da Contratada, tem-se os seguintes requisitos:

- Certidão de Registro da empresa no CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo obrigatoriamente, o registro do responsável técnico da área de Engenharia Mecânica;
- Atestados de Capacidade Técnica-Operacional, comprovando que a empresa tenha executado, satisfatoriamente, para órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta, Federal, Municipal ou do Distrito Federal. ou ainda, para empresas privadas, serviço de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com o objeto da presente licitação. por período não inferior a três anos, ficando definidas como parcelas relevantes a serem comprovadas: Manutenção de sistema VRF, com potência de 320 TR e Manutenção de sistema de ar-condicionado dotado de unidades resfriadoras com compressores alternativos tipo "chiller" parafuso, com potência de 100 TR;
- Atestados de Capacidade Técnica, registrados no CREA, que comprovem que o Responsável Técnico da Licitante - Engenheiro Mecânico, tenha experiência em serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, ficando definidas como parcelas relevantes a serem comprovadas: manutenção de sistema VRF, manutenção de sistema de ar-condicionado dotado de unidades resfriadoras com compressores alternativos tipo "chiller" parafuso e manutenção em sistema de detecção, prevenção e combate a incêndio;
- Instalação de escritório no DF.

Relativamente às obrigações legais, os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- Às normas e especificações constantes deste Edital;
- Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial:
 - NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
 - NBR 16401-1 – Projeto das Instalações;
 - NBR 16401-2 – Parâmetros de Conforto Térmico;
 - NBR 16401-3 – Qualidade do Ar Interior;
 - NBR 13971 – Manutenção programada
- Às disposições legais federais, e distritais pertinentes;
- Regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;
- Às normas técnicas específicas, se houver;
- Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- À Portaria MARE nº 2.296/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos, de Construção e de Manutenção;
- Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
 - NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
 - NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
 - NR-23: Proteção Contra Incêndios; e Outras normas correlatas.
- À Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);
- À Portaria nº 3523/GM do Ministério da Saúde, de 28 de agosto de 1998, bem como o preenchimento do PMOC, de acordo com as necessidades dos equipamentos;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

Relativamente às categorias profissionais, tem-se os seguintes requisitos:

- ENGENHEIRO MECÂNICO - experiência nos serviços de sistema VRF, prevenção, detecção e combate a incêndio comprovados em atestados registrados no CREA;
- ENGENHEIRO MECATRÔNICO - experiência em sistemas de automação comprovados em atestados registrados no CREA;
- ENCARREGADO ELETROMECHANICO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência, registrados em carteira de trabalho, em manutenção de equipamentos de sistema VRF. Comprovar também, curso profissionalizante na área;
- ENCARREGADO ELETROELETRÔNICO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência, registrados em carteira de trabalho, em manutenção de equipamentos de refrigeração e sistema VRF. Comprovar também, curso profissionalizante na área;
- ENCARREGADO ELETROTÉCNICO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência, registrados em carteira de trabalho, em manutenção de equipamentos de refrigeração e sistema VRF, bem como sistemas de detecção e combate a incêndio, simultânea ou isoladamente, comprovados em carteira de trabalho. Comprovar também, curso profissionalizante na área;
- BOMBEIRO HIDRÁULICO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência, registrada em carteira de trabalho, em manutenção de sistemas de detecção e combate a incêndio;
- MECÂNICO ELETRICISTA - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência em refrigeração e central de ar-condicionado, registrados em carteira. Comprovar também, curso profissionalizante na área;
- MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência em refrigeração e ar-condicionado central, registrados em carteira. Possuir curso profissionalizante na área, comprovado mediante a apresentação de certificado;
- OPERADOR DE CENTRAL DE AR-CONDICIONADO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência em centrais de ar-condicionado, comprovados em carteira de trabalho;
- OPERADOR DE CENTRAL DE AUTOMAÇÃO - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e conhecimento básico de informática;
- ELETRICISTA - ensino médio completo/curso técnico profissionalizante e experiência em manutenção de centrais de ar-condicionado, VRF, sistemas de detecção e combate a incêndio, simultânea ou isoladamente, comprovados em carteira de trabalho;
- AJUDANTE - ensino fundamental completo e experiência, comprovada em carteira, em manutenção de centrais de ar-condicionado, refrigeração e sistemas de detecção e combate a incêndio, simultânea ou isoladamente.

Relativamente à carga horária das categorias profissionais, tem-se as seguintes necessidades específicas:

- um operador de central de ar-condicionado, 24 horas, escala 12 x 36 horas;
- disponibilidade da equipe para atendimento fora dos horários estabelecidos, sempre que solicitado;

Relativamente aos encargos trabalhistas:

- a CONTRATADA pagará adicional de periculosidade a todos os seus empregados, conforme o Enunciado 361/98 do TST e Laudo de Avaliação Ambiental 02/13-DIGEP bem como Laudo 01/2018 (2290804) e Despacho COSAU-ADM /COSAU/DIGEP/SA (2290806), por se tratar de atividades executadas em instalações integrantes dos sistemas elétricos de potência das edificações da Presidência da República, ainda que, para alguns, se dê de forma intermitente.

5. Levantamento de Mercado

A contratação busca a manutenção do sistema de ar condicionado por meio de mão de obra exclusiva. Uma solução alternativa seria a contratação sob demanda. No entanto, este sistema tem fracassado na tempestividade quanto ao atendimento. Outro ponto refere-se à dificuldade de padronização e medição da qualidade, devido a alta rotatividade dos profissionais prestadores de serviço.

O objeto não possui grande complexidade técnica, sendo que serviços de manutenção de ar condicionado são comuns no mercado especializado.

Para subsidiar a presente contratação, foi considerada a seguinte contratação similar:

- Pregão Eletrônico nº 92/2018 do Tribunal de Contas da União (2003570)

6. Descrição da solução como um todo

Para a obtenção plena dos resultados pretendidos pela Administração, a contratada deverá:

- Realizar as operações de manutenção por meio de profissionais de manutenção competentes, treinados e vinculados à empresa, providos de instruções necessárias para realizar de forma segura as operações de requeridas, e deve garantir que os profissionais possuam todas as ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços.
- Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da Presidência da República, devidamente uniformizado, identificado por crachá e providos dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, conforme normas, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da Presidência da República;
- Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Presidência da República, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a Presidência da República, cabendo-lhe todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
- Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da Presidência da República.
- Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade.
- Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes
- Implementar de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem e funcionamento todas as instalações, equipamentos e dependências da Presidência da República.
- Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
 1. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
 2. substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 3. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica), água e papel;
 4. treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
 5. reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias;

- Cumprir com as rotinas de manutenção e cuidados recomendados por normas técnicas, órgãos reguladores e Fabricantes dos sistemas e equipamentos;
- Manter representação no Distrito Federal com estrutura de pessoal e preposto para a administração e logística necessária ao cumprimento das obrigações;
- Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 04/06/2010.

A Contratada deverá ainda, obedecer aos seguintes critérios de medição dos seus resultados:

Instrumento de Medição de Resultado - IMR					
Indicadores	Descrição/Finalidade	Meta a cumprir	Instrumento de medição	Periodicidade	Pontos perdidos = descumprimento da meta
Prazo na execução do serviço	A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da lista com todas Ordens de Serviços, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos de ar-condicionado, refrigeração, prevenção, detecção e combate a incêndio, bem como de automação predial, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização	Executar o serviço dentro do prazo estipulado	Constatação de Ordens de Serviços executadas fora do prazo estabelecido através de relatório fornecido pela Central de Serviços	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Prazo na execução do serviço	Quando a solicitação de serviço ou o sinistro ocorrer após as dezessete horas, a CONTRATADA deverá, no mínimo, eliminar os efeitos danosos; se, porém, o problema acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de quaisquer sistemas prediais, as providências de solução deverão ser iniciadas de pronto	Iniciar a execução dos serviços até o retorno da operacionalidade dos sistemas prediais envolvidos	Constatação de não inicialização dos serviços pela Fiscalização do Contrato através de anotação na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Prazo na execução do serviço	Em situações de urgências ou emergências, a CONTRATADA deverá cumprir o prazo que o Fiscal do Contrato determinar, ainda que implique em trabalhos noturnos, fora do expediente, fins de semana e feriados, sem despesa adicional para CONTRATANTE	Executar o serviço dentro do prazo estipulado	Constatação de execução fora do prazo pela Fiscalização do Contrato através de anotação na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	Em se tratando de manutenção de equipamento das instalações mecânicas, caso a CONTRATADA constatare que seus reparos serão superiores aos 3 (três) dias úteis, deverá a CONTRATADA propor e aplicar solução técnica viável, uma vez	Substituir os equipamentos e as instalações elétricas afins em caso de constatação de	Constatação de não substituição dos equipamentos e das instalações elétricas afins pela Fiscalização do	Mensal	

	aceita pela Fiscalização do Contrato, enquanto durar o conserto e retorno do equipamento que apresentou problemas ou a compra de um novo	reparo for superior aos 3 (três) dias úteis	Contrato através de anotação na Ordem de Serviço		1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	A CONTRATADA deverá promover todas medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, dentre outros necessários aos serviços descritos na Planilha de cotação (2320559) deste Termo de Referência, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.	A CONTRATADA deve fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários fiscalizando a utilização por todos os funcionários	Constatação de não utilização dos equipamentos de proteção individuais – EPI's pela Fiscalização do Contrato e registro na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: As normas e especificações constantes neste Termo de Referência; As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; As disposições legais da União; As disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal; As normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema; As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos; As normas internacionais, em caso de falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas	Execução dos serviços obedecendo rigorosamente as normas e especificações listadas neste Termo de Referência	Constatação de execução dos serviços fora das normas e especificações listadas neste Termo de Referência através de anotação na Ordem de Serviço pela Fiscalização do Contrato	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	A CONTRATADA deve disponibilizar 1 (um) veículo para locomoção e seu combustível, em boas condições gerais, com manutenção em dia e bom aspecto de conservação e aparência, exclusivamente, para atender ao objeto deste Termo de Referência no transporte de seus empregados, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as diferentes frentes de trabalho nas edificações da CONTRATANTE e imóveis residenciais funcionais, bem como recolhê-los de volta à sede da Engenharia ao término das tarefas.	A CONTRATADA deverá manter o veículo, diariamente, em perfeitas condições de uso e pronto para o transporte de seus empregados para as frentes de trabalho	Constatação, pela Fiscalização do Contrato e registro na Ordem de Serviço, de indisponibilidade do veículo impedindo ou atrasando por mais de uma hora o deslocamento dos funcionários para as frentes de trabalho	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
	A CONTRATADA deverá substituir qualquer empregado no caso de qualquer tipo de falta, ausência, audiência legal, treinamentos, cursos,	Manter todos os postos de trabalhos	Constatação de não cobertura os postos de trabalhos cobertos conforme		1 ponto por ocorrência

Procedimentos administrativos	licenças, férias ou qualquer outra situação, mantendo, diariamente, todo efetivo, posto de trabalho, contratado	cobertos conforme Termo de Referência	Termo de Referência pela Fiscalização do Contrato	Mensal	limitado a 5 pontos por mês
Procedimentos administrativos	Efetuar os pagamentos em dias dos vencimentos, auxílios-transporte e refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas acordadas	Efetuar os pagamentos nas datas acordadas	Constatação de pagamentos fora dos prazos acordados pela Fiscalização do Contrato	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades de categorias profissionais necessárias foram calculadas na atual demanda, conforme consta do Processo SEI nº (00059.000706/2015-91).

O cálculo do quantitativo de de profissionais considerou a quantidade/especificação das instalações existentes e as rotinas /periodicidade de manutenção necessárias nessas instalações.

Na elaboração do Termo de Referência, deverá ser considerada eventuais atualizações das instalações, bem como melhorias nas rotinas de manutenção. Deverá ainda ser feita uma análise detalhada da atual qualidade/tempestividade do atendimento das Ordens de Serviços. Tais aspectos impactarão no redimensionamento dos quantitativos adotados.

Os cálculos, subsidiados pela atual execução contratual, chegaram aos seguintes quantitativos:

Detalhamento dos postos de trabalho								
Item	Posto de Trabalho	Tipo de Jornada de Trabalho	Período	QTD.	Ocupantes por Posto	QTD.	Sindicato / Acordo Coletivo de Referência	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
	categoria de trabalho			Postos		Profissionais		
1	Ajudante	44 horas semanais	Diurno	15	1	15	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9112-05
2	Almoxarife	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	4141-05
3	Auxiliar Administrativo	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	4141-05
4	Bombeiro Hidráulico	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	7241-10
5	Eletricista	44 horas semanais	Diurno	4	1	4	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9511-05
6	Encarregado Eletroeletrônico	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9501-05
							SINDISER	

7	Encarregado Eletromecânico	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9501-05
8	Encarregado Geral	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9501-05
9	Engenheiro Mecânico	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SENGE-SINDUSCON CCT 2019-2021	2144-05
10	Engenheiro mecânico (controle e automação)	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SENGE-SINDUSCON CCT 2019-2021	2021-05
11	Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	44 horas semanais	Diurno	8	1	8	SINTEC-DF/SEAC-DF 2019/2020	9112-05
12	Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	SINDISER VIÇOS-DF/SEAC-DF CCT-2020/2020	9541-20
13	Motorista	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	STICMB/DF CCT2020/2021	7823-10
14	Operador de central ar-condicionado	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	STICMB/DF CCT2020/2021	8625-15

	nado - expediente						/2021	
15	Operador de ar-condicionado - plantão diurno	Escala 12 x36	Diurno	2	2	4	STICMB/DF CCT2020 /2021	8625-15
16	Operador de ar-condicionado - plantão noturno	Escala 12 x36	Noturno	2	2	4	STICMB/DF CCT2020 /2021	8625-15
17	Operador de central de automação	Escala 12 x36	Diurno	2	1	2	STICMB/DF CCT2020 /2021	8625-15
18	Técnico em Eletrônica	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	SINTEC-DF/SEAC-DF 2019/2020	3132-05
Total de postos				47	Total de trabalhadores	51		

Sistema de ar-condicionado do Palácio do Planalto

Sistema de Ar condicionado do tipo expansão direta, condensação a ar Split System tipo VRF gás ecológico R410A.,fabricante LG, condensadores remotos multi-zones microprocessados, compressores inverter e unidades evaporadoras do tipo cassette, HiWall, monitorados e controlados por sistema de automação, totalizando 1.080,76 TR;

Rede frigorígena para operar com fluido refrigerante R 410-A para sistema VRF:

Rede de distribuição de ar, com dutos TDC dotados de difusores, grelhas, venezianas, filtros e dumpers controladores de vazão;

Rede de drenagem;

Pré resfriamento do ar exterior com processo termodinâmico de filtragem através de unidades resfriadoras evaporativas adiabáticas;

Gerenciamento operacional automático do tipo inteligente;

Umidificadores e desumidificadores Compactos de Ambiente;

Sistema de ar condicionado do tipo expansão direta “Self Contained” para grandes salões;

Sistema de Ventilação e Exaustão Mecânica com capacidade de 443.752 m³/h, para garagens;

Quadros elétricos para alimentação, comando e controle dos equipamentos;

Instalações elétricas de força e comando dos equipamentos.

Evaporadoras do Palácio do Planalto		Condensadoras do Palácio do Planalto	
Pavimento	Quant.	Casa de Máquinas	Quant.
2º subsolo - garagem	34	Leste	48
1º Subsolo - garagem	23	Oeste	50
Térreo	18	-	-
2º andar	95	-	-
3º andar	132	-	-
4º andar	244	-	-
Total	651	Total	98

Sistema de ar-condicionado central dos Anexos do Palácio do Planalto

Item	Discriminação	Quant.
1	Resfriadora de líquidos com compressor parafuso. tipo chiller marca CARRIER, 300TR	1
2	Resfriadora de líquidos com compressor parafuso. tipo chiller marca CARRIER. 310TR	1
3	Resfriadora de líquidos com compressor centrífugo, tipo chiller marca CARRIER, 350TR	1
4	Torre de arrefecimento, marca ALPINA	3
5	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 1 TR	21
6	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 2 TR	53
7	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 4 TR	41
8	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL. de 6 TR	7

9	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 8 TR	10
10	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 10 TR	32
11	Condicionadora de ar tipo PAN-COIL, de 12 TR	2
12	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 15 TR	1
13	Ar condicionado tipo SELF-CONTAINED, de 22,5 TR	2
14	Ar condicionado tipo SELF-CONTAINED, de 10 TR	2
15	Bomba hidráulica de água gelada, marca KSB, modelo ETA 100/33, com motor de 40 CV	4
16	Bomba hidráulica de condensação, marca KSB, modelo 10123/26, com motor de 20 CV	4
17	Mesa centro de comando a distância dos fancoil	1
Total		186

Sistema de climatização da Secretaria de Segurança Presidencial (complexo Via N2)

Sistema de ar condicionado do tipo VRF que utiliza gás refrigerante ecológico R410A. A instalação é composta por aparelhos de fabricação LG, modelo Multi V Plus 11.

Relação de Evaporadoras		
Localidade	Sistema	Quant
Térreo	COM-03	17
Térreo	COM-04	16
1º Pavimento	COM-01	7
1º Pavimento	COM-02	8
1º Pavimento	COM-05	18

Total	66
-------	----

Relação de Condensadoras		
Sistema	Modelo	Quant
COM-1	Multi V Plus II	1
COM-1	Multi V Plus II	1
COM-1	Multi V Plus II	1
COM-2	Multi V Plus II	1
COM-2	Multi V Plus II	1
COM-2	Multi V Plus II	1
COM-3	Multi V Plus II	1
COM-3	Multi V Plus II	1
COM-4	Multi V Plus II	1
COM-4	Multi V Plus II	1
COM-5	Multi V Plus II	1
COM-5	Multi V Plus II	1
Total		12

Sistema de ar-condicionado central do Palácio da Alvorada

Item	Descrição	Quant.
1	Resfriadora de líquidos com compressor scroll tipo chiller marca CARRIER, 150TR, condensação a água	2

2	Ar condicionado tipo SELF-CONTAINED 15TR	1
3	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 25 TR	1
4	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 20 TR	1
5	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 12 TR	1
6	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 10 TR	1
7	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 8 TR	2
8	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 25.000 btu	7
9	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 24.000 btu	10
10	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 20.000 btu	19
11	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 18.000 btu	4
12	Condicionadora de ar tipo FAN-COIL, de 12.000 btu	4
13	Bomba com motor 10,0 HP - 220/380V	2
14	Quadro elétrico	1
15	Fancolete de ambiente	24
Total		80

Split diversos

Item	Descrição	Quant.
1	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 7.000	6
2	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 8.000	1

3	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 9.000	15
4	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 10.000	17
5	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 12.000	62
6	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 18.000	36
7	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 21.000	1
8	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 24.000	85
9	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 30.000	10
10	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 36.000	28
11	Condicionadora de ar tipo SPLIT, de 42.000	1
Total		262

Câmaras frigoríficas

Item	Descrição	Quant.
1	Palácio do Planalto	5
2	Palácio da Alvorada	4
3	Granja do Torto	2
4	Palácio do Jaburu	2
Total		13

Diversos

Item	Descrição	Quant.

1	Aquecedores a gás	15
2	Ar-condicionado de parede/teto	65
3	Ar-condicionado portátil	6
4	Máquina de fabricar gelo	13
5	Balcão frigorífico	10
6	Bebedouro de garrafão	200
7	Freezer	30
8	Refrigerador e frigobar	201
9	Rede de dutos	18.000 m

Sistema de detecção, prevenção e combate a incêndio

Sistema de fabricação Ezalphamv, composto de centrais de detecção e alarme de incêndio até 20 laços supervisionando os dispositivos de campo detectores de fumaça, detectores termovelocímetros, módulos monitores e sirenes, detectores de gás e lineares, sistema de aspiração Vesda e de gás FM 200 em até 4 ambientes, sistema hidráulico, bombas, quadros de comando, hidrantes. etc.

Sistema de automação e supervisão predial- Palácio do Planalto

Sistema composto de hardwares e painéis interligados por fibra ótica 4FO, todos com IP 10.0.0, com duas vias de comunicação formando um anel. Todos os hardwares possuem porta ethernet nativa conectados ao switch CONNEXIUM existente em seus painéis e são por esses switches que os painéis se interconectam por meio da fibra ótica.

Rotinas de manutenção:

Diariamente

Centrais de Ar-Condicionado e Centrífugas:

Operar o equipamento conforme orientação do fabricante;

Verificar e registrar a pressão de entrada e saída de água gelada;

Verificar e registrar a pressão de entrada e saída de água na torre;

Verificar e registrar a pressão de entrada e saída de água de condensação do gás refrigerante;

Verificar e registrar a pressão do tanque do gás refrigerante (com compressor purga funcionando);

Verificar e registrar a pressão e alimentação do circuito pneumático;

Verificar e registrar a pressão e alimentação do controle pneumático;

Verificar e registrar a temperatura de entrada e saída de água gelada;

Verificar e registrar a temperatura de entrada e saída de água na torre; e

Verificar e registrar a temperatura de condensação do gás refrigerante.

Semanalmente

Centrais de ar condicionado - Centrífugas

Drenar a água do condensador de purga;

Fazer os testes de vazamento;

Inspecionar todos os componentes elétricos; e

Verificar termômetros e manômetros.

Quinzenalmente

Centrais de ar condicionado - Torres

Verificar o nível de água;

Verificar esguichos;

Verificar boia;

Verificar redutor de velocidade;

Verificar dreno;

Verificar vazamentos;

Verificar chave boia;

Verificar sistema de alimentação;

Verificar temperatura de entrada e saída de água da torre; e

Limpar a casa de máquinas.

Mensalmente

Central de incêndio

Testar os dispositivos de sinalização da central de incêndio;

Verificar status, valor analógico dos sensores dos laços;

Verificar erros, impressão e exclusão dos alarmes e gerar relatórios de atividades do sistema;

Verificar e corrigir a alimentação elétrica do painel de comando;e,

Fazer backup dos dados da central.

Deteção e alarme de incêndio

Verificar as indicações, chaves e comandos da central quanto ao aspecto e condições de operação;

Verificar visualmente todos os equipamentos (central + campo) como cabos de acionamento, acionadores manuais, alarmes sonoros, detectores e condutores elétricos localizando eventual mau contato nos fios e terminais;

Verificar a existência (central + campo) de acúmulo de sujeira ou corpos estranhos, vestígios de corrosão e eventuais danos mecânicos;

Verificar eventuais anormalidades realizando testes de funcionamento nos atuadores e sensores;

Verificar a atuação de indicadores sonoros e visuais e ajustar quando necessário;

Verificar os periféricos e sensores e ajustar;e,

Limpar, medir e aferir todos os detectores observando o status e valor de referência conforme especificações do fabricante;

Centrais de ar condicionado

Torres

Verificar estado de conservação;

Verificar passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;

Verificar equipamentos de transmissão dos ventiladores;

Verificar corrosão nas partes metálicas (tubos hidráulicos);

Verificar nível de óleo da caixa de redução;

Verificar e lubrificar os rolamentos do eixo do ventilador;

Verificar e lubrificar os rolamentos do motor;

Verificar ruídos do eixo do ventilador (rolamentos);

Verificar ruídos do motor (rolamentos);

Verificar estado dos enchimentos da torre;

Verificar tratamento da água de condensação e circulação;

Verificar vazamentos; e

Efetuar limpeza geral.

Bombas

Verificar nível de óleo;

Verificar rolamentos;

Verificar regulagens das gaxetas das bombas;

Verificar alinhamento das bombas e motores (acoplamento);

Verificar vazamentos;

Verificar mangotes;

Verificar fixação;

Verificar drenos;

Verificar e registrar amperagens dos motores; e

Verificar e registrar tensões dos motores.

"Chiller"

Verificar tubulações hidráulicas e isolamento da água gelada;

Verificar nível de óleo dos compressores;

Verificar funcionamento dos controles;

Verificar sistema de umidificação;

Verificar drenos de água condensada;

Verificar quadros elétricos, quadro geral e painel do comando à distância;

Verificar chaves seccionadoras;

Verificar e registrar pressões e temperaturas;

Verificar pressão de entrada e saída de água gelada e de condensação;

Verificar e registrar tensão de alimentação de energia elétrica nas três fases;

Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis do quadro elétrico;

Verificar comando, quadro de distribuição e painel de controle;

Verificar oxidação das partes metálicas, e sua recuperação, limpeza e pintura;

Verificar dispositivos de controle e proteção dos circuitos elétricos;

Verificar funcionamento dos termostatos e sensores eletrônicos;

Verificar funcionamento correto dos equipamentos;

Verificar medição do isolamento dos motores (resistência ôhmica);

Verificar ruídos e vibrações;

Realizar testes de vazamento nas conexões e tubulações de gás refrigerante;

Executar a limpeza externa dos condicionadores; e

Executar a limpeza da Casa de Maquina.

"Self-Contained"

Verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis;

Verificar mangotes e braçadeiras internas e externas das linhas de água;

Verificar vazamentos de água;

Verificar ruídos e vibrações das polias dos ventiladores;

Verificar o estado e corrigir o tensão das correias dos ventiladores;

Verificar e trocar graxas dos rolamentos não blindados dos ventiladores;

Verificar reaperto dos parafusos dos mancais e suportes;

Medir o isolamento dos motores (resistência ôhmica);

Verificar alinhamento dos motores e ventiladores;

Verificar rolamentos e mancais;

Verificar lubrificação dos equipamentos;

Verificar funcionamento dos termostatos, pressostatos e sensores eletrônicos;

Verificar e executar medição da temperatura de bulbo seco no retorno e no insuflamento;

Verificar quadro elétrico referente ao superaquecimento de partes;

Verificar reaperto das ligações e dos fusíveis;

Verificar chaves seccionadoras;

Verificar e registrar as pressões de funcionamento dos ciclos frigorígenos;

Verificar nível de óleo nos compressores;

Verificar vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante;

Verificar oxidação das partes metálicas;

Verificar medição das vazões de ar;

Verificar ruídos e vibrações;

Retocar a pintura, recuperar os revestimentos protetores e, se necessário, pintar o equipamento de forma a manter o aspecto físico, preservando o estado original;

Executar limpeza externa e interna dos condicionadores;

Limpar filtros de ar e trocar, se necessário;

Limpar bandejas de água condensada dos condicionadores;

Limpar conexões, suportes, fixação dos condutores, cabos e barramentos de instalação elétrica e acessórios;

Limpar ralos das salas de máquinas, colocar corretamente as mangueiras de drenagem e arrumar o ambiente; e,

Limpar grelhas de retorno.

Fancolete

Verificar estado de conservação;

Verificar tensão e estado das correias;

Verificar existência de ruídos anormais, folgas, arruelas de fixação;

Verificar estado dos acoplamentos;

Verificar ruídos e vibrações anormais;

Verificar polias, conferindo o alinhamento;

Verificar fixação dos motores, reaperto de seus parafusos;

Verificar existência de folgas nas carcaças dos motores e ventiladores;

Verificar funcionamento do dreno da bandeja e executar a limpeza;

Verificar funcionamento do sistema de intertravamento;

Verificar fixação das aletas das ventoinhas dos ventiladores;

Verificar funcionamento da chave de fluxo de ar;

Verificar serpentinas quanto à existência de vazamentos;

Verificar fechos e parafusos das tampas;

Verificar temperatura do ambiente;

Executar limpeza geral;

Limpar filtros de ar e trocar, se necessário; e,

Limpar bandeja coletora de água condensada.

“Split System”

Verificar o funcionamento dos aparelhos;

Executar desobstrução do dreno de água condensada;

Verificar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos;

Inspecionar o funcionamento do termostato;

Realizar teste de todos os componentes elétricos ou mecânicos;

Realizar medições de correntes e tensões dos motores;

Verificar as correias e polias;

Limpar os filtros de ar e trocar, se necessário; e,

Limpar a área externa do gabinete.

Fancoil

Verificar estado de conservação;

Verificar tensão e estado das correias;

Verificar existência de ruídos anormais, folgas e arruelas de fixação;

Verificar estado dos acoplamentos;

Verificar ruídos e vibrações anormais;

Verificar polias, conferindo o alinhamento;

Verificar fixação dos motores e reapertar parafusos;

Verificar existência de folgas na carcaça dos motores e ventiladores;

Verificar funcionamento do dreno da bandeja e executar a limpeza;

Verificar fixação e o estado de conservação das resistências de umidificação;

Verificar funcionamento da boia de alimentação de água para umidificação;

Verificar existência de vazamentos de água no circuito de umidificação;

Verificar funcionamento das válvulas de três vias;

Verificar funcionamento do sistema de intertravamento;

Verificar fixação das aletas das ventoinhas dos ventiladores;

Verificar funcionamento da chave de fluxo de ar;

Verificar termostatos e manômetros de água;

Verificar pressões de entrada e saída;

Verificar serpentinas quanto à existência de vazamentos;

Verificar umidade dos ambientes;

Verificar temperatura de entrada e saída de água;

Verificar fechos e parafusos das tampas;

Verificar temperatura do ambiente;

Executar limpeza geral;

Limpar filtros de água e trocá-los, se necessário;

Limpar bandeja coletora de água condensada;

Limpar caixa d'água de umidificação; e,

Limpar casas de máquinas.

Exaustores

Verificar estado de conservação;

Verificar existência de ruídos anormais, folgas, arruelas de fixação;

Verificar estado dos acoplamentos;

Verificar existência de vibrações; e,

Executar limpeza geral.

Quadros elétricos das salas de fancoil

Verificar chave e disjuntores;

Verificar contatores;

Verificar e reapertar terminais; conexões, parafusos;

Verificar chave de comando;

Verificar relés de sobrecarga;

Verificar flow switch;

Verificar lâmpadas piloto e trocar se necessário;

Verificar e registrar tensão e amperagem; e,

Limpar contatos das chaves e disjuntores.

Centrífugas

Limpar o filtro de água gelada;

Limpar o condensador de purga;

Verificar carga de óleo e válvula de boia;

Verificar o óleo no compressor de purga;

Verificar válvula solenoide;

Verificar o funcionamento do compressor;

Verificar válvula termostática;

Verificar o painel de controle;

Inspecionar registros, flow switches, válvulas de retenção, gaxetas e suportes;

Limpar drenos e filtros; e,

Ajustar os componentes elétricos.

Condicionadores de ar, tipo janela

Limpar o painel frontal;

Limpar o filtro de ar e trocar, se necessário;

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Limpar e desobstruir a bandeja de dreno;

Verificar atuação da chave seletora; e,

Verificar atuação do termostato.

Bebedouros

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Limpar o sistema de drenagem d'água;

Conferir e regular o termostato;

limpar o condensador;

Verificar vazamentos;

Trocar cartucho do filtro, se necessário; e,

Verificar focos de oxidação.

Geladeiras e “Freezers”

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Conferir regulagem do termostato;

Limpar o sistema de drenagem d'água;

Verificar e limpar o condensador;

Verificar e corrigir espaço para circulação de ar;

Verificar focos de oxidação;

Verificar e, se necessário, trocar borrachas de vedação da porta;

Verificar o nível de óleo do compressor; e,

Verificar o interior quanto à rachaduras.

Câmaras frigoríficas

Verificar e limpar condensador;

Limpar o sistema de drenagem da bandeja;

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Verificar e completar o óleo do compressor;

Conferir a regulação do termostato;

Verificar estado e tensão das correias do compressor;

Verificar o aquecimento dos motores; e,

Verificar o estado de funcionamento do evaporador.

Máquinas de fazer gelo

Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Limpar o sistema de drenagem d'água;

Conferir e regular o termostato e pressostato;

Limpar o condensador;

Trocar o cartucho do filtro d'água, se for o caso;

Limpar os sensores d'água;

Lubrificar buchas do motor ventilador; e,

Lubrificar moto-redutor da cuba.

TrimestralmenteCentral de incêndio

Verificar integração entre placas controladoras e sensores; e,

Realizar nas controladoras a verificação de funcionamento, medir e anotar tensões e efetuar testes de desempenho, comunicação e diagnósticos.

Deteção e alarme de incêndio

Medir o consumo dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos auxiliares;

Medir a resistência do terra ou corrente de fuga, por circuito;

Medir e verificar o estado das baterias, conforme instruções do fabricante;

Conferir o funcionamento dos equipamentos periféricos e suas conexões; e,

Efetuar ensaio amostral de operação dos detectores em cada circuito.

Centrais de ar condicionado

Bombas

Lubrificar rolamentos do motor e da bomba.

"Chiller"

Verificar leitura das pressões de gás refrigerante;

Verificar lubrificação dos equipamentos;

Lavar as torres de arrefecimento; e

Limpar bandeja de condensadores e tubulação do dreno.

"Self Contained"

Medir a resistência de isolamento dos motores (resistência ôhmica);

Executar lubrificação dos mancais dos motores elétricos;

Executar lubrificação dos mancais ventiladores e de todos os pontos onde for necessário; e

Ajuste de todos os controles.

Fancolete

Lubrificar motores;

Lubrificar mancais;

Lubrificar acoplamentos; e

Reapertar todos os parafusos de fixação.

Fancoil

Limpar serpentinas;

"Split System"

Verificar carga de gás refrigerante;

Verificar condições gerais do gabinete;

Limpar bandeja de dreno;

Limpar a serpentina do condensador;

Limpar a serpentina do evaporador; e

Limpar os ventiladores.

Exaustores

Lubrificar os mancais do ventilador, se necessário; e

Reapertar parafusos dos mancais e suportes.

Centrífuga

Lubrificar motor;

Verificar termostato;

Verificar ajuste da válvula de alívio;

Verificar ajuste e nível de óleo dos relés de sobrecarga;

Verificar pressostato de alta e diferencial de óleo; e

Verificar ajuste do termostato de óleo, de água gelada e de condensação.

Câmaras frigoríficas

Reapertar as bases dos motores e compressores; e

Recuperar isolamento térmico da tubulação frigorífica, se necessário.

Semestralmente

Deteção e alarme de incêndio

Efetuar ensaio real do sistema, incluindo a operação dos acionadores sonoros e manuais.

Centrais de ar-condicionado

Torres

Trocar o óleo do redutor de velocidade;

Medir a resistência de isolamento do motor;

Eliminar focos de oxidação;

Manobrar cada registro hidráulico do princípio ao fim do curso e vice-versa; e,

Limpar os quadros e painéis.

"Chiller"

Verificar pressão das molas das contadoras e trocar, se necessário;

Verificar medição e registro das temperaturas dos compressores nas linhas de sucção, cabeçote e cárter;

Testar os relés térmicos e reajustar, se necessário;

Verificar estado da pintura, recuperar os revestimentos protetores e, se necessário, pintar o equipamento de forma a manter o aspecto físico, preservando o original;

Executar limpeza interna dos condicionadores; e,

executar limpeza geral dos condicionadores e evaporadores.

"Self Contained"

Verificar pressão das molas das contadoras e trocar, se necessário; e,

Testar os relés térmicos e reajustar se necessário.

Fancolete

Medir a resistência de isolamento do motor do ventilador;

Verificar terminais e contatos elétricos, limpando-os ou substituindo-os, se necessário;

Realizar abertura das tampas do condicionador para limpeza mecânica; e,

Manobrar cada registro hidráulico do princípio ao fim do curso e vice-versa.

"Split System"

Verificar e corrigir o estado dos contatos de força das chaves magnéticas; e,
Realizar testes e reajustes de regulagem dos relés das chaves magnéticas.

Fancoil

Medir a resistência de isolamento do motor do ventilador;
Verificar terminais e contatos elétricos, limpá-los ou substituí-los, se necessário;
Abrir tampas do condicionador para limpeza mecânica; e,
Manobrar cada registro hidráulico do principio ao fim do curso e vice-versa.

Exaustores

Verificar os terminais e contatos elétricos limpando-os ou substituindo-os, se necessário; e,
Medir a resistência de isolamento do motor.

Centrífuga

Drenar a água do condensador de purga;
Fazer os testes de vazamento;
Inspecionar todos os componentes elétricos;
Verificar termômetros e manômetros;
Limpar e calibrar o termômetro de óleo;
Medir o isolamento do motor da bomba de óleo e do motor principal;
Verificar aperto de todos os parafusos e porcas;
Inspecionar os espelhos e tubos do condensador e evaporador;
Inspecionar todas as juntas;
Inspecionar e limpar a válvula solenoide do motor;
Executar limpeza dos quadros e painéis elétricos;
Inspecionar os contatos das contadoras e substituir, se necessário; e,
Retocar a pintura, recuperar os revestimentos protetores e, se necessário, pintar o equipamento de forma a manter o aspecto físico, preservando o estado original.

AnualmenteCentrais de ar-condicionadoTorres

Verificar e corrigir a atuação do termostato de operação do ventilador;
Testar e regular o relé térmico do motor; e,
Limpar a bacia de água da torre.

Bombas

Reajustar os parafusos de fixação da base; e,

Testar e regular o relé térmico do motor.

"Chiller"

Realizar medição e registro de vazão de ar dos condicionadores;

Testar e regular o ponto de ação dos termostatos eletrônicos; e,

Verificar funcionamento das demais proteções.

"Self Contained"

Retocar a pintura, recuperar os revestimentos protetores e, se necessário, pintar o equipamento de forma a manter o aspecto físico, preservando o estado original;

Testar e regular o ponto de ação dos termostatos eletrônicos, verificando o funcionamento das demais proteções;

Realizar medição e registro de vazão de ar dos condicionadores;

Verificar isolamento térmico do sistema; e,

Verificar diferencial de temperatura e vazão do ar.

Fancolete

Medir a resistência de isolamento do motor do ventilador;

Verificar rotor do ventilador;

Recuperar os revestimentos protetores internos e substituir, se necessário; e,

Retocar pintura, se necessário.

"Split System"

Verificar e corrigir a atuação do termostato de operação do ventilador; e,

Raspar e pintar todas as partes metálicas se for necessário.

Fancoil

Realizar medição da resistência de isolamento do motor do ventilador;

Verificar rotor do ventilador;

Recuperar os revestimentos protetores internos; e,

Retocar a pintura, se necessário.

Centrífuga

Retocar a pintura, recuperar os revestimentos protetores e, se necessário, pintar o equipamento de forma a manter o aspecto físico, preservando o estado original;

Realizar medição e registro de vazão de ar dos condicionadores;

Testar e regular o ponto de ação dos termostatos eletrônicos; e,

Verificar o funcionamento das demais proteções.

Qualidade do ar interior

Executar todas e quaisquer medidas necessárias a manutenção da boa qualidade do ar interior, inclusive a limpeza robotizada dos dutos, quando necessário, por meio de equipamentos apropriados, conforme detalhamento:

- Robô equipado com agitadores para higienizar materiais isolantes e auxiliar o trabalho das escovas de alta eficiência. O robô deverá ser equipado com câmera giratória (até 270°) com sensor infravermelho para permitir a captação dos mínimos detalhes e conectado a um monitor para visualização e gravação simultânea em vídeo, documentando os serviços.
- Escovas de alta eficiência - Máquina de higienizar com escovas autopropelidas por motor pneumático que possa percorrer os dutos mantendo, simultaneamente, o atrito de escovação em todo o perímetro interno do duto, podendo ser ele quadrado, retangular ou redondo.
- Coletor de impurezas e contaminantes que os retenha em pré e microfiltros internos devolvendo ao ambiente o ar limpo, com capacidade de provocar pressão negativa e de fácil deslocamento em qualquer ambiente.
- A inspeção visual e higienização robotizada deverá ser toda filmada, simultaneamente, em mídia. Após edição, a filmagem deverá ser encaminhada, formalmente, à COENGE acompanhada de laudo conclusivo.

Aplicar pastilhas ou bastões bacteriostáticos;

Descartar sujidades sólidas retiradas dos sistemas de climatização, com acondicionamento adequado, utilizando sacos de material resistente e porosidade adequada;

Substituir os filtros G3 dos condicionadores e do ar exterior sempre que necessário;

Eliminar pontos de corrosão dos gabinetes, inclusive sua base, portas e bandeja de condensação, com tratamento e pintura geral, mantendo sempre revitalizadas suas pinturas;

Substituir as borrachas de vedação dos painéis de fechamento dos gabinetes, quando apresentarem danos ou ineficiência;

Substituir o isolamento termo acústico dos gabinetes quando apresentarem danos ou ineficiência;

Realizar, mensalmente, as análises físico-químicas da água dos sistemas de ar-condicionado, promovendo os tratamentos necessários;

Executar, sempre que se fizer necessário, isolamento térmico;

Manter em perfeito funcionamento os sistemas de umidificação;

8. Estimativa do Valor da Contratação

Preços de referência:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PREÇO MENSAL ESTIMADO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Prestação de Serviços de Manutenção Mecânica	22454	R\$ 367.296,40 (trezentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)	R\$ 4.407.556,81 (quatro milhões, quatrocentos e sete mil quinhentos e sete mil quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos)
	2	Serviços eventuais com BDI		R\$ 37.610,42 (trinta e sete mil seiscentos e dez reais e quarenta e dois centavos)	R\$ 451.325,01 (quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e vinte e cinco reais e um centavo)
	3			R\$ 11.812,68 (onze mil oitocentos e	R\$ 141.752,22 (cento e quarenta e um mil

		Materiais+Combustíveis com BDI		doze reais e sessenta e oito centavos)	setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos)
--	--	--------------------------------	--	----------------------------------------	--------------------------------------------------------------

ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O valor global anual da proposta (mão de obra + material) de contratação com preços definidos na Planilha de Formação de Custo e Formação de Preço foi estimado em:

R\$ 5.000.634,05 (cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro reais e cinco centavos) sendo assim distribuídos:

Valor anual da prestação de serviços (mão de obra) estimado em **R\$ 4.407.556,81 (quatro milhões, quatrocentos e sete mil quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos);**

Valor anual para serviços de subcontratação (eventual) está estimado em **R\$ 141.752,22 (cento e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos)**, já incluso BDI máximo de 16,80%;

Valor anual dos materiais, já incluso BDI máximo de 16,80% estimado em **R\$ 451.325,01 (quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e vinte e cinco reais e um centavo).**

Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto é indivisível já que trata-se de um único item (serviço de manutenção de ar condicionado).

Os profissionais destinam-se a execução de um único serviço, havendo grande interdependência entre suas entregas, não havendo assim, possibilidade de fragmentação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A Contratação trata da continuidade dos serviços já prestados, conforme consta do Processo SEI nº (00059.000706/2015-91). Os serviços de manutenção de ar condicionado possuem estreita relação com os demais serviços de manutenção da COENGE, tais como:

- Serviços de montagem/desmontagem de divisórias: 00059.000650/2015-74
- Serviços de manutenção predial: 00059.000785/2015-30
- Serviços de manutenção elétrica: 00059.000381/2018-99
- Serviços de manutenção de equipamentos: 00059.000379/2018-10
- Serviços de monitoramento e controle da qualidade do ar: 00059.000553/2014-09

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada à orientação da Secretaria de Administração de “*atuar como facilitadora / provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, com qualidade, tempestividade, economia e suficiência*” (Relatório de Gestão) e “*atuar com excelência no “aperfeiçoamento da gestão administrativa”*” (mapa estratégico 2018 a 2023). Tal contratação alinha-se também ao processo interno de “*aprimorar a governança administrativa e de controle dos órgãos da Presidência da República - PR*”, mais especificamente na atividade de “*Viabilizar recursos logísticos adequados*” constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da SEGOV 2017-2022.

A presente contratação consta do Plano Anual de Contratações - 2021, conforme:

Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição
------	--------------	---------	----------------	-----------

93	Materiais e Serviços	CONTINUADO	2771	Serviços continuados de operação, manutenção e assistência técnica dos equipamentos e instalações de ar-condicionado, refrigeração, prevenção, detecção e combate a incêndio, bem como de automação predial com fornecimento de mão-de-obra.

12. Resultados Pretendidos

Os serviços de manutenções preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, balanceamento, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, análise de condensação, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza dos equipamentos do sistema. Essa execução propiciará eficiência energética e melhor eficácia na utilização dos equipamento disponíveis (redimensionamento/relocação),

Com a melhor qualidade do ar no ambiente de trabalho, espera-se melhoria na saúde e bem-estar do servidor/colaborador, com reflexos no aumento da sua produtividade.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Engenharia da Presidência da República, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho.

Os servidores dessa Coordenação-Geral de Engenharia já possuem capacitação suficiente para a condução desses serviços, que poderá ser comprovada pela atual gestão do contrato vigente.

Não há necessidade de adequações no ambiente de trabalho, já que não haverá alteração da atual estrutura instalada.

Por não haver necessidade de transição contratual, o início da execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Contratada deve relacionar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06 /2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

Deve também, conforme art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, executar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos, planejamentos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos Estudos Preliminares realizados, a Equipe de Planejamento da Contratação considera como viável e imprescindível a presente contratação para a melhoria dos processos de gestão, planejamento e execução das ações da COENGE.

16. Responsáveis

Processo SEI/PR nº 00059.000332/2020-71; Doc. Formalização da Demanda (1939433); Portaria de designação da Equipe de Planejamento nº 161/2020 (1957733)

VICTOR OLIVEIRA NASCIMENTO

Engenheiro

Processo SEI/PR nº 00059.000332/2020-71; Doc. Formalização da Demanda (1939433); Portaria de designação da Equipe de Planejamento nº 161/2020 (1957733)

MÁRCIO FERNANDO OLIVEIRA

Especialista

Processo SEI/PR nº 00059.000332/2020-71; Doc. Formalização da Demanda (1939433); Portaria de designação da Equipe de Planejamento nº 161/2020 (1957733)

DANIEL ADRIANE DE PAULA

Assistente

Processo SEI/PR nº 00059.000332/2020-71; Doc. Formalização da Demanda (1939433); Portaria de designação da Equipe de Planejamento nº 161/2020 (1957733)

CRISTIANO ELIAS CARDOSO

Analista

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Laudo Técnico - Insalubridade_Periculosidade.pdf (813.96 KB)
- Anexo II - SEI_PR____1555812.pdf (169.9 KB)
- Anexo III - SENGE_SINDUSCON_CCT_2019_2021.pdf (182.41 KB)
- Anexo IV - Convencao_Coletiva_2020_Registrado1387999566.pdf (788.67 KB)
- Anexo V - Convencao_Coletiva_2020_SENGEDF_Termo_Aditivo.pdf (979.71 KB)
- Anexo VI - CCT_2019_SEAC_x_SINTEC.pdf (303.98 KB)
- Anexo VII - SITCMB_DF_ADITIVO_CCT_2020_2021.pdf (125.47 KB)

Anexo I - Laudo Técnico - Insalubridade_Periculosidade.pdf



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Saúde

LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Nº 01/2018

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

1.1 SETORES ANALISADOS: Ambientes diversos da Presidência da República principalmente aqueles onde há exposição aos riscos ambientais mais representativos.

1.2 FUNÇÕES ANALISADAS: Diversas, dependendo do ambiente de trabalho analisado e das atividades desenvolvidas.

1.3 AUTOR: A inspeção técnica nos ambientes de trabalho e a análise quanto ao enquadramento ou não das atividades e operações como insalubres ou perigosas foram realizadas por João Batista de Freitas Brasil, Supervisor V, engenheiro de segurança do trabalho, CREA 3041/D - 12ª Região - Brasília – DF, lotado na COSAU – Coordenação de Saúde / DIGEP / SA / SG da Presidência da República.

1.4 OBJETIVO: Realizar “in loco” o Levantamento de Riscos Ambientais com o objetivo de identificar os agentes agressivos presentes no ambiente laboral que possam provocar agravos à saúde dos colaboradores, caracterizando ou não as atividades



ou operações desenvolvidas como insalubres ou perigosas à luz da legislação específica.

1.5 LEGISLAÇÃO APLICADA

- Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências;
- Lei nº 8.112/1990, nos seus artigos 61, 68, 69 e 70, que regulamenta a concessão do adicional de insalubridade ou periculosidade para servidores do Regime Jurídico Único;
- Lei nº 8.270/1991, no seu artigo 12, que complementa a Lei nº 8.112/90, definindo a forma de percepção do pagamento, percentual e base de cálculo;
- Lei nº 6.514/1977, que altera o Capítulo II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

1.6 PARADIGMAS

O laudo está baseado em informações e em atividades observadas nos servidores e empregados que desenvolvem atividades nos diversos ambientes laborais da Presidência da República.



2. AMBIENTES DE TRABALHO, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, RISCOS OCUPACIONAIS (AGENTES NOCIVOS), GRAU DE AGRESSIVIDADE, LIMITE DE TOLERÂNCIA, EXPOSIÇÃO, GRAU DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE E MEDIDAS CORRETIVAS

2.1 DIGEP – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

2.1.1 COSAU - COORDENAÇÃO DE SAÚDE

2.1.1.1 SERVIÇO MÉDICO

Atividades Desenvolvidas: São realizados nesse Serviço Médico atendimentos nas especialidades de clínica médica, cardiologia, ginecologia, oftalmologia, pediatria, ortopedia, psiquiatria, clínica cirúrgica, nutrição, fisioterapia, serviço social, além dos serviços de curativos, esterilização, pronto atendimento, pequenas cirurgias, repouso de pacientes e enfermagem em geral.

No Posto Médico do Palácio do Planalto, localizado no subsolo, são realizados atendimento de clínica-médica, administração de medicações orais, intravenosas e intramusculares, controle de pressão arterial, elaboração de plano de saúde para viagens nacionais e internacionais e revisão de maletas médicas para viagem.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes doentes ou objetos de uso dos mesmos não previamente esterilizados existentes nos ambientes de saúde.
- **Riscos de Acidentes:** Em alguns casos, manuseio com instrumentais perfurocortantes (tesouras, lâminas de material) e manuseio de vidrarias.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho com o computador e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades internas e externas.



Grau de Agressividade ao Homem: No Serviço Médico estão presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável ou, a partir de fontes de exposição presentes em vários lugares, não somente nos ambientes de trabalho. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os profissionais que atuam no Serviço Médico com a possibilidade de adquirir doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte às pessoas.

Os agentes biológicos são considerados como um dos principais geradores de insalubridade para os profissionais de saúde que estão em contato com os pacientes no ambiente hospitalar, centros de saúde e de atendimento aos pacientes. Nesses ambientes, são realizadas diariamente e rotineiramente atividades que envolvem materiais biológicos colocando em risco todos os profissionais da área.

Em suma, o labor em contato habitual ou permanente com pacientes no Serviço Médico, estabelecimento este destinado aos cuidados da saúde de servidores e dependentes assim como no atendimento emergencial aos colaboradores terceirizados da Presidência da República, expõe os profissionais do Serviço Médico a riscos biológicos.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), são insalubres de grau



médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes ou com material infecto-contagioso bem como manuseio de objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis, luvas de procedimento, toucas e avental descartável.

2.1.1.2 SERVIÇO DE ODONTOLOGIA

Atividades Desenvolvidas: São realizados nesse Serviço atendimentos relativos às restaurações, extrações, endodontia, aplicação de flúor, profilaxia, emergências odontológicas, etc..

Nesse Serviço são também realizados exames radiológicos com aparelhos de Raios X.

Em tais atividades existe o risco de contágio por agentes biológicos por aqueles que mantenham contato com os pacientes, suas secreções, sangue ou objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contágio por agentes biológicos por aqueles que mantenham contato com os pacientes, sangue, suas secreções ou objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados. Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes doentes.
- **Risco Físico:** Exposição ao ruído produzido pelas canetas de alta e baixa rotação (medições pontuais na faixa de 75 a 88 dB(A) e radiação ionizante (Raios-X);
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos químicos tais como amálgama (mercúrio), resinas acrílicas, álcool 70, degermantes e outros produtos empregados na assepsia (limpeza e higiene).



- **Riscos de Acidentes:** Manuseio com instrumentais perfurocortantes (sondas exploradoras, carpule, curetas periodontais, instrumentos rotatórios, alavancas cirúrgicas, vidrarias, etc.).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho com o equipo odontológico e em outras situações, estresse físico e mental nas atividades internas e externas.

Grau de Agressividade ao Homem: No Serviço Odontológico estão presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável ou, a partir de fontes de exposição presentes em vários lugares, não somente nos ambientes de trabalho. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os profissionais com a possibilidade de adquirir doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte às pessoas.

Os agentes biológicos são considerados como um dos principais geradores de insalubridade para os profissionais de saúde que estão em contato com os pacientes no ambiente hospitalar, centros de saúde e de atendimento aos pacientes. Nesses ambientes são realizadas diariamente e rotineiramente atividades que envolvem materiais biológicos colocando em risco todos os profissionais da área.

Em suma, o labor em contato habitual ou permanente com pacientes no Serviço Odontológico, estabelecimento este destinado aos cuidados da saúde bucal de servidores e dependentes assim como no atendimento emergencial aos colaboradores terceirizados da Presidência da República, expõe os profissionais principalmente aos riscos biológicos.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo. No caso de



exposição ao ruído ocupacional, o Limite de Tolerância de 85 dB(A), em algumas situações foi ultrapassado (medições pontuais na faixa de 75 a 88 dB(A). Quanto à possibilidade de exposição à radiação ionizante, a avaliação é qualitativa.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes ou com material infecto-contagioso bem como manuseio de objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, entre eles luvas de procedimentos de látex, protetor respiratório (máscara descartável), touca, óculos de proteção com lente em policarbonato, propés e jaleco.

De acordo com a Portaria MTE 3.393 de 17/12/87, o presente estágio de tecnologia nuclear não permite evitar, ou reduzir a zero, o risco em potencial oriundo de atividades com exposição à radiações ionizantes (Exemplo: Raio X), sob pena de impor à sociedade custo tão elevado que dificilmente o mesmo seria justificado.

2.1.1.3 RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA

Atividades Desenvolvidas: São realizados nesse Serviço exames radiológicos com aparelhos de Raios X, bem como exames ultrassonográficos.

Nas atividades relativas aos exames radiológicos os que operam os aparelhos de Raios X se expõem à radiações ionizantes durante a operação dos mesmos. Nas atividades relacionadas à



ultrassonografia existe a exposição aos agentes de origem biológica tendo em vista a possibilidade de contato com pacientes doentes.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contágio por agentes biológicos por aqueles que mantenham contato com os pacientes, ou objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados. Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes doentes ou objetos de uso dos mesmos não previamente esterilizados.
- **Risco Físico:** Exposição à radiação ionizante nas operações relativas aos exames radiológicos (Raios X);
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho de realização de exames e em outras situações, estresse físico e mental nas atividades internas e externas.

Grau de Agressividade ao Homem: Nas atividades de assistência médica aos pacientes, os profissionais do Serviço de Radiologia e Ultrassonografia ficam expostos aos riscos de origem biológica ou radiação ionizante (Raios X).

No ambiente laboral podem estar presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável ou, a partir de fontes de exposição presentes em vários lugares, não somente nos ambientes de trabalho. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os profissionais que atuam no Serviço de Radiologia e Ultrassonografia com a possibilidade de adquirir doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte.

Os agentes biológicos são considerados como um dos principais geradores de insalubridade para os profissionais de saúde que



estão em contato com os pacientes no ambiente hospitalar, centros de saúde e de atendimento aos pacientes. Nesses ambientes são realizadas diariamente e rotineiramente atividades que envolvem materiais biológicos colocando em risco todos os profissionais da área.

Raios X: A exposição intensa ou muito repetida pode alterar o DNA das células humanas. Olhos, tireoide, medula óssea e sistema reprodutor são as partes mais sensíveis. Os efeitos causados a indivíduos submetidos a baixas doses de radiação por um longo período de exposição podem desencadear doenças tais como anemia, catarata, leucemia, câncer de tireoide ou de pele.

Em suma, o labor em contato habitual ou permanente com pacientes nos cuidados da saúde de servidores e dependentes assim como no atendimento emergencial aos colaboradores terceirizados da Presidência da República, expõe os profissionais do Serviço de Radiologia e Ultrassonografia a riscos biológicos e possibilidade de exposição à radiação ionizante nas operações relativas aos exames radiológicos (Raios X).

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos, sendo a avaliação feita de modo qualitativo. Quanto à possibilidade de exposição à radiação ionizante (Raios X), a avaliação feita foi igualmente de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes ou com material infecto-contagioso bem como manuseio de objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados.

Grau de Periculosidade: De acordo com o Anexo (Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou Substâncias



Radiativas) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, as atividades desenvolvidas são perigosas correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

OBS: O servidor / trabalhador que exercer uma atividade que, simultaneamente se caracterize como insalubre e perigosa, deverá optar por um dos adicionais, pois eles não podem ser pagos de forma acumulativa.

Medidas Corretivas:

Para se proteger dos riscos biológicos, deve-se usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis, luvas de procedimento e jaleco.

No caso específico da radiologia, os servidores devem se proteger com o uso de aventais de chumbo, protetores de gônadas e protetores da tireoide. Luzes de advertência, blindagem e outros dispositivos de segurança devem ser mantidos em boas condições de funcionamento. A dosimetria pessoal pode ser usada para monitorar as exposições potenciais dos servidores à radiação e garantir que esteja dentro de limites seguros. Lavar e esterilizar equipamentos após cada uso deve ser feito para praticar o controle de infecção.

O presente estágio de tecnologia nuclear não permite evitar, ou reduzir a zero, o risco em potencial oriundo de atividades com exposição a radiações ionizantes (exemplo: raios X), sob pena de impor a sociedade custo tão elevado que dificilmente o mesmo seria justificado.



2.1.1.4 LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Atividades Desenvolvidas: No Laboratório de Análises Clínicas é feita à coleta de sangue, urina, fezes e outras secreções orgânicas, bem como são realizados os exames laboratoriais respectivos.

Em tais atividades existe o risco de contágio por agentes biológicos por aqueles que mantenham contato com os pacientes e suas secreções.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes, suas secreções e amostras biológicas (sangue, urina e fezes).
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos químicos como ácidos e reagentes.
- **Riscos de Acidentes:** No manuseio com instrumentais perfurocortantes (lâminas de material, seringas) e manuseio de vidrarias.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: No Laboratório de Análises Clínicas podem estar presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável ou, a partir de fontes de exposição presentes em vários lugares, não somente nos ambientes de trabalho. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os profissionais que atuam no Laboratório de Análises Clínicas com a possibilidade de adquirir



doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte.

Os agentes biológicos são considerados como um dos principais geradores de insalubridade para os profissionais de saúde que estão em contato com os pacientes no ambiente hospitalar, centros de saúde e de atendimento aos pacientes. Nesses ambientes são realizadas diariamente e rotineiramente atividades que envolvem materiais biológicos colocando em risco todos os profissionais da área.

Em suma, o labor em contato com pacientes, suas secreções ou amostras biológicas (sangue, urina e fezes) no Laboratório de Análises Clínicas, estabelecimento este destinado aos cuidados da saúde de servidores e dependentes, assim como no atendimento emergencial aos colaboradores terceirizados da Presidência da República, expõe os profissionais a riscos biológicos.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes ou com material infecto-contagioso em laboratório de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão só ao pessoal técnico).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis, luvas de procedimento, óculos de segurança, toucas e avental descartável.



2.1.1.5 FARMÁCIA

Atividades Desenvolvidas: Nesse posto laboral é feita a recepção, guarda e distribuição de medicamentos em geral, sendo tal distribuição feita diretamente para os diversos setores ou para o preparo de maletas de primeiros socorros, não tendo, os que as realizam, contato de forma contínua ou intermitente com pacientes.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Cortes no manuseio de vidraria e quedas;
- **Riscos Ergonômicos:** Levantamento e transporte manual de peso, posturas inadequadas e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos de acidentes e ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Farmácia tendo em vista que não há exposição permanente ou habitual a agentes biológicos.

Medidas Corretivas: Usar Equipamentos de Proteção Individual caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis e luvas de procedimento. Usar jaleco.



2.1.1.6 CENTRAL DE LIMPEZA (Conservação, Limpeza e Recolhimento de Lixo)

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: As atividades desenvolvidas pelos empregados nas atividades de conservação, limpeza, recolhimento de roupas sujas e lixo comum e hospitalar estão assim discriminadas:

- Varrer e passar pano nos pisos dos ambientes de trabalho;
- Lavar e secar os pisos dos ambientes de trabalho;
- Limpar e higienizar banheiros (pisos, pias, vasos sanitários e mictórios);
- Limpar mesas, armários, balcões e divisórias;
- Recolher e manusear roupas sujas do serviço médico, radiológico e odontológico;
- Recolher o lixo (hospitalar) dos consultórios médicos, odontológicos, enfermagem, radiológico, laboratório, banheiros e ambientes em geral.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Contato com resíduos (lixo) provenientes de ambulatórios e serviço de saúde, banheiros sanitários assim como exposição a materiais orgânicos. Contato no recolhimento de roupas sujas. O risco de contaminação pode ocorrer no momento de recebimento e manuseio das roupas sujas provenientes do serviço médico, enfermagem, radiológico, odontológico e laboratório, muitas vezes contaminadas por pacientes doentes;
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos de limpeza em geral como veja, Q-ba, sabão em barra, sabão líquido, álcool (70%), desinfetante, removedor, detergente, cera líquida, etc..
- **Riscos de Acidentes:** Cortes em materiais perfurocortantes (seringas, vidrarias), escorregões e quedas;
- **Riscos Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; rotina de trabalho; levantamento e transporte manual de pesos e trabalho realizado em pé.



Grau de Agressividade ao Homem: Tendo em vista que faz parte das atribuições dos empregados terceirizados o recolhimento e manuseio de roupas sujas do serviço médico, enfermagem, radiológico e odontológico, assim como recolhimento do lixo (comum e hospitalar) contido nos cestos dos consultórios médicos, odontológicos, enfermagem, laboratórios e banheiro, bem como a limpeza dos respectivos conjuntos sanitários, como: vasos, mictórios e pias, as seguintes considerações são feitas:

- O risco biológico pode estar presente nas atividades de recolhimento de roupas sujas provenientes dos setores como serviço médico, enfermagem, radiológico, laboratório e odontológico muitas vezes contaminado por pacientes doentes. Mesma situação ocorre nas atividades de recolhimento e transporte do lixo hospitalar. O risco de contaminação pode ocorrer no momento de recebimento e manuseio das roupas sujas com a possibilidade de contato com dejetos do corpo humano ou sangue, agulhas, bisturis e toda sorte de perfurocortantes usados no ambiente hospitalar, bem como, nas unidades de saúde.
- O lixo é definido como restos das atividades humanas, considerados, pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. Normalmente, apresentam-se sob o estado sólido, semilíquido, insuficiente para que este líquido possa fluir livremente. Lixo pode ser definido também como todo e qualquer resíduo proveniente das atividades humanas ou gerado pela natureza em aglomerações urbanas.
- O lixo recolhido pelos empregados da Conservação e Limpeza da Central de Limpeza da COSAU tem a seguinte classificação segundo a sua constituição: Resíduos em geral tais como papel, papelão, plástico, vidro, metal, lixo de banheiro, lixo orgânico, resíduos ambulatoriais e de atendimento médico.
- Nos coletores de lixo e nas roupas sujas em geral são encontradas alta prevalência de patologias graves, como: incidência de doenças infectocontagiosas, casos de escabiose, parasitoses intestinais diversas sobrepostas e gastroenterocolites. Assim, conclui-se que os coletores de lixo e roupas sujas estão expostos a muitas mazelas da área da saúde.



- A varrição, a coleta, o transporte e a disposição final do lixo sólido é um problema fundamental de saúde pública, pois um fim inadequado aos resíduos pode proporcionar um meio de propagação para insetos, roedores e alguns animais peçonhentos, que se comportam como transmissores de febre tifoide, cólera, diarreias, disenterias, tuberculose, conjuntivite, leptospirose, peste, tifo, triquinose, envenenamentos alimentares, meningite e outras doenças.
- É da incumbência dos empregados do setor analisado realizar o recolhimento do lixo similar ao hospitalar contido nos coletores, arriscando, portanto, a ter contato com sujidades de espécies diversas ali existentes ficando expostos à nocividade causada por agentes biológicos.
- O tipo de lixo recolhido pelos empregados está contido em lixo urbano, levando-se em conta que:
 - *Os componentes são idênticos e estão presentes nos resíduos ambulatoriais, odontológicos, dejetos sanitários e materiais em decomposição;*

A obra “A coleta e Disposição do Lixo no Brasil”, editada pela Fundação Getúlio Vargas, menciona que o lixo urbano consiste em gênero, do qual se compreendem quatro espécies de acordo com sua origem: lixo doméstico, lixo do comércio e indústria, lixo dos logradouros públicos e lixo de fontes especiais como o de hospitais.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: A análise dos riscos ambientais retrocitados, baseado no disposto na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de 08/06/78 e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017 do MPDG, leva a concluir que as atividades desenvolvidas na Central de Limpeza da COSAU são consideradas **insalubres de grau máximo** (20% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 40% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de



origem) tendo em vista o que dispõe o Anexo 14 (Agentes Biológicos / Trabalho ou operações em contato permanente com objetos de uso de pacientes não previamente esterilizados / **Trabalho ou operações, em contato permanente com lixo**) da Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, calçados de segurança, protetor respiratório (máscara descartável), avental de polipropileno, touca descartável e luvas de látex ou de procedimentos. Os colaboradores terceirizados do setor usam uniformes (calça e camisa) fornecidos pela empregadora.

2.1.1.7 SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor)

Atividades Desenvolvidas: Esse setor tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo. As atividades estão assim discriminadas:

- **Recebimento de Atestados:** Os servidores ou empregados públicos, ao serem atendidos na unidade médica/odontológica da Presidência da República ou em outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana, recebem os atestados médicos e a seguir entregam na Unidade SIASS para homologação dos documentos. Na maioria das vezes, os pacientes ao entregarem os atestados, estão acometidos de doenças infectocontagiosas, colocando em risco a saúde do agente administrativo da Unidade SIASS. Em tais atividades existe o risco de contágio por agentes biológicos por aqueles que mantenham contato com os pacientes e suas secreções.
- **Marcação de Perícias Médicas e Odontológicas:** Marcação de perícias de acordo com a legislação vigente.



- **Perícias Médicas e Odontológicas:** Emissão de parecer, seguindo os princípios éticos e técnicos, com diversas finalidades utilizadas administrativamente para caracterização ou não, conforme a legislação vigente, do direito a um benefício, dentre elas a verificação da incapacidade laborativa consequente a traumas ou doenças para a concessão de benefícios por incapacidade baseado na análise dos documentos apresentados pelos servidores.
- **Exames Periódicos:** Convocação de servidores para a realização dos exames periódicos; orientação e acompanhamento dos mesmos; entrega de materiais necessários para os exames; gestão e fiscalização do contrato; conferência e pagamento das faturas enviadas pela empresa responsável pelos exames periódicos e controle estatístico dos exames periódicos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes e suas secreções.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: No SIASS podem estar presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes no ato da entrega de atestados assim como nas orientações que são passadas aos mesmos. Muitas vezes há o contato físico com os pacientes adoecidos.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os profissionais que atuam no SIASS com a possibilidade de adquirir



doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte às pessoas.

Importante salientar que não existem barreiras físicas (vidraças ou outra similar) separando os pacientes e os profissionais do SIASS.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres, de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes.

Medidas Corretivas:

- **Recebimento de Atestados e Marcação de Perícias:** Higienizar as mãos antes e após o contato com paciente e instalação de barreiras físicas entre os pacientes e os profissionais do SIASS.
- **Perícias Médicas e Odontológicas:** Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis e luvas de procedimento.

2.1.1.8 CONDUTOR DE AMBULÂNCIA

Atividades Desenvolvidas:

- Dirigem e manobram ambulância no transporte de urgência a emergência, zelando pelos pacientes e equipe médica.
- Auxiliam no transporte dos pacientes com auxílio de macas e cadeiras de rodas até a ambulância para remoção com destino a unidade de saúde ou residências, prestando suporte no que for



necessário à equipe médica nos atendimentos de urgência e emergência.

- Dão suporte ao comboio presidencial juntamente com a equipe médica sempre que há embarque e desembarque da aeronave da autoridade.
- Realizam verificações e manutenções básicas do veículo utilizando equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros.
- Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Possibilidade de contrair doenças (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos) no contato com pacientes doentes ou objetos de uso dos mesmos não previamente esterilizados existentes nos ambientes de saúde.
- **Riscos de Acidentes:** Acidentes de trânsito assim como no deslocamento de pacientes em macas para a ambulância e vice-versa.
- **Riscos Ergonômicos:** Carregamento de peso, posturas inadequadas, estresse físico e mental, trabalho em turnos noturnos.

Grau de Agressividade ao Homem: Na Condução de Ambulância estão presentes agentes biológicos tais como bactérias, vírus, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, entre outros com possibilidade de contato direto e permanente com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas.

O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de sangue, fluidos corporais, secreção e ar expirado pelas vias aéreas dos pacientes.

Esses agentes biológicos podem ser transmitidos de uma pessoa doente a outra saudável ou, a partir de fontes de exposição presentes em vários lugares, não somente nos ambientes de trabalho. Essas fontes estão presentes principalmente no ambiente ocupacional colocando em risco os motoristas que atuam na Condução de Ambulância no transporte de pacientes com a



possibilidade de adquirir doenças transmissíveis. As atividades de risco biológico são capazes de proporcionar dano, doença ou morte às pessoas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com período de tempo que configure adicional conforme o Anexo 14 (Agentes Biológicos) da Norma Regulamentadora nº 15.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem), as atividades desenvolvidas por todos aqueles que mantenham contato com os pacientes ou com material infecto-contagioso bem como manuseio de objetos de uso dos mesmos, não previamente esterilizados.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles máscaras descartáveis e luvas de procedimento.

2.1.1.9 SEGURANÇA DO TRABALHO

Atividades Desenvolvidas: A Segurança do Trabalho tem como atribuições desenvolver atividades normais de inspeção do trabalho nos inúmeros ambientes laborais dos servidores da Presidência da República, visando uma análise global dos riscos ambientais existentes assim como desenvolver o levantamento das condições e atos inseguros geradores de acidentes de trabalho. O objetivo principal das inspeções rotineiras nos ambientes laborais, muitas vezes com riscos caracterizadores de condições perigosas é propor medidas mitigadoras com recomendações de ações com o propósito de evitar os acidentes de trabalho assim como evitar agravos à saúde dos servidores.



Rotineiramente é realizada inspeção, avaliação e controle das atividades e operações perigosas, a saber, trabalho com líquidos combustíveis inflamáveis (Posto de Abastecimento: carregamento, armazenamento e abastecimento de veículos), operações em caldeiras a gás, trabalho no setor de energia elétrica classificado como sistema elétrico de potência como subestações primárias/secundárias, sistemas elétricos energizados e instalações emissoras de Raios X. Frequentemente são realizadas tarefas de verificação, inspeção, fiscalização, levantamentos de dados e supervisão de serviços técnicos em áreas perigosas consideradas de riscos.

As atividades e operações relatadas anteriormente são caracterizadoras como de periculosidade, com base nos anexos da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho em campo e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.
- **Riscos de Acidentes:** Nas inspeções, avaliação e controle das atividades e operações perigosas, a saber, trabalho com líquidos combustíveis inflamáveis (Posto de Abastecimento: carregamento, armazenamento e abastecimento de veículos); operações em caldeiras a gás; trabalho no setor de energia elétrica classificado como sistema elétrico de potência como subestações primárias/secundárias, sistemas elétricos energizados e instalações emissoras de Raios X.

Grau de Agressividade ao Homem: Os profissionais do Serviço de Segurança do Trabalho que labutam em inspeção de segurança nas áreas perigosas de autuação, por força de suas funções laborais, necessitam adentrar nas áreas consideradas de riscos estando sujeito às condições e operações perigosas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos perigosos (acidentes) sendo a avaliação feita de modo qualitativo.



Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações dos profissionais da Segurança do Trabalho são caracterizadoras de periculosidade, com base nos anexos da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer (capacetes, luvas, protetores auditivos e protetores respiratórios) nas inspeções de rotina em ambientes considerados perigosos.

2.1.1.10 RECEPÇÃO

Atividades Desenvolvidas: As tarefas executadas na Recepção se referem ao atendimento em geral dos pacientes, relativos à marcação de consultas e encaminhamento dos mesmos para o atendimento médico e odontológico.

Não existe, em tais atividades, a exposição permanente ou habitual a agentes biológicos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.



Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Recepção tendo em vista que não há exposição permanente ou habitual a agentes biológicos.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.1.1.11 SECRETARIA

Atividades Desenvolvidas: Na Secretaria são realizadas atividades burocráticas administrativas em geral entre as quais:

- **Gestão de Contratos:** Aquisição de serviços e materiais mantendo a gestão sobre os contratos e suporte administrativo aos gestores dos mesmos.
- **Plano de Saúde:** Coordenação de repasse financeiro aos planos de saúde e aos servidores que requereram auxílio de saúde suplementar.
- **Patrimônio:** Gerenciamento do patrimônio dos equipamentos médico-hospitalares e mobiliário em geral, pertencentes à Coordenação de Saúde.

Não existe, em tais atividades, a exposição permanente ou habitual a agentes biológicos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.



Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Recepção tendo em vista que não há exposição permanente ou habitual a agentes biológicos.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.1.2 CODEP – COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

2.1.2.1 BIBLIOTECA

Atividades Desenvolvidas: As atividades desenvolvidas na biblioteca consistem de recepção, guarda, distribuição e controle de livros e documentos em geral pertencentes ao acervo.

No mesmo ambiente é também realizado serviços de conservação e preservação de livros e documentos, onde quem executa tais tarefas empregam recursos de trabalho, a saber, aspirador de pó, trincha e panos. Nas atividades citadas, os colaboradores usam os seguintes EPI - Equipamentos de Proteção Individual: semimáscara descartável, luvas de procedimento, avental e gorro.

Não foi detectada no setor analisado a existência de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres ou perigosas, nos termos da legislação vigente.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Bactérias, vírus, fungos e parasitas que podem estar presentes nas coleções de livros e documentos causando agravos na saúde, como alergias de pele (dermatite



da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

- **Riscos de Acidentes:** Cortes na manipulação de livros e no uso de instrumentos de corte na recuperação de coleções e quedas de livros sobre parte do corpo.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas de trabalho, repetição de tarefas, monotonia, ritmo excessivo de serviço, entre outros.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ácaros, fungos, bactérias e parasitas:** Esses agentes biológicos causam agravos na saúde das pessoas, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos, sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Biblioteca.

O Parágrafo único da Orientação Normativa nº 4 estabelece no disposto no art. 12, item I que não caracteriza situação para pagamento do adicional o contato com fungos, ácaros, bactérias e outros microorganismos presentes em **documentos, livros**, processos e similares, carpetes, cortinas e similares, sistemas de condicionamento de ar ou instalações sanitárias.

Não foi detectada, durante a inspeção técnica, a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer, a saber, luvas de látex ou vinil, óculos de proteção e equipamentos de proteção respiratória (semimáscaras descartáveis).



2.2 DILOG - DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS -

2.2.1 COENGE - COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA

2.2.1.1 SERRALHERIA

Atividades Desenvolvidas: Os serviços de serralheria constam de atividades relativas à confecção de janelas, grades, portas, grelhas, portões e manutenção em geral de peças metálicas, onde os que as exercem se expõem a níveis de ruídos contínuo ou intermitente, que podem chegar até 100 dB(A) (Fonte: policorte ou esmeril em funcionamento), e a aerodispersóides do tipo fumos metálicos provenientes das operações de corte, solda elétrica ou oxi-acetilênica.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 100 dB(A) proveniente de fontes como a policorte ou esmeril em funcionamento. Exposição à radiação não ionizante (radiação infravermelha e radiação visível) nas operações de soldagem.
- **Riscos Químicos:** Exposição a aerodispersóides (fumos metálicos) nas operações de soldagem. A grande questão em relação à solda são os riscos ocupacionais aos quais ficam expostos os soldadores, especialmente quando permanecem por longos períodos em contato com os gases produzidos durante a tarefa, que são extremamente tóxicos. Exposição a produtos componentes da solda como chumbo, cádmio e manganês.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes. Queimaduras nas operações de soldagem.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas e carregamento de peso.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais



facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Aerodispersóides:** Os fumos metálicos podem aderir aos alvéolos provocando câncer. Essas partículas são inaladas muito facilmente e permanecem no organismo – principalmente no pulmão – por muito tempo causando sérios problemas ao sistema nervoso e respiratório. Os fumos de solda promovem o desencadeamento de doenças, como por exemplo: asma; câncer de pulmão; infarto; ulcerações na pele e no septo nasal; doenças pulmonares, dermatite alérgica, infertilidade e problemas relacionados.
- **Radiações não ionizantes:** Efeitos físicos deletérios gerados nas operações de soldagem tais como exposição ao calor, aos respingos de metal, à luz visível, radiação infravermelha e ultravioleta. Problemas como conjuntivite, eritema cutâneo, catarata, fotoenvelhecimento e câncer de pele são potenciais causadores de danos ao soldador.

Limite de Tolerância: No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora atingiu a marca de 100 dB(A) ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).



Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, caso seja necessário, entre eles calçados de segurança, protetores auditivos, protetor respiratório, luvas antiderrapantes, óculos de proteção, touca árabe, mangote, perneira de raspa e avental de raspa de couro.

2.2.1.2 PINTURA

Atividades Desenvolvidas: Os serviços de pintura são realizados a pincel e à pistola, em madeiras e metais, utilizando tintas, esmaltes sintéticos, vernizes e solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos (Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos) empregados nas operações de pintura.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho realizado em pé e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Hidrocarbonetos Aromáticos (esmaltes, tintas, vernizes e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias em meio ao processo de pintura. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.

Limite de Tolerância: O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por



Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “**Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono**”, estabelecendo Insalubridade de grau máximo para as atividades de “pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau máximo (20% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 40% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer. Tendo em vista que os pintores manuseiam componentes tóxicos e inflamáveis e trabalham em ambientes saturados de pó, fibras e partículas, é indispensável a proteção da pele, olhos e pulmões, além de cuidados especiais no uso de solventes e equipamentos.

Os equipamentos de proteção individual recomendados para os profissionais da pintura são respectivamente:

Luvas de borracha para trabalhar com solventes e removedores, tanto no preparo de tintas, quanto na sua remoção e também na limpeza de pincéis, rolos e outros equipamentos. Alguns tipos de solventes e produtos químicos podem atacar as luvas de borracha e por isso é importante ler com atenção as instruções de uso das luvas. Para as atividades de lixamento e pintura recomenda-se usar luvas leves de pano;

Óculos de segurança para atividades de escovar, raspar, lixar e pintar, sendo obrigatórios quando se trabalha com ácidos, alvejante ou outros produtos químicos agressivos;



Máscaras contra pó nas atividades de lixamento e máscaras com filtro químico contra aerodispersóides líquidos oriundos do produto da tinta.

Sapatos ou botas com sola de borracha ou outro material antiderrapante, sendo esses calçados obrigatórios quando se utilizam escadas ou andaimes;

Macacão com manga comprida para proteger a pele.

2.2.1.3 MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIA

Atividades Desenvolvidas: Tais serviços dizem respeito à manutenção hidráulica e sanitária em geral, em galerias de esgotos, tubulações hidrossanitárias, fossas sépticas e negras, aparelhos sanitários. Executam atividades como efetuar serviços relacionados à manutenção e instalação hidráulicas, realizam a pré-montagem e instalam tubulações de água em novas redes usando tubos de PVC e outros, executam outras atribuições afins, etc., onde os que as executam mantêm contato com os esgotos sanitários (riscos biológicos) contidos em determinadas instalações.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Trabalho ou operações, em contato permanente com esgotos ou água contaminada (galerias e tanques).
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e quedas.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho realizado em pé e em outras situações, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Os profissionais que trabalham nessa área têm a possibilidade de contrair doenças como intoxicação e problemas na pele (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos). O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de esgoto ou água contaminada. Os principais microrganismos presentes no esgoto podem causar enfermidades agudas ou crônicas. Dentre as enfermidades agudas predominam as doenças infecciosas



diarreicas, hepáticas e respiratórias. As crônicas são representadas principalmente pela asma brônquica e pela alveolite alérgica.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativa. O Anexo nº 14 (Agentes Biológicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE relaciona as atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa. Entre elas está relacionado o “trabalho ou operações, em contato permanente com esgotos (galerias e tanques)”, caracterizando como insalubres de grau máximo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau máximo (20% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 40% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, capacete (trabalhos em alturas), calçado de segurança, luvas de borracha, óculos de proteção, protetor respiratório contra vapores orgânicos, macacão para proteção do tronco e membros superiores.

2.2.1.4 MARCENARIA

Atividades Desenvolvidas: Os serviços da marcenaria constam de manutenção e fabricação (pequenas peças) de móveis de madeira em geral e de lustração desses móveis.

Nos serviços de marcenaria os colaboradores ficam expostos a níveis de ruído contínuo ou intermitente que podem atingir a escala de 105 dB(A) (utilizando serra tico-tico e cortando chapas prensadas) e 116 dB(A) (usando serra circular e cortando madeira



dura). Os servidores fazem uso de cola fórmica e solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos nas operações de colagem de chapas de fórmica e de laminados de madeira.

Nos serviços de lustração, os que os executam, realizam suas tarefas usando seladores, esmaltes e vernizes classificados como hidrocarbonetos aromáticos e aplicados a pinceis e pistolas.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 105 dB(A) (utilizando serra tico-tico e cortando chapas prensadas) e 116 dB(A) (usando serra circular e cortando madeira dura).
- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos proveniente do uso de cola fórmica e solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos nas operações de colagem de chapas de fórmica e de laminados de madeira assim como uso de seladores, esmaltes e vernizes classificados como hidrocarbonetos aromáticos aplicados a pincel e pistolas.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações, trabalho realizado em pé, carregamento de peso e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (esmaltes, tintas, vernizes e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes



acontecem na utilização dessas substâncias em meio ao processo de pintura e lustração. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora atingiu a marca de 116 dB(A) ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “pintura a pincel com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos”. Importante salientar que os profissionais do setor executam serviços de pintura com o uso de pistolas, mas o tempo de exposição é inferior se comparado com as atividades dos pintores.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).



Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles calçados de segurança, protetores auditivos (plugs de inserção ou abafadores), máscaras descartáveis, luvas antiderrapantes e óculos de proteção.

2.2.1.5 VIDRAÇARIA

Atividades Desenvolvidas: No Setor de Vidraçaria são desenvolvidas atividades relativas a corte e colocação de chapas de vidros em portas, janelas, etc..

Não foi constatado na inspeção técnica realizada nenhum fator de risco ocupacional que caracterize tais atividades como insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Nas atividades de corte e lixamento de vidros, há dissipação de poeira mineral (sílica livre cristalizada), porém de pequena monta.
- **Riscos de Acidentes:** Arranhões, cortes.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

Poeira (Sílica Livre Cristalizada / SiO₂): A longa exposição a quantidades consideráveis de sílica pode causar no trabalhador a doença denominada silicose, doença pulmonar crônica e incurável assim como outras doenças pulmonares como a asma profissional, câncer de pulmão, tuberculose e outras pneumopatias.

Limite de Tolerância: Tendo em vista que a proliferação de poeira mineral (SiO₂) nas atividades de corte e lixamento de vidros é desprezível, não houve necessidade de medir a concentração da poeira mineral cuja técnica de amostragem exige a utilização de instrumentos de alta precisão e tecnologia não disponíveis na Presidência da República.

Não foram identificados riscos ambientais em intensidade suficiente que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.



Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 12 (poeiras minerais / sílica livre cristalizada) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles calçados de segurança com sola antiderrapante, luvas resistentes a cortes, óculos de proteção e proteção respiratória (máscaras).

2.2.1.6 CHAVEIROS

Atividades Desenvolvidas: Nesse Setor são desenvolvidas atividades relativas confecção de chaves em geral, para portas, cadeados, gavetas, etc..

Não foi constatado na inspeção técnica realizada nenhum fator de risco ocupacional que caracterize tais atividades como insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Arranhões, cortes.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica tendo em vista tratar-se de riscos de acidentes e ergonômicos.



Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles calçados de segurança, luvas resistentes a cortes, óculos de proteção e proteção respiratória (máscaras descartáveis).

2.2.1.7 TAPEÇARIA

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades consistem da realização de reformas em geral, de estofados, sofás, substituição e colagem de carpetes, etc.. Na realização de tais tarefas os que as executam utilizam colas contendo solventes à base de hidrocarbonetos aromáticos. Aqueles colaboradores que trabalham em áreas próximas (almoxarife), devido à presença constante nas áreas de riscos, também ficam expostos aos agentes de riscos embora as concentrações são menores. Empregam furadeira elétrica manual, grampeador pneumático e máquina de costura.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de impacto de até 98 dB(A) (utilizando o grampeador pneumático) grampeando o tecido na madeira e ruído contínuo ou intermitente de 85 dB(A) (utilizando a furadeira elétrica manual) furando e cortando peças de madeira.
- **Riscos Químicos:** Exposição a colas contendo solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas elétricas e pneumáticas manuais.



- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; trabalho realizado em pé, carregamento de peso e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (colas e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.

Limite de Tolerância:

No caso, a exposição eventual ao ruído ocupacional atingiu a marca de 110 dB(A), inferior ao Limite de Tolerância de 120 dB(C) com medidor (decibelímetro) operando no circuito de resposta rápida (FAST) e circuito de compensação C.

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos



aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “pintura a pincel com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor respiratório (máscaras com filtros para vapores orgânicos), protetor auditivo, luvas e óculos de proteção.

2.2.1.8 DEPÓSITO DE PAINÉIS E DIVISÓRIAS

Atividades Desenvolvidas: As atividades consistem em transportar manualmente e guardar painéis e divisórias; controlar a entrada e saída do material e carregar caminhões.

Não foi constatado na inspeção técnica realizada nenhum fator de risco ocupacional que caracterize tais atividades como insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Arranhões, cortes, esmagamentos, quedas.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; carregamento de peso, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.



Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica tendo em vista tratar-se de riscos de acidentes e ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles calçados de segurança e luvas resistentes a cortes e antiderrapantes.

2.2.1.9 SUPRIMENTO/ALMOXARIFADO

Atividades Desenvolvidas: As atividades consistem em estocar, recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais empregados nas obras civis e reformas prediais de um modo geral (tubos, material elétrico, peças, tintas, colas, madeiras, compensados, solventes, vernizes, esmaltes, mantas asfálticas, etc.); fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas de material; controlar os estoques; distribuir produtos e materiais a serem expedidos e organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.

Não foi constatado na inspeção técnica realizada nenhum fator de risco ocupacional que caracterize tais atividades como insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Arranhões, cortes, esmagamentos, quedas.



- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; carregamento de peso; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica tendo em vista tratar-se de riscos de acidentes e ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles calçados de segurança e luvas resistentes a cortes e antiderrapantes.

2.2.1.10 OBRAS CIVIS

Atividades Desenvolvidas: As atividades consistem da realização de obras de construção civil em geral (organizar e preparar o local de trabalho na obra; construir fundações e estruturas de alvenaria; aplicar revestimentos e contrapisos; preparar base para assentamento de maquinários, pequenos ou grandes; assentar tijolos de vários tipos utilizando argamassa de cal, cimento e areia e/ou saibro, obedecendo ao prumo e nivelamento das mesmas; executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade), podendo, de forma eventual, realizar obras de manutenção em instalações de esgotos tais como caixas de visita e caixas de passagem.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):



- **Riscos Físicos:** Ruído de máquinas elétricas tais como, policorte, esmeril, furadeiras e outras fontes existentes nas proximidades dos postos de serviços. Ruído máximo medido de 98 dB(A) na policorte.
- **Riscos Químicos:** Exposição a álcalis cáusticos, tais como cimento e cal; exposição à sílica livre cristalizada (poeira mineral).
- **Riscos de Acidentes:** Queda de objetos das lajes superiores; arranjo físico inadequado; máquinas sem proteção; Iluminação deficiente; ligações elétricas deficientes; armazenamento inadequado de materiais; improvisação de ferramentas e ferramentas defeituosas; quedas de nível.
- **Riscos Ergonômicos:** Esforço físico; levantamento e transporte manual de pesos; trabalho realizado em pé; exigência de posturas inadequadas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Álcalis Cáusticos:** Os profissionais da construção civil ao manusear ou aplicar materiais compostos de cimento e areia, podem ficar expostos à substância alcalina cáustica causadora de dermatites de contato, afetando pele e olhos.

As principais ações do cimento e poeira do cimento sobre tegumento e conjuntivas são respectivamente: dermatite de contato por irritação; dermatite de contato por irritação forte (queimaduras pelo cimento); dermatite de contato alérgica; hiperkeratose-hardening; hiperkeratose subungueal; paroníquias; onicolises; sarnas dos pedreiros e conjuntivites.



- **Poeira (Sílica Livre Cristalizada / SiO₂):** A longa exposição a quantidades consideráveis de sílica pode causar no trabalhador a doença denominada silicose, doença pulmonar crônica e incurável assim como outras doenças pulmonares como a asma profissional, câncer de pulmão, tuberculose e outras pneumopatias.

Importante salientar que os empregados que desenvolvem atividades como auxiliar de pedreiro ou pedreiro, ao longo do período laboral, usam os EPI que a atividade requer, tais como, capacete, luvas, óculos de proteção, avental impermeável, botas de PVC e de couro, EPI estes que elidem os agentes insalubres, pois isolam do contato com cimento e outros.

A insalubridade é elidida com a utilização comprovada dos EPI que possuem o CA – Certificado de Aprovação aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Não foi detectada, durante a inspeção técnica, a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora em muitas situações ultrapassa o Limite de Tolerância de 85 dB(A) de modo eventual ou intermitente. Considerando as inúmeras situações no cômputo geral de uma jornada de trabalho em que o ruído fica abaixo do Limite de Tolerância, incluindo inclusive as pausas e situações de níveis de pressão sonora mais amenas, o Ruído Equivalente fica abaixo de 85 dB(A).

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais).

O produto cimento não se classifica como agente insalubre, em face das atividades desenvolvidas habitualmente no dia a dia, pelos



auxiliares de pedreiro e pedreiro, no setor da construção civil (preparação e aplicação da massa para chapisco, emboço, complementos para alvenaria, acabamento e outras atividades similares), não tendo direito receber o adicional de insalubridade. O Anexo 13 / Operações Diversas da Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE se refere ao processo de fabricação do agente químico "álcalis cáusticos", contido no cimento, e não no simples emprego deste material para utilização em obras da construção civil.

Em resumo, as atividades de preparo e utilização da argamassa de cimento (álcalis cáustico) na indústria da construção civil, não são insalubres, tendo em vista que a presença do agente é em pequenas quantidades que é ainda diluído em água e misturado com a areia e outros agregados e aglomerantes diminuindo assim a sua intensidade de ação.

A insalubridade só é devida no diz respeito aos aspectos referentes à fabricação e transporte, com exposição a poeiras do agente químico álcalis cáustico.

Tendo em vista a exposição à poeira mineral (SiO_2) nas atividades da construção civil, não houve como medir a concentração dos aerodispersóides cuja técnica de amostragem exige a utilização de instrumentos de alta precisão e tecnologia não disponíveis na Presidência da República.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: capacete, calçados de segurança, luvas de látex, óculos de segurança, protetor auditivo, cinto de segurança com trava-quedas (para trabalhos em altura) e avental impermeável.



2.2.1.11 MANUTENÇÃO ELÉTRICA

Atividades Desenvolvidas: Tais serviços consistem de inspecionar, realizar manutenção elétrica de equipamentos e componentes elétricos das instalações elétricas prediais, sendo desenvolvidas também outras atividades ou operações em proximidade com as áreas de riscos, além da operação de instalações ou equipamentos elétricos energizados.

Nos interiores das casas de geração de energia elétrica, existem reservatórios de óleo diesel para abastecimento do equipamento.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Choques elétricos, arcos elétricos, queimaduras, quedas e precipitações, campos eletromagnéticos, explosão, incêndio e choque acústico, riscos em ambientes fechados (confinados).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: A variabilidade dos locais de atuação dos profissionais da área de eletricidade, especificamente nas frequentes inspeções e manutenção das instalações elétricas energizadas existentes, aumenta a gravidade da exposição, porque são várias e incontroláveis as situações que, por dever de ofício, devem ser realizadas expondo os funcionários aos riscos de eletricidade existentes provenientes de fontes de alimentação energizadas, muitas vezes considerada alta.

O ingresso na área de risco e o contato com os agentes perigosos (exposição à energia elétrica), em sendo tarefas afetas, inerentes à função, são suficientes para determinar o contato de natureza habitual com os agentes perigosos, descaracterizando-se assim, o caráter de eventualidade. Vale ressaltar que os profissionais do setor de eletricidade adentram nas áreas de riscos, permanecendo nesses locais por tempo suficiente que caracterize a habitualidade, jamais eventual ou fortuito. Assim, ainda que variando o local e o tipo de atividade, as atividades são realizadas em situações de permanência de risco, ou seja, em condições perigosas.

Importante frisar que os profissionais da área têm como uma das atividades a supervisão, manutenção e operação de grupo



geradores de energia elétrica de emergência cujas atividades se enquadram no Sistema Elétrico de Potência, considerado assim como atividades perigosas.

No que diz respeito aos efeitos da eletricidade no ser humano, considerando os danos de natureza física ocasionado, ressalta-se que a eletricidade é inegavelmente fonte de riscos muito perigosos. O número de acidentes, inclusive mortais, ocorre de três modos:

- Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;
- Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo, e;
- Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.

Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:

- Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
- Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.

Limite de Tolerância: Por se tratar de exposição a riscos de acidentes, não há limites de tolerância a considerar.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações desenvolvidas pelos profissionais do setor de manutenção de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios



ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, dependendo da situação de trabalho, a saber, calçados de segurança (botas de cano curto confeccionada em couro com isolamento elétrico), luvas de proteção para eletricitista (de borracha e de vaqueta), óculos de proteção, capacete e cinto de segurança tipo paraquedista.

2.2.1.12 USINA - MANUTENÇÃO E GERAÇÃO ELÉTRICA INTERNA

Atividades Desenvolvidas:

Manutenção e Geração de Energia Elétrica

- As atividades principais consistem da supervisão e manutenção do sistema de geração de energia elétrica de emergência, incluindo a subestação interna e respectivo quadro de distribuição, que funciona na Usina de Geração de Energia Elétrica do Palácio do Planalto. As atividades desenvolvidas de forma contínua ou intermitente são de proximidade com partes elétricas energizadas localizadas nas áreas de riscos enquadradas deste modo no Sistema Elétrico de Potência.
- São realizadas também outras atividades ou operações em proximidade com as áreas de riscos, além da operação de instalações ou equipamentos elétricos energizados, sendo enquadradas como perigosas de acordo com o Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora n.º 16 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Oficina Mecânica

- Consertar equipamentos mecânicos e elétricos requisitando peças para reposição.
- Montar equipamentos e acessórios, conforme especificações do fabricante.
- Executar serviços de funilaria.



- Lavar e esmerilhar elementos de máquinas de equipamentos.
- Soldar peças mecânicas e elétricas.
- Organizar o local de trabalho para manutenção e avaliar as condições dos equipamentos.
- Relacionar causas de defeitos dos equipamentos listando peças para substituição.
- Trabalhar seguindo normas de segurança e qualidade.

OBS: Nesse setor existem máquinas operatrizes tais como esmeril, prensa hidráulica, furadeira de bancada e manual, rosqueadeira elétrica e manual, policorte, torno mecânico, lixadeira elétrica, máquinas de solda (elétrica e oxi-acetilênica), ferramentas manuais, bancadas, etc..

São empregados tintas e solventes, querosene, óleo diesel, óleo lubrificante, graxa, ácido muriático, thinner e desengraxante Thilex (limpa-peça ácido).

Manutenção de Aparelhos de Refrigeração (Ar Condicionado)

- Realizar manutenção e reparo de aparelhos de ar condicionado.
- Realizar manutenção de aparelhos e equipamentos tais como, geladeiras, ventiladores, bebedouros e máquinas de gelo.
- Recondicionar aparelhos de ar condicionado, exaustores, ventiladores, coifas, geladeiras e dutos.
- Soldar componentes de refrigeração e outras peças metálicas.
- Lixar e pintar.
- Trabalhar seguindo normas de segurança e qualidade.

OBS: Nesse setor existem máquinas operatrizes tais como máquinas de soldagem elétrica e oxi-acetilênica, lava-jato, bomba de vácuo, medidor de pressão e instalação de gás, regulador de nitrogênio, ferramentas manuais. Outros equipamentos de suporte são empregados tais como, dobradeira, esmeril, furadeira de coluna, policorte e lixadeira.

Nesse setor são utilizados gases de refrigeração 134A, 407A, 410A e 141B. Outros produtos são usados tais como solventes, tintas,



removedores, Thilex (desengraxante ácido) e convertedor de ferrugem.

Manutenção Eletrônica

- Executar serviços de solda em componentes tais como placas e circuitos eletrônicos.
- Realizar manutenção e reparo em componentes eletrônicos de eletrodomésticos, tais como ventiladores, trituradores de papel, forno de micro-ondas, estabilizadores, máquina de lavar louças, etc..
- Realizar manutenção de no-breacks tendo contato com acumuladores (baterias).

OBS: Nesse setor existem equipamentos de suporte tais como, esmeril, morsa, bancadas, ferro de solda eletrônica, sugador de solda eletrônica e medidores (multímetro).

São utilizados produtos tais como thinner, anticorrosivo, veja e soldas eletrônicas (composição de estanho, prata e cobre com fluxo de resina).

No interior da Usina, no sistema de geração de energia elétrica de emergência, tem instalado um reservatório de óleo diesel de 1.000 litros de capacidade.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 100 dB(A) proveniente de fontes como a policorte ou esmeril em funcionamento. Exposição à radiação não ionizante (radiação infravermelha e radiação visível) nas operações de soldagem.
- **Riscos Químicos:** Exposição a aerodispersóides (fumos metálicos) nas operações de soldagem. A grande questão em relação à solda são os riscos ocupacionais aos quais ficam expostos os soldadores, especialmente quando permanecem por longos períodos em contato com os gases produzidos durante a tarefa, que são extremamente tóxicos. Exposição a produtos componentes da solda como chumbo, cádmio e manganês. Exposição a produtos químicos classificados como hidrocarbonetos aromáticos tais como tintas, solventes,



querosene, óleo diesel. Exposição a gases de refrigeração tais como R134, 407A, 410A e 141B.

- **Riscos Biológicos:** Exposição a ácaros, fungos, bactérias e parasitas nas operações de limpeza de filtros e de tubulações de ar condicionado.
- **Riscos de Acidentes:** Choques elétricos, arcos elétricos, queimaduras, quedas e precipitações, campos eletromagnéticos, explosão, incêndio e choque acústico, riscos em ambientes fechados (confinados). Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes. Queimaduras nas operações de soldagem.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Eletricidade:** A variabilidade dos locais de atuação dos profissionais da área de eletricidade, especificamente nas frequentes inspeções e manutenção das instalações elétricas energizadas existentes, aumenta a gravidade da exposição, porque são várias e incontroláveis as situações que, por dever de ofício, devem ser realizadas expondo os funcionários aos riscos de eletricidade existentes provenientes de fontes de alimentação energizadas, muitas vezes considerada alta.

O ingresso na área de risco e o contato com os agentes perigosos (exposição à energia elétrica), em sendo tarefas afetas, inerentes à função, são suficientes para determinar o contato de natureza habitual com os agentes perigosos, descaracterizando-se assim, o caráter de eventualidade. Vale ressaltar que os profissionais do setor de eletricidade adentram nas áreas de riscos, permanecendo nesses locais por tempo suficiente que caracterize a habitualidade, jamais eventual ou fortuito. Assim, ainda que variando o local e o tipo de atividade, as atividades são realizadas em situações de permanência de risco, ou seja, em condições perigosas.

Importante frisar que os profissionais da área têm como uma das atividades a supervisão, manutenção e operação de grupo de geradores de energia elétrica de emergência cujas atividades se



enquadram no Sistema Elétrico de Potência, considerado assim como atividades perigosas.

No que diz respeito aos efeitos da eletricidade no ser humano, considerando os danos de natureza física ocasionado, ressalta-se que a eletricidade é inegavelmente fonte de riscos muito perigosos. O número de acidentes, inclusive mortais, ocorre de três modos:

- Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;
- Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo; e;
- Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.

Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:

- Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
- Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.
- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos: (colas, solventes, graxas, querosene, óleo diesel):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.



- **Aerodispersóides:** Os fumos metálicos podem aderir aos alvéolos provocando câncer. Essas partículas são inaladas muito facilmente e permanecem no organismo – principalmente no pulmão – por muito tempo causando sérios problemas ao sistema nervoso e respiratório. Os fumos provenientes das operações de soldagem promovem o desencadeamento de doenças, como por exemplo: asma; câncer de pulmão; infarto; ulcerações na pele e no septo nasal; doenças pulmonares, dermatite alérgica, infertilidade e problemas relacionados.
- **Radiações não ionizantes:** Efeitos físicos deletérios gerados nas operações de soldagem tais como exposição ao calor, aos respingos de metal, à luz visível, radiação infravermelha e ultravioleta. Problemas como conjuntivite, eritema cutâneo, catarata, fotoenvelhecimento e câncer de pele são potenciais causadores de danos ao soldador.
- **Ácaros, fungos, bactérias e parasitas:** Esses agentes biológicos causam agravos na saúde das pessoas, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).
- **Acidentes:** No que diz respeito ao reservatório de óleo diesel localizado no interior da usina, existem fatores de risco de acidentes do tipo explosão provenientes das atividades de armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis. Outras ações no manuseio de máquinas operatrizes e ferramentas podem provocar queimaduras, esmagamentos, perfurações e cortes.

Limite de Tolerância: No caso da exposição aos riscos da eletricidade, por se tratar de exposição a riscos de acidentes, não há limites de tolerância a considerar. Mesma consideração com respeito aos riscos de origem biológica.

Com relação à exposição ao ruído (Setor de Oficina, Recuperação de Ar Condicionado e Geração de Energia Elétrica Emergencial), os índices de pressão sonora atingiram a marca de 100 dB(A) ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A). Na Manutenção Eletrônica, o ruído ocupacional oriundo do esmeril em funcionamento ou o ruído de fundo das máquinas operatrizes dos



setores adjacentes, apresentaram leituras da ordem de 90 dB(A) ultrapassando assim o Limite de Tolerância.

Na Oficina Mecânica e Setor de Recuperação de Ar Condicionado, no que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças contendo hidrocarbonetos aromáticos”.

Não houve como medir a concentração dos aerodispersóides do tipo fumos metálicos produtos das operações de soldagem cuja técnica de amostragem exige a utilização de instrumentos de alta precisão e tecnologia não disponíveis na Presidência da República.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações dos profissionais do sistema de geração de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.



Grau de Insalubridade: Na Oficina Mecânica, Manutenção de Aparelhos de Refrigeração (Ar Condicionado) e Manutenção Eletrônica, de acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

OBS: O servidor / trabalhador que exercer uma atividade que, simultaneamente se caracterize como insalubre e perigosa, deverá optar por um dos adicionais, pois eles não podem ser pagos de forma acumulativa.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, dependendo da situação de trabalho, a saber:

Geração de Energia Elétrica: Calçados de segurança (botas de cano curto confeccionada em couro com isolamento elétrico), luvas de proteção para eletricitista (de borracha e de vaqueta), óculos de proteção, capacete e cinto de segurança tipo paraquedista.

Oficinas: Calçados de segurança, protetores auditivos, protetor respiratório, luvas antiderrapantes, óculos de proteção, touca árabe, mangote, perneira de raspa e avental de raspa de couro.

Recomenda-se que o **Setor de Manutenção de Aparelhos de Refrigeração (Ar Condicionado)** seja segregado dos demais setores visando o controle do ruído ocupacional e dos poluentes tais como, fumaça, poeiras (operações de lixamento) e fumos metálicos (operações de soldagem).

2.2.1.13 CASA DE MÁQUINAS DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO

Atividades Desenvolvidas: Nesse local é realizada a manutenção e operação do complexo de bombas e equipamentos que produzem água gelada, usada na alimentação do sistema de ar condicionado central dos anexos do Palácio do Planalto.

Os que trabalham nesse setor ficam expostos a um nível médio de ruído que pode atingir a 95 dB(A).



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 95 dB(A) proveniente de fontes como complexo de bombas e equipamentos do sistema de ar condicionado, esmeril.
- **Riscos Biológicos:** Exposição a ácaros, fungos, bactérias e parasitas nas operações de limpeza de filtros e de tubulações de ar condicionado.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, carregamento de peso e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas e carregamento de peso.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Ácaros, fungos, bactérias e parasitas:** Esses agentes biológicos causam agravos na saúde das pessoas, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

Limite de Tolerância: No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora atingiram a marca de 95 dB(A) ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, entre eles calçados de segurança, protetores auditivos, luvas antiderrapantes, protetores respiratórios (limpeza de filtros), óculos de proteção.

2.2.1.14 SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE ENGENHARIA CIVIL

Atividades Desenvolvidas: As atividades de supervisão, fiscalização e levantamento de dados de diversos serviços técnicos de engenharia tais como construção, manutenção, reparos, instalações, alvenaria e obras civis de um modo geral, abrangem uma gama enorme de atribuições que fazem com que os profissionais se expõem aos riscos ambientais quando ingressam nas diversas áreas entre as quais, canteiro de obras, alvenaria, rede hidrossanitária, pintura, marcenaria, lustração, serralheria e outras áreas afins.

O ingresso na área de riscos ambientais e o contato com os agentes insalubres, em sendo tarefas afetas, inerentes à função do profissional da supervisão/fiscalização dos serviços de manutenção, reparos e obras civis, são de natureza eventual ou intermitente **não caracterizando as atividades como insalubres.**

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Ruído de máquinas operatrizes tais como, policorte, esmeril, furadeiras e outras fontes existentes nos ambientes objetos de fiscalização.
- **Riscos Químicos:** Exposição a álcalis cáusticos, tais como cimento e cal; exposição à sílica livre cristalizada (poeira mineral).



- **Riscos de Acidentes:** Queda de objetos das lajes superiores; arranjo físico inadequado; máquinas sem proteção; Iluminação deficiente; ligações elétricas deficientes; armazenamento inadequado de materiais; improvisação de ferramentas e ferramentas defeituosas; quedas de nível.
- **Riscos Ergonômicos:** Trabalho realizado em pé; exigência de posturas inadequadas.

Grau de Agressividade ao Homem:

Ruído: Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

Álcalis Cáusticos: Os profissionais da construção civil ficam expostos a materiais compostos de cimento e areia sendo passíveis de ficarem expostos à substância alcalina cáustica causadora de dermatites de contato, afetando pele e olhos.

As principais ações do cimento e poeira do cimento sobre tegumento e conjuntivas são respectivamente: dermatite de contato por irritação; dermatite de contato por irritação forte (queimaduras pelo cimento); dermatite de contato alérgica; hiperkeratose-hardening; hiperkeratose subungueal; paroníquias; onicolises; sarnas dos pedreiros e conjuntivites.

Importante salientar que os profissionais da supervisão e fiscalização, ao longo do período laboral, usam os EPI que a atividade requer, tais como, capacete, óculos de proteção, proteção respiratória e proteção auditiva, EPI estes que elidem os agentes insalubres. A insalubridade é elidida com a utilização comprovada dos EPI que possuem o CA – Certificado de Aprovação aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.



Não foi detectada, durante a inspeção técnica, a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente.

Poeira (Sílica Livre Cristalizada / SiO₂): A longa exposição a quantidades consideráveis de sílica pode causar no trabalhador a doença denominada silicose, doença pulmonar crônica e incurável assim como outras doenças pulmonares como a asma profissional, câncer de pulmão, tuberculose e outras pneumopatias.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora em muitas situações ultrapassam o Limite de Tolerância de 85 dB(A) de modo eventual ou intermitente. Considerando as inúmeras situações no cômputo geral de uma jornada de trabalho em que o ruído fica abaixo do Limite de Tolerância, incluindo inclusive as pausas e situações de níveis de pressão sonora mais amenas, o Ruído Equivalente fica abaixo de 85 dB(A).

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais).

O produto cimento não se classifica como agente insalubre, em face das atividades desenvolvidas no dia a dia pelos profissionais da fiscalização, não tendo direito receber o adicional de insalubridade. O Anexo 13 / Operações Diversas da Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE se refere ao processo de fabricação do agente químico "álcalis cáusticos", contido no cimento, e não no simples emprego deste material para utilização em obras da construção civil.

Tendo em vista a exposição à poeira mineral (SiO₂) nas atividades de supervisão e fiscalização, não houve como medir a concentração dos aerodispersóides cuja técnica de amostragem exige a utilização



de instrumentos de alta precisão e tecnologia não disponíveis na Presidência da República.

Exposição: De modo eventual ou intermitente, com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas nesse setor.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: capacete, óculos de proteção, proteção respiratória e proteção auditiva.

2.2.2 COTRAN - COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE

2.2.2.1 GARAGEM

2.2.2.1.1 ADMINISTRAÇÃO

Atividades Desenvolvidas: As atividades desenvolvidas nesse setor são de caráter administrativo. Durante a realização da inspeção técnica não foram constatadas, em tais atividades, fatores de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Administração da COTRAN tendo em vista que não há exposição habitual e permanente aos agentes de riscos que caracterizem a insalubridade.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.2.2.1.2 CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO (LOCOMOÇÃO)

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor são desenvolvidas atividades de atendimento telefônico referente às requisições e agendamento de viaturas para suprir aos diversos setores da Presidência da República disponibilizando transporte terrestre de pessoas e cargas em todo o Distrito Federal e entorno. Trabalham em regime de escala 12x36. Durante a realização da inspeção técnica não foram constatadas, em tais atividades, fatores de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº



4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Administração da COTRAN tendo em vista que não há exposição habitual e permanente aos agentes de riscos que caracterizem a insalubridade.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.2.2.1.3 SALA DE MOTORISTAS

Atividades Desenvolvidas: Local destinado ao repouso dos motoristas onde os mesmos ficam à espera das demandas de transporte de servidores da Presidência da República.

Não foi evidenciado, em tal posto de trabalho, a existência de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Administração da COTRAN tendo em vista que não há exposição habitual e permanente aos agentes de riscos que caracterizem a insalubridade.



Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.2.2.1.4 LAVA-RÁPIDO DE CARROS

Atividades Desenvolvidas: A lavagem é feita de dois modos, a saber, de modo automático (duas máquinas lava a jato) e de modo manual. Os carros são inicialmente lavados com lava a jato automático em que o operador do mesmo não mantém contato com água ou produtos químicos, sendo a limpeza manual final feita com água e xampoo e sendo também usado, de forma intermitente, os desengraxantes cáusticos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de fontes como o esguicho da mangueira. Exposição à umidade com atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados.
- **Riscos Químicos:** Exposição a shampoo e desengraxantes cáusticos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas; trabalho realizado em pé; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Umidade:** Os trabalhadores que passam muito tempo molhados podem ficar resfriados ou até mesmo sofrer com os efeitos do frio. A exposição dos trabalhadores à umidade pode acarretar



doenças no: aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, doenças circulatórias entre outras. A Umidade traz efeitos metabólicos e endocrinológicos para a saúde.

- **Desengraxantes Cáusticos:** O agravante dos produtos químicos que são usados na lavagem de veículos são que muitos entram em contato direto com a pele provocando dermatites e doenças da pele além de serem tóxicos.

Quando ingeridos podem causar irritação gastrointestinal, náuseas e dor de cabeça.

Quando inalado pode causar irritação na garganta, nariz e pulmões.

Quando em contato com a pele pode causar irritações no uso prolongado sem luvas.

Quando em contato com os olhos e mucosa causa irritações severas e/ou queimaduras.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora não ultrapassaram o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Quanto à exposição à umidade, a análise pericial da insalubridade é qualitativa (e não quantitativa) e está fundamentada no Anexo 10 (umidade) da NR-15. No Anexo 10 da NR-15 está transcrito (na íntegra): “As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.”

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a manuseio de álcalis cáusticos (desengraxantes cáusticos) já caracteriza a



insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a operações diversas, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e anexo 10 (umidade) em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, óculos de proteção (para desengraxantes), máscara com filtro para vapores ácidos (para desengraxantes), luvas de borracha ou similares; avental impermeável e botas de borracha.

2.2.2.1.5 LAVAGEM MANUAL DE ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades consistem em efetuar a lavagem manual de ônibus e veículos leves utilizando água, xampu e sendo também utilizado, de forma intermitente, desengraxantes cáusticos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 85 dB(A) proveniente de fontes como o esguicho da mangueira. Exposição à umidade com atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados.
- **Riscos Químicos:** Exposição a shampoo e desengraxantes cáusticos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas; trabalho realizado em pé; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.



Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Umidade:** Os trabalhadores que passam muito tempo molhados podem ficar resfriados ou até mesmo sofrer com os efeitos do frio. A exposição dos trabalhadores à umidade pode acarretar doenças no: aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, doenças circulatórias, entre outras. A Umidade traz efeitos metabólicos e endocrinológicos para a saúde.
- **Desengraxantes Cáusticos:** O agravante dos produtos químicos que são usados na lavagem de veículos são que muitos entram em contato direto com a pele provocando dermatites e doenças da pele além de serem tóxicos.

Quando ingeridos podem causar irritação gastrointestinal, náuseas e dor de cabeça.

Quando inalado pode causar irritação na garganta, nariz e pulmões.

Quando em contato com a pele pode causar irritações no uso prolongado sem luvas.

Quando em contato com os olhos e mucosa causa irritações severas e/ou queimaduras.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora não ultrapassaram o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Quanto à exposição à umidade, a análise pericial da insalubridade é qualitativa (e não quantitativa) e está fundamentada no Anexo 10 (umidade) da NR-15. No Anexo 10 da NR-15 está transcrito (na íntegra): “As atividades ou operações executadas em locais



alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.”

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a manuseio de álcalis cáusticos (desengraxantes cáusticos) já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a operações diversas, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e anexo 10 (umidade) em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, óculos de proteção (para desengraxantes), máscara com filtro para vapores ácidos (para desengraxantes), luvas de borracha ou similares; avental impermeável e botas de borracha.



2.2.2.1.6 ABASTECIMENTO DE VIATURAS (POSTO DE COMBUSTÍVEL)

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor é feito o abastecimento de viaturas com combustível, a saber, álcool, gasolina e óleo diesel, por meio de bombas de abastecimento, existindo no local um tanque de armazenamento para cada um desses líquidos inflamáveis, com capacidade de 15.000 litros.

No setor de Abastecimento de Viaturas é realizado o recebimento e a conferência de combustível. Na etapa de conferência o servidor se posiciona sobre o caminhão-tanque para fins de constatação do nível do combustível, permanecendo na área de risco.

As atividades e operações relatadas anteriormente são caracterizadoras como de periculosidade, com base nos anexos da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição e possibilidade de contaminação pelo benzeno e outros derivados do petróleo classificados como hidrocarbonetos aromáticos.
- **Riscos de Acidentes:** Possibilidade de explosão nas atividades de abastecimento e conferência envolvendo líquidos combustíveis inflamáveis (carregamento, armazenamento e abastecimento de veículos).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas por jornadas prolongadas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Acidentes/Explosão:** Os profissionais que atuam na área estão sujeitos às condições e operações perigosas tendo em vista a inúmeras situações de riscos que podem levar a explosões face à alta circulação de gases inflamáveis e as fontes de ignição sempre presentes.



- **Hidrocarbonetos Aromáticos:** Contato físico ou pela inalação de vapores de combustíveis (gasolina, álcool e diesel) expõe os trabalhadores a agentes cancerígenos entre os quais o benzeno.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos perigosos (acidentes que é o mais representativo) sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações dos profissionais do setor de Abastecimento de Viaturas são caracterizadoras de periculosidade, com base no anexo III (Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer, a saber, máscara para inalação de vapores orgânicos, óculos protetor, calçados de segurança, luva ou creme de proteção para as mãos, avental impermeável de PVC, boné e macacão de algodão ou brim (não é EPI, mas protege o trabalhador).

2.2.2.1.7 BORRACHARIA

Atividades Desenvolvidas: As atividades nesse posto laboral consistem na montagem e desmontagem de pneus, conserto de câmaras de ar, balanceamento de pneus, etc.. Os que exercem tais atividades usam colas à base de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos.



Existe também exposição ao ruído ocupacional da ordem de 92 dB(A) no manuseio da parafusadeira pneumática e de 105 dB(A) quando utilizando jatos de ar para limpeza de pneus.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de impacto de até 92 dB(A) (utilizando a parafusadeira pneumática) ou ruído contínuo ou intermitente de 105 dB(A) utilizando jatos de ar para limpeza de pneus.
- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos proveniente do uso de graxas, colas, solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas elétricas e pneumáticas manuais.
- **Riscos Ergonômicos:** Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso e exigências de posturas inadequadas; trabalho realizado em pé e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (colas e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.



Limite de Tolerância:

No caso, a exposição eventual ao ruído de impacto atingiu a marca de 92 dB(A), inferior ao Limite de Tolerância de 120 dB(C) com medidor (decibelímetro) operando no circuito de resposta rápida (FAST) e circuito de compensação C. No caso de exposição ao ruído contínuo ou intermitente, foi atingido o nível de 105 d(BA), ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças contendo hidrocarbonetos aromáticos”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor



respiratório (máscaras com filtros para vapores orgânicos), luvas, óculos de proteção e creme de proteção para as mãos.

2.2.2.2 GARAGEM

2.2.2.2.1 OFICINA MECÂNICA

2.2.2.2.2 RECEPÇÃO TÉCNICA

Atividades Desenvolvidas: As atividades nesse posto laboral consistem no recebimento e entrega de veículos, a serem e já consertados, bem como outras atividades de cunho administrativo.

Os que desenvolvem suas atividades nesse setor ficam expostos a níveis de ruído da ordem de 89 dB(A) e 102 dB(A) oriundos de fontes como policorte e secagem de peças com ar comprimido, instalados no interior da oficina.

Os colaboradores também ficam expostos a poluentes emitidos pelos veículos que são consertados no interior da oficina.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo de 89 dB(A) e 102 dB(A) oriundos de fontes como policorte e secagem de peças com ar comprimido, instalados no interior da oficina.
- **Riscos Químicos:** Exposição aos poluentes (monóxido de carbono) provenientes dos escapamentos dos veículos com o motor em funcionamento.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade,



fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo atingiu a marca de 102 dB(A) oriundo de fontes como policorte e secagem de peças com ar comprimido, instalados no interior da oficina ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Monóxido de Carbono:** A concentração máxima foi de 3ppm (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança e protetor auditivo.



2.2.2.2.3 MECÂNICA AUTOMOTIVA

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades dizem respeito à manutenção mecânica em geral de automóveis, onde os que as executam mantêm contato com óleos e graxas minerais, bem como efetuam a lavagem e limpeza de peças com gasolina, óleo diesel e solventes (produtos à base de hidrocarbonetos aromáticos).

Existe também exposição ao ruído ocupacional proveniente de máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos cujos níveis de pressão sonora atingiu até 105 dB(A) quando utilizando jatos de ar para limpeza de pneus.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos proveniente do uso de graxas, colas, solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos e ao monóxido de carbono proveniente dos escapamentos dos veículos em manutenção.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes e ferramentas elétricas e pneumáticas manuais.
- **Riscos Ergonômicos:** Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso e exigências de posturas inadequadas; trabalho realizado em pé e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade,



fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Hidrocarbonetos Aromáticos (graxas, colas e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.
- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo atingiu a marca de 102 dB(A) oriundo de fontes como policorte e secagem de peças com ar comprimido, instalados no interior da oficina ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Monóxido de Carbono:** A concentração máxima foi de 3ppm (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos:** No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras



minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor respiratório (máscaras com filtros para vapores orgânicos), protetor auditivo, luvas, óculos de proteção, creme de proteção para as mãos e avental impermeável.

2.2.2.2.4 ELETRICIDADE AUTOMOTIVA

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades dizem respeito à manutenção elétrica de automóveis, onde os que as executam realizam a lavagem de peças com gasolina e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos.

Existe também exposição ao ruído ocupacional proveniente de máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos cujos níveis de pressão sonora atingiu até 105 dB(A) quando utilizando jatos de ar para limpeza de pneus.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):



- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos proveniente do uso de graxas, colas, solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos e ao monóxido de carbono proveniente dos escapamentos dos veículos em manutenção.
- **Riscos de Acidentes:** Choques, cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes e ferramentas elétricas e pneumáticas manuais.
- **Riscos Ergonômicos:** Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso e exigências de posturas inadequadas; trabalho realizado em pé e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (graxas, colas e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.
- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono



aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo atingiu a marca de 102 dB(A) oriundo de fontes como policorte e secagem de peças com ar comprimido, instalados no interior da oficina ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Monóxido de Carbono:** A concentração máxima foi de 3ppm (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos:** No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10%



incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor respiratório (máscaras com filtros para vapores orgânicos), protetor auditivo, luvas, óculos de proteção, creme de proteção para as mãos e avental impermeável.

2.2.2.2.5 LANTERNAGEM

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades consistem de efetuar lanternagem em geral de chapas metálicas, onde os que as executam se expõem, de forma contínua ou intermitente, a ruídos da ordem de 98 e 108 dB(A) emanados respectivamente das máquinas manuais, lixadeiras e policorte, além de também se exporem a fumos metálicos provenientes das operações de corte e solda elétrica ou oxi-acetilênica.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a aerodispersóides (fumos metálicos) nas operações de soldagem. A grande questão em relação à solda são os riscos ocupacionais aos quais ficam expostos os soldadores, especialmente quando permanecem por longos períodos em contato com os gases produzidos durante a tarefa, que são extremamente tóxicos. Exposição a produtos componentes da solda como chumbo, cádmio e manganês.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas operatrizes. Queimaduras nas operações de soldagem.



- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas e carregamento de peso.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Aerodispersóides:** Os fumos metálicos podem aderir aos alvéolos provocando câncer. Essas partículas são inaladas muito facilmente e permanecem no organismo – principalmente no pulmão – por muito tempo causando sérios problemas ao sistema nervoso e respiratório. Os fumos de solda promovem o desencadeamento de doenças, como por exemplo: asma; câncer de pulmão; infarto; ulcerações na pele e no septo nasal; doenças pulmonares, dermatite alérgica, infertilidade e problemas relacionados.
- **Radiações não ionizantes:** Efeitos físicos deletérios gerados nas operações de soldagem tais como exposição ao calor, aos respingos de metal, à luz visível, radiação infravermelha e ultravioleta. Problemas como conjuntivite, eritema cutâneo, catarata, fotoenvelhecimento e câncer de pele são potenciais causadores de danos ao soldador.

Limite de Tolerância: No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora atingiu a marca de 108 dB(A) ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes



químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer entre eles, calçados de segurança, protetores auditivos, protetor respiratório (máscaras com filtros), luvas, óculos de proteção, mangote, perneira de raspa, avental de raspa ou impermeável e creme de proteção para as mãos.

2.2.2.2.6 PINTURA DE AUTOMÓVEIS

Atividades Desenvolvidas: Tais serviços consistem em realizar pintura automotiva, à pistola, onde os que as executam utilizam tintas e esmaltes sintéticos contendo produtos (solventes) classificados como hidrocarbonetos aromáticos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de pistolas de pintura, máquinas operatrizes, ferramentas elétricas e pneumáticas manuais e motores dos veículos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos (pintura à pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos) empregados nas operações de pintura.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico.



Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Aerodispersóides:** Os Hidrocarbonetos Aromáticos (esmaltes, tintas, vernizes e solventes) apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias em meio ao processo de pintura. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.

Limite de Tolerância: No caso da exposição ao ruído de fundo, os índices de pressão sonora atingiu a marca de 84 dB(A) não ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “**Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono**”, estabelecendo Insalubridade de grau máximo para as atividades de “pintura à pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos”.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer. Tendo em vista que os pintores manuseiam



componentes tóxicos e inflamáveis, é indispensável a proteção da pele, olhos e pulmões.

Os equipamentos de proteção individual recomendados para os profissionais da pintura são respectivamente: calçados de segurança, protetores auditivos, protetor respiratório (máscaras com filtros químicos contra vapores orgânicos), luvas, óculos de proteção e macacão com manga comprida para proteger a pele.

2.2.2.2.7 LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

Atividades Desenvolvidas: Tais serviços consistem em efetuar a lavagem de veículos com jatos de água sob pressão e utilizando shampoo e produtos químicos de lavagem cáustica, irritantes e tóxicos à mucosa nasal.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional de até 85 dB(A) proveniente de fontes como o esguicho da mangueira. Exposição à umidade com atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados.
- **Riscos Químicos:** Exposição a shampoo e desengraxantes cáusticos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas; trabalho realizado em pé; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).



- **Umidade:** Os trabalhadores que passam muito tempo molhados podem ficar resfriados ou até mesmo sofrer com os efeitos do frio. A exposição dos trabalhadores à umidade pode acarretar doenças no: aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, doenças circulatórias entre outras. A umidade traz efeitos metabólicos e endocrinológicos para a saúde.
- **Desengraxantes Cáusticos:** O agravante dos produtos químicos que são usados na lavagem de veículos são que muitos entram em contato direto com a pele provocando dermatites e doenças da pele além de serem tóxicos.

Quando ingeridos podem causar irritação gastrointestinal, náuseas e dor de cabeça.

Quando inalado pode causar irritação na garganta, nariz e pulmões.

Quando em contato com a pele pode causar irritações no uso prolongado sem luvas.

Quando em contato com os olhos e mucosa causa irritações severas e/ou queimaduras.

Limite de Tolerância:

No caso da exposição ao ruído ocupacional, os índices de pressão sonora não ultrapassaram o Limite de Tolerância de 85 dB(A).

Quanto à exposição à umidade, a análise pericial da insalubridade é qualitativa (e não quantitativa) e está fundamentada no Anexo 10 (umidade) da NR-15. No Anexo 10 da NR-15 está transcrito (na íntegra): “As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho”.

No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de



Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a manuseio de álcalis cáusticos (desengraxantes cáusticos) já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a operações diversas, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e anexo 10 (umidade) em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, óculos de proteção (para desengraxantes), máscara com filtro para vapores ácidos (para desengraxantes), luvas de borracha ou similares; avental impermeável e botas de borracha.

2.2.2.2.8 CAPOTARIA

Atividades Desenvolvidas: Tais atividades consistem em serviços de reparos de estofados, tetos, portas, assoalhos e porta-malas de veículos, utilizando carpetes, napas, courvin, tecido e outros produtos similares, onde os que executam tais atividades manipulam, de forma intermitente, colas e solventes à base de hidrocarbonetos aromáticos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de impacto de até 95 dB(C) (utilizando o grampeador pneumático) grampeando o tecido na madeira e ruído contínuo ou intermitente de 100 dB(A) (utilizando o jato de limpeza).



- **Riscos Químicos:** Exposição a hidrocarbonetos aromáticos proveniente do uso de colas e solventes classificados como hidrocarbonetos aromáticos.
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e esmagamentos nas operações com máquinas elétricas e pneumáticas manuais.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; trabalho realizado em pé, carregamento de peso e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (colas e solventes):** Apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.

Limite de Tolerância:

A exposição ao ruído intermitente atingiu a marca de 100 dB(A), superior ao Limite de Tolerância de 85 dB(A) utilizando o medidor (decibelímetro) operando no circuito de resposta lenta (Slow) e circuito de compensação A. No caso de exposição ao ruído de impacto, as medições do nível de pressão sonora ficaram em torno de 95 dB(C), inferior ao Limite de Tolerância de 120 dB(C), utilizando o medidor (decibelímetro) operando no circuito de resposta rápida (Fast) e circuito de compensação C.



No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades com “Emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor respiratório (máscaras com filtros para vapores orgânicos), protetor auditivo, luvas e óculos de proteção.

2.2.2.2.9 FERRAMENTAL

Atividades Desenvolvidas: O trabalho desenvolvido nesse setor é referente ao controle e manutenção de ferramentas onde os que ali trabalham ficam expostos, de forma contínua ou intermitente, durante sua jornada de trabalho, a ruídos acima de 85 dB(A),



originados de vários setores no interior da oficina tendo em vista a movimentação de forma constante por essas áreas.

Os colaboradores também ficam expostos a poluentes emitidos pelos veículos que passam por manutenção no interior da oficina.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo oriundo de fontes como máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instalados no interior da oficina.
- **Riscos Químicos:** Exposição aos poluentes (monóxido de carbono) proveniente dos escapamentos dos veículos com o motor em funcionamento.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar em efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.



Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo atingiu a marca de 85 dB(A) a 102 dB(A) oriundo de máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instaladas no interior da oficina ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Monóxido de Carbono:** Exposição ao ruído de fundo oriundo (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança e protetor auditivo.

2.2.2.2.10 DEPÓSITO DE LUBRIFICANTES

Atividades Desenvolvidas: Nesse local é feito o armazenamento e a distribuição de óleos lubrificantes em geral. Não há contato físico entre o servidor e o agente químico (óleo) tendo em vista o armazenamento em embalagens fechadas.

Não foi detectado em tal local a existência de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres ou perigosas.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo oriundo de fontes como máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instalados no interior da oficina.
- **Riscos Químicos:** Exposição aos poluentes (monóxido de carbono) proveniente de dos escapamentos dos veículos com o motor em funcionamento.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo foi inferior ao Limite de Tolerância de 85 dB(A) oriundo de máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instaladas no interior da oficina.
- **Monóxido de Carbono:** Exposição ao ruído de fundo oriundo (partes por milhão) inferior portanto ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos)



cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).

Exposição: De modo eventual com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, as atividades desenvolvidas não são insalubres.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança e protetor auditivo.

2.2.2.2.11 DEPÓSITO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS

Atividades Desenvolvidas: Nesse local é feito a recepção, conferência e armazenagem de peças e elementos de máquinas automotivas. Fazem os lançamentos da movimentação de entrada e saída de material e controlam os estoques. Distribuem as peças e elementos de máquinas automotivas a serem expedidos. Organizam o setor para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.

Os que ali trabalham ficam expostos, de forma contínua ou intermitente, durante sua jornada de trabalho, a ruídos acima de 85 dB(A), originados de vários setores no interior da oficina tendo em vista a movimentação de forma constante por essas áreas.

Os colaboradores ficam expostos aos produtos empregados na lavagem de veículos (setor ao lado) com jatos de água sob pressão utilizando produtos químicos de origem cáustica, irritantes e tóxicos à mucosa nasal. Ficam expostos também a poluentes emitidos pelos veículos que passam por manutenção no interior da oficina.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo oriundo de fontes como máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instalados no interior da oficina.



- **Riscos Químicos:** Exposição aos poluentes (monóxido de carbono) proveniente dos escapamentos dos veículos com o motor em funcionamento. Exposição a shampoo e desengraxantes cáusticos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Desengraxantes Cáusticos:** O agravante dos produtos químicos que são usados na lavagem de veículos são que muitos entram em contato direto com a pele provocando dermatites e doenças da pele além de serem tóxicos.

Quando ingeridos podem causar irritação gastrointestinal, náuseas e dor de cabeça.

Quando inalado pode causar irritação na garganta, nariz e pulmões.

Quando em contato com a pele pode causar irritações no uso prolongado sem luvas.

Quando em contato com os olhos e mucosa causa irritações severas e/ou queimaduras.

- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar em efeitos neurológicos



irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração).
Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo atingiu a marca de 85 dB(A) a 102 dB(A) oriundo de máquinas operatrizes e equipamentos elétricos manuais instaladas no interior da oficina ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Agentes Químicos:** O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a manuseio de álcalis cáusticos (desengraxantes cáusticos) já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a operações diversas, estabelecendo Insalubridade de grau médio.
- **Monóxido de Carbono:** Exposição ao ruído de fundo oriundo (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 1 (ruído contínuo ou intermitente) e anexo 13 (agentes químicos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).



Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, protetor auditivo e protetor respiratório.

2.2.3 COAGE-COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.2.3.1 COORDENAÇÃO DE SUBSISTÊNCIA

2.2.3.1.1 ALMOXARIFADO

Atividades Desenvolvidas: As atividades e operações desenvolvidas no Almojarifado (depósito de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, descartáveis e produtos de limpeza) dizem respeito à recepção, guarda e distribuição de materiais de consumo em geral.

Na parte superior do almoxarifado existe, isolado, um pequeno depósito medindo, aproximadamente, 3x4m², onde são armazenadas embalagens fracionadas contendo álcool, veja, pastas, sapólio, inseticidas e outros materiais semelhantes.

A entrada e/ou permanência de servidores no depósito se dá de modo eventual, não ficando expostos de modo permanente aos riscos ambientais.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: No Almojarifado como um todo, de modo eventual com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Subsistência (Almoxarifado) tendo em vista que não há exposição permanente ou habitual a agentes de riscos ambientais.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.2.3.1.2 COZINHAS DOS RESTAURANTES I, II E III DO ANEXO IV

OBS: Serviços Terceirizados.

Atividades Desenvolvidas: Nas cozinhas são feitos o preparo e a cocção dos alimentos. As atividades desenvolvidas consistem em atender aos usuários recepcionando-os e servindo refeições e bebidas; arrumar mesas, organizar, conferir e controlar materiais de trabalho, bebidas e alimentos; limpar e higienizar o ambiente; preparar alimentos e bebidas; cortar e lavar as verduras, legumes e folhas; manusear enlatados; temperar e decorar as saladas; lavar pratos e talheres; temperar, cozinhar, fritar e assar alimentos; cortar e temperar carnes; lavar panelas e utensílios.

Planejar a produção e trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído oriundo de liquidificador, picadores/moedores, cortadores industriais e outros equipamentos utilizados em cozinha do tipo industrial. Exposição ao calor proveniente de fogão industrial, panelas de cocção, fornos, chapas e assadeiras.
- **Riscos de Acidentes:** Quedas, esmagamentos, escoriações, queimaduras, choques elétricos em decorrência de máquinas desprotegidas, pisos escorregadios, fogões, fornos, panelas, objetos quentes, equipamentos elétricos.



- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, movimentos repetitivos, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Calor:** Durante a exposição ao calor ambiental excessivo, o organismo produz mais calor embora estabeleça mecanismos de regulação para reduzir a sua temperatura. Porém, se a exposição prolongada ao calor em excesso persistir, é possível que o indivíduo desenvolva um aumento da irritabilidade, fraqueza, depressão, ansiedade e incapacidade para se concentrar. Nos casos mais graves podem ocorrer alterações físicas. Os principais sintomas no organismo são: câibras, insolação, lesões de órgãos, desidratação, etc..

Limite de Tolerância:

Nas áreas mais quentes das cozinhas (próximo às panelas de cocção, fogões industriais e fornos), as medições do Índice de Bulbo Úmido - Termômetro Globo – IBUTG apresentaram leituras máximas no instrumento de medição em torno de 27,7°C acima do limite de tolerância ao calor, para esse tipo de atividade que é um IBUTG = 26,7°C.

Foi considerado no processo de avaliação das medições de temperatura, o ambiente interno sem carga solar, o regime de trabalho e o tipo de atividade desenvolvida.

Os níveis de ruído medidos foram inferiores ao Limite de Tolerância de 85 dB(A). O Instrumento posicionado na altura da zona auditiva de um trabalhador padrão e a 1m da fonte.



Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 3 (calor) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, as atividades são consideradas insalubres, de grau médio, para os que trabalham no preparo, cocção e cozimento dos alimentos.

Medidas Corretivas: Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, touca, máscara higiênica, luvas, avental, calçados de segurança, uniforme.

2.2.3.1.3 COZINHA DO PALÁCIO DO PLANALTO

Atividades Desenvolvidas: O ambiente é dotado de instalações como freezer, geladeiras, fogão industrial a gás, máquina de fazer gelo, sanduicheira elétrica, forno elétrico, cortadeira de frios, micro-ondas e coifa exaustora. Na cozinha são feitos o preparo de lanches, salada de frutas e sucos. Planejar a produção e trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Queimaduras, quedas (pisos escorregadios), choques face ao manuseio de equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos de acidentes ou ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.2.3.2 COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

2.2.3.2.1 ALMOXARIFADO

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor (Almoxarifado) são desenvolvidas as seguintes atividades: recebimento, incorporação, distribuição e controle de bens patrimoniais móveis; administração de imóveis residenciais funcionais; aquisição, recebimento, incorporação e distribuição de materiais de consumo.

No interior do almoxarifado existe, isolado, um pequeno depósito medindo, aproximadamente, 8m², onde são armazenadas embalagens fracionadas contendo álcool na forma líquida ou em gel. Os serviços nesse ambiente são apenas de distribuição dos produtos.

Não foi detectada durante a realização da inspeção técnica a existência de riscos ocupacionais geradores de condições insalubres ou perigosas.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Medidas Corretivas: Usar os EPI que a atividade requer, caso seja necessário, a saber, luvas de borracha ou luvas de raspa de couro e semimáscaras descartáveis.

2.2.3.3 COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

2.2.3.3.1 ZELADORIA E LIMPEZA

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: Esse setor realiza e supervisiona, de forma intermitente, os serviços de dedetização, desinsetização e desratização, no combate às pragas e doenças e executa outras atividades de mesmo nível de complexidade e responsabilidade onde são utilizados pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados. Citados serviços são realizados por empresas terceirizadas.

São desenvolvidas também, atividades diárias de limpeza e higienização de pisos, vasos sanitários, mictórios, lavabos dos banheiros, varrição e recolhimento de lixo das unidades sanitárias de toda a Presidência da República. Embora exista exposição a riscos de origem biológica, não há legislação pertinente ao assunto que classifique as atividades desenvolvidas como insalubres. Citados serviços são realizados por empresas terceirizadas.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo oriundo de fontes como máquinas de lavar pisos e enceradeiras nas atividades diárias de limpeza e higienização de pisos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos químicos em geral durante o preparo e pulverização, nas atividades de dedetização, desinsetização e desratização, onde são utilizados pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e



rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados. Exposição a produtos de limpeza.

- **Riscos Biológicos:** Virus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e protozoários nas atividades de limpeza instalações sanitárias como pias e vasos e recolhimento de lixo.
- **Riscos de Acidentes:** Quedas (pisos escorregadios), choques (equipamentos desprotegidos), picadas de animais peçonhentos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados:** Inibição de colinesterases; distúrbios sensoriais cutâneos e hipersensibilidade; inibição da respiração celular; anticoagulante; fragilidade capilar e hemorragia (acúmulo do efeito); inibidor reversível do receptor GABA.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo foi inferior ao Limite de Tolerância de 85 dB(A) oriundo de equipamentos como máquinas de lavar pisos e enceradeiras.
- **Agentes Químicos:** O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção



realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação, as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição no “emprego de defensivos e organofosforados” assim como o “emprego de produtos parasitocidas, inseticidas e raticidas à base de compostos de arsênico”, este último, se for o caso, caracterizam a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

OBS: Nas atividades de limpeza de banheiros, instalações sanitárias e recolhimento de lixo comum, o fato de não haver o contato permanente com os agentes de riscos sejam eles **químicos ou biológicos descaracteriza a insalubridade**. Além do mais, os empregados fazem uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI que a atividade requer.

No que diz respeito ao recolhimento de lixo, mesmo aqueles provenientes de banheiros, cabe salientar que o anexo nº 14 faz referência a lixo urbano (coleta e industrialização) o que não pode ser confundido, por analogia, com lixo comum que são os resíduos de residências, estabelecimento comerciais e prédios públicos. O lixo urbano é coletado em diversos locais de uma cidade, num volume bastante intenso e de materiais de todo o tipo, enquanto o lixo de residências, escritórios e estabelecimentos públicos, é proveniente de um só local e de volume pequeno, geralmente com pouca variedade de materiais, ou seja, grande parte é papel.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade:

- **Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização:** De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).



Conforme estabelece o parágrafo único do artigo 9 da Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, no caso do servidor estar submetido a condições insalubres ou perigosas em período de tempo que não configure exposição habitual, nos termos do inciso II do caput deste artigo, mas em período de tempo que configure o direito ao adicional conforme os Anexos e Tabelas das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, prevalecerá o direito ao recebimento do respectivo adicional.

- **Conservação e Limpeza:** De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber:

Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização: calçados de segurança, máscara com respirador, óculos protetor, luvas e capote, necessários à proteção.

Conservação e Limpeza: Calçados de segurança, protetor respiratório (caso necessário) e luvas.

2.2.3.3.2 DEPÓSITO / TRIAGEM DE RESÍDUOS

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: As atividades desenvolvidas pelos empregados nas operações relacionadas ao Depósito/Triagem de Resíduos estão assim discriminadas:

- Receber os resíduos acondicionados em sacos de 200L provenientes dos diversos setores da Presidência da República. A maioria dos resíduos já vem separado por tipologia;
- Separar e fazer a triagem dos resíduos em geral tais como papel, papelão, plástico, vidro, metal, lixo de banheiro, lixo orgânico, resíduos ambulatoriais e de atendimento médico, madeiras/sucatas, lixo eletrônico e lixo geral não reciclável.
- Colocar os resíduos que passaram pela triagem nos contêineres separando por qualidade constitutiva e característica de cada espécie.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Contato com resíduos (lixo) provenientes de ambulatórios e serviço de saúde, banheiros sanitários assim como exposição a materiais orgânicos em decomposição;
- **Riscos de Acidentes:** Cortes em materiais perfurocortantes, escorregões; quedas de materiais pesados sobre partes do corpo;
- **Riscos Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; rotina de trabalho; levantamento e transporte manual de pesos e trabalho realizado em pé.

Grau de Agressividade ao Homem:

- O lixo recolhido pelos empregados do Setor de Depósito/Triagem de Resíduos da Presidência da República, tem a seguinte classificação segundo a sua constituição: Resíduos em geral tais como papel, papelão, plástico, vidro, metal, lixo de banheiro, lixo orgânico, resíduos ambulatoriais e de atendimento médico, madeiras/sucatas, lixo eletrônico e lixo geral não reciclável.
- Nos coletores de lixo em geral são encontradas alta prevalência de patologias graves, como: incidência de doenças infectocontagiosas, casos de escabiose, parasitoses intestinais diversas sobrepostas e gastroenterocolites. Torna-se, assim, possível concluir que os coletores de lixo estão expostos a muitas mazelas da área de saúde.
- A varrição, a coleta, o transporte e a disposição final do lixo sólido é um problema fundamental de saúde pública, pois um fim inadequado aos resíduos pode proporcionar um meio de propagação para insetos, roedores e alguns animais peçonhentos, que se comportam como transmissores de febre tifoide, cólera, diarreias, disenterias, tuberculose, conjuntivite, leptospirose, peste, tifo, triquinose, envenenamentos alimentares, meningite e outras doenças.
- É da incumbência dos empregados do setor analisado realizar o recolhimento do lixo contido nos diversos tipos de coletores, arriscando, portanto, a ter contato com sujidades de espécies diversas ali existentes ficando exposto à nocividade causada por agentes biológicos.



Limite de Tolerância:

- **Agentes Biológicos:** O Anexo nº 14 (Agentes Biológicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa. Desta forma, o trabalho ou operações, em contato permanente com lixo, neste caso similar ao lixo urbano, caracterizam a insalubridade de grau máximo, conforme estabelece o citado anexo 14.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau máximo (20% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 40% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: Calçados de segurança (bota de couro de cano médio), protetor respiratório, luvas de látex ou de raspa de couro; avental impermeável e uniforme (calça e camisa).

2.2.3.3.3 SERVIÇOS DE JARDINAGEM

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: Plantar, remover, replantar árvores; plantas ornamentais e hortaliças; podar árvores; podar para a formação de topiaria, quando aplicável; aplicar defensivos agrícolas como formicidas, herbicidas e fungicidas (organoclorados e organofosforados) com emprego de pulverizadores manuais; adubar e fertilizar com emprego de adubos orgânicos e químicos.

Citados serviços são realizados por empresas terceirizadas.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição a defensivos agrícolas como formicidas, herbicidas e fungicidas (organoclorados e organofosforados) nas tarefas de combate às pragas; exposição à poeiras orgânicas (esterco, farinha de ossos) e minerais (ureia) e exposição a gases provenientes da fermentação de adubos químicos e orgânicos;
- **Riscos Biológicos:** Exposição a microrganismos biológicos (bactérias e fungos) nas operações de aplicação de adubos orgânicos (esterco de animais);
- **Riscos de Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como materiais perfurocortantes (cacos de vidros, lâminas ou outros da mesma natureza); picadas de animais peçonhentos e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas (cócoras), monotonia e repetitividade. As posições incômodas no desenvolver das atividades podem causar danos à coluna, joelhos e articulações.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Defensivos Agrícolas:** Os defensivos agrícolas são substâncias ou mistura de substâncias de natureza química quando destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nocivo às plantas e animais úteis, seus produtos e subprodutos e ao homem.

A aplicação de pesticidas engloba um risco tóxico inerente ao produto empregado. Esta toxicidade apresenta aspectos distintos, conforme a origem do produto.

Os defensivos organofosforados têm elevado grau de toxicidade para o homem, apresentando grande grau de risco para as pessoas. Essa intoxicação é favorecida pela facilidade de penetrar no organismo não só por via oral ou por inalação de seus vapores ou neblina, como também através da pele.

Na intoxicação por defensivos organofosforados podemos diferenciar as etapas: sintomas iniciais, câimbras e paralisia. Os



sintomas iniciais se caracterizam por intensa sensação de mal-estar, náuseas, vômitos, diarreias, diminuição da agudez visual, lacrimação, angústia e agitação. Se o tóxico for muito forte, a vítima sofrerá dores de cabeça, alterações da sensibilidade, sensações de calafrio, insônia, confusão mental, tremores nas mãos, nas pernas e, às vezes, até na cabeça, alterações na fala e falta de orientação no espaço.

- **Adubos Minerais (Ureia):**

Os adubos minerais são produzidos sinteticamente pelas indústrias químicas, através de tratamento de minerais naturais. Sua composição básica é de nitrogênio, fósforo e potássio, podendo ser misturados a outros oligoelementos formando adubos compostos.

A ureia (carboamida, carbodiamida) é obtida pela combinação de anidro carbônico com o amoníaco, apresentada sob a forma de cristais incolores ou amarelos e não é tóxica ao homem.

- **Estercos (Adubos Orgânicos):**

A utilização de esterco como adubo e condicionador do solo, mesmo não sendo altamente tóxico, comparado com as substâncias químicas empregadas na agricultura, tampouco é inofensivo. Durante sua fermentação produz diversos gases (CO_2 – NH_3 – SH_2 – CH_4), cuja concentração excessiva pode provocar asfixias e explosões. Deve-se ainda acrescentar a esses dois tipos de riscos, os de infecções e de contaminações.

Os perigos de contaminação aparecem quando existe o contato direto dos alimentos e da água com a matéria orgânica em decomposição.

O esterco de animais contém e pode transmitir microorganismos e parasitas, como no caso de dejetos de aves que podem transmitir a ornitose.

A via respiratória constitui-se em via normal de penetração de microorganismos voláteis, trazendo sérios problemas pulmonares. Além disso, o bacilo do tétano está sempre presente no esterco, e qualquer solução de continuidade na pele, leva à doença.



Durante as tarefas e operações com adubos orgânicos, o trabalhador transpirando e em contato com o produto pode apresentar reações alérgicas e dermatoses.

Limite de Tolerância:

- **Agentes Químicos:** O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação, as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição no “emprego de defensivos e organofosforados” assim como o “emprego de produtos parasitocidas, inseticidas e raticidas à base de compostos de arsênico”, este último, se for o caso, caracterizam a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: Calçados de segurança (bota de couro de cano curto), avental de raspa de couro, óculos de segurança, perneira de proteção, luvas de raspa ou de borracha e uniforme.



2.2.3.3.4 REPROGRAFIA GERAL

Atividades Desenvolvidas: As tarefas executadas na Reprografia estão relacionadas a reproduzir documentos de forma geral, cortar, grampear ou encadernar documentação, arquivos, apostilas, blocos de papel, plastificar e executar outras atividades de mesma natureza e mesmos níveis de complexidade e responsabilidade, não havendo contato físico com substâncias nocivas tal como pó toner tendo em vista que o processo de substituição de cartuchos é feita com embalagens lacradas. As atividades e operações desenvolvidas no setor não caracterizam a insalubridade e/ou periculosidade.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Apesar do manuseio de álcool isopropílico empregado na limpeza das copiadoras, a concentração dos vapores na zona respiratória é muito pequena não trazendo riscos para o servidor. A toxicidade do álcool é muito baixa. Quanto à substituição do pó toner, estes são vedados em cartuchos de modo a não haver contato direto com o material. Vale ressaltar que o pó toner é uma mistura de resina termoplástica e negro de fumo. Segundo dados experimentais, não causa toxicidade por inalação, nem irritação primária da pele ou olhos. No que diz respeito à produção de ozônio durante o processo xerográfico vale ressaltar que as quantidades liberadas são insignificantes não causando males ao operador.
- **Riscos Físicos:** A radiação visível pode, quando muito, provocar uma fadiga visual, mas essa ocorrência é temporária e reversível, não causando danos aos órgãos visuais.
- **Riscos de Acidentes:** Possibilidade de cortes, perfuração, dilaceração e esmagamento de partes expostas dos membros superiores, inferiores e outras partes do corpo nas operações com os recursos de trabalho entre os quais guilhotina manual, tesoura, grampeador, alicate, chave de fenda, extrator de grampos e estilete.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, trabalho realizado em pé, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.



Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Tendo em vista que o processo reprografia é feito de modo seguro, sem contato físico com os componentes dos cartuchos, assim como a concentração dos vapores de produtos usados na limpeza dos equipamentos (álcool isopropílico) é insignificante não trazendo riscos para os servidores, os limites de tolerância não são ultrapassados.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas na Reprografia Geral tendo em vista que não há exposição habitual ou permanente a agentes riscos.

Medidas Corretivas: Usar luvas de procedimentos nas operações de limpeza das máquinas copiadoras.

2.2.4 COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

2.2.4.1 ARQUIVO CENTRAL

Atividades Desenvolvidas: Nesse local é feita a recepção, análise e guarda de documentos em geral; análise de documentação (visita técnica); realização de limpeza de documentação histórica; seleção de documentação para consulta ou para descarte.

Importante salientar que o setor de arquivo não fica localizado dentro da área de risco do posto de combustível que se encontra nas proximidades.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Bactérias, vírus, fungos e parasitas que podem estar presentes documentos arquivados causando



agravos na saúde, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

- **Riscos de Acidentes:** Cortes na manipulação de pastas e documentos. Os arquivos móveis de aço são considerados peças perigosas para a segurança dos servidores, pois podem provocar por descuido, no seu manuseio, fraturas ou lesões, tais como prensar a mão ou dedos no momento de fechamento dos módulos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas de trabalho, repetição de tarefas, monotonia, ritmo excessivo de serviço, entre outros.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ácaros, fungos, bactérias e parasitas:** Esses agentes biológicos causam agravos na saúde das pessoas, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos, sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas no Arquivo.

O Parágrafo único da Orientação Normativa nº 4 estabelece no disposto no art. 12, item I que não caracteriza situação para pagamento do adicional o contato com fungos, ácaros, bactérias e outros microorganismos presentes em documentos, pastas, processos e similares, carpetes, cortinas e similares, sistemas de condicionamento de ar ou instalações sanitárias.



Não foi detectada, durante a inspeção técnica, a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer, a saber: luvas de látex ou vinil, óculos de proteção e equipamentos de proteção respiratória (semimáscaras descartáveis).

2.3 DIRETORIA DE TECNOLOGIA – DITEC

Em todas as Divisões, Coordenações e Serviços da DITEC relacionadas a seguir não foram detectadas a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

2.3.1 DIVISÃO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-DIGOV

Atividades Desenvolvidas

- Planejar, implantar e acompanhar os projetos e processos de governança de TIC;
- Acompanhar os indicadores de gestão de TIC;
- Gerenciar a execução do orçamento de TIC;
- Coordenar a elaboração das respostas às auditorias internas e externas, relacionadas à Gestão em TIC;
- Exercer as atividades de órgão setorial do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação – SISP; e
- Executar ações preventivas e de controle de padrões de sustentabilidade no uso dos recursos naturais, na prestação dos serviços e nas aquisições e contratações, com mitigação dos desperdícios e redução dos gastos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.



Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.3.2 COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA DA INFORMAÇÃO - COADI

Atividades Desenvolvidas

- Coordenar e executar atividades de prospecção de soluções e metodologias inovadoras, em articulação com as demais Coordenações-Gerais, com foco em análise de dados estruturados e não estruturados;
- Coletar, sistematizar, integrar e interpretar dados e informações de interesse dos órgãos essenciais da Presidência da República; e
- Disponibilizar estudos, indicadores e informações para subsidiar o processo de gestão interna da Presidência da República e de suas áreas finalísticas.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.



Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI- Equipamentos de Proteção Individual.

2.3.3 COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM MEIOS TECNOLÓGICOS - COSIT

Atividades Desenvolvidas

- Coordenar e controlar as atividades relacionadas à operacionalização da Autoridade Certificadora da Presidência da República e da sua Autoridade Registradora vinculada;
- Coordenar as atividades de prestação de informações personalizadas e atendimento telefônico ininterrupto às autoridades de primeiro e segundo escalões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de atendimento do PABX da Presidência da República;
- Coordenar as atividades de apoio tecnológico nos eventos e deslocamentos presidenciais;
- Coordenar, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional, as atividades de segurança eletrônica e de comunicações nos ambientes de uso do Presidente da República; e
- Gerenciar, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional, os serviços de comunicação via satélite nas aeronaves presidenciais.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES E ATENDIMENTO A USUÁRIOS - CGATE

Atividades Desenvolvidas

- Planejar, coordenar e avaliar as ações para a disponibilização de recursos de tecnologia da informação, de telecomunicações e de áudio/vídeo aos usuários da PR;
- Propor estratégias e planos táticos e operacionais, nos temas relativos ao atendimento de TIC;
- Planejar a contratação de bens e serviços relativos à sua área de atuação e gerir os contratos decorrentes, no âmbito da Coordenação-Geral; e
- Executar as atividades de apoio tecnológico nos deslocamentos e eventos presidenciais.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.
- **Riscos de Acidentes:** Possibilidade de choques elétricos em partes vivas de equipamentos energizados nas atividades desenvolvidas **nas oficinas ou laboratório próprio.**

Grau de Agressividade ao Homem:

- Energia Elétrica: Os acidentes podem ocorrer de três modos:
 - Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;
 - Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo; e;
 - Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.
 - Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:
 - Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
 - Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.

Limite de Tolerância: No caso de exposição a riscos ergonômicos e de acidentes, não há limites de tolerância a considerar.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.



Medidas Corretivas: Dependendo da situação de trabalho, usar os EPIs: luvas de proteção para as mãos e óculos de proteção.

2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA - CGDES

Atividades Desenvolvidas:

- Desenvolver, documentar, manter e sustentar sistemas de informação, portais e sítios, no âmbito da Presidência da República;
- Formular soluções tecnológicas para atender às necessidades de informação dos órgãos da Presidência da República;
- Planejar a contratação de bens e serviços relativos à sua área de atuação e gerir os contratos decorrentes;
- Elaborar os padrões, métodos e modelos de artefatos de software no âmbito da Presidência da República, em conformidade aos normativos de governo eletrônico; e
- Realizar estudos para o aprimoramento das soluções tecnológicas dos sistemas informatizados

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.



Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E TELECOMUNICAÇÕES - CGITT

Atividades Desenvolvidas

- Planejar e coordenar as atividades relacionadas com acesso aos recursos de tecnologia da informação, armazenamento e processamento de dados; infraestruturas de centro de dados, de comunicação de dados e de voz e vídeo;
- Propor e implementar diretrizes e normas na área de tecnologia da informação e de telecomunicações, incluindo a segurança da informação e comunicações;
- Subsidiar a Diretoria de Tecnologia na articulação com órgãos do Poder Executivo federal, e dos demais Poderes, com empresas de telecomunicações e com o órgão regulador nacional de controle das telecomunicações em assuntos sobre uso de tecnologia da informação e de telecomunicações;
- Executar atividades de apoio tecnológico nos deslocamentos e eventos presidenciais; e
- Coordenar as atividades da Equipe de Tratamento de Incidentes em Redes – ETIR.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade/Periculosidade: De acordo com o que estabelece a NR-15 e a NR-16 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do



MPDG, não existe insalubridade ou periculosidade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Não foi detectada a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade ou periculosidade nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Não há necessidade do uso de EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

2.4 DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO GABINETE PESSOAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

2.4.1 ARQUIVO/DEPÓSITO

Atividades Desenvolvidas: Local destinado à recepção, tratamento, conservação e guarda da correspondência e acervo pessoal do Presidente da República.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Bactérias, vírus, fungos e parasitas que podem estar presentes nos documentos arquivados causando agravos na saúde, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).
- **Riscos de Acidentes:** Cortes na manipulação de pastas e documentos. Quedas de objetos pesados sobre parte do corpo.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas de trabalho.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ácaros, fungos, bactérias e parasitas:** Esses agentes biológicos causam agravos na saúde das pessoas, como alergias de pele (dermatite da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites) e respiratórias (asma, bronquites, sinusites e rinites).

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos, sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo eventual com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.



Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades realizadas no Arquivo.

O Parágrafo único da Orientação Normativa nº 4 estabelece no disposto no art. 12, item I que não caracteriza situação para pagamento do adicional o contato com fungos, ácaros, bactérias e outros microorganismos presentes em documentos, pastas, processos e similares, carpetes, cortinas e similares, sistemas de condicionamento de ar ou instalações sanitárias.

Não foi detectada, durante a inspeção técnica, a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer, a saber: luvas de látex ou vinil, óculos de proteção e equipamentos de proteção respiratória (semimáscaras descartáveis).

2.5 DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMAGENS / SCD / SECOM / SG DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

2.5.1 LABORATÓRIO FOTOGRÁFICO

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor são desenvolvidas atividades de revelação automática de filmes e fotografias. A exposição (via respiratória ou contato) aos produtos usados no processo tais como fixadores, reveladores, estabilizadores e branqueadores caracteriza a insalubridade. Existe ao lado do laboratório um depósito de produtos empregados nos processos de revelação, lugar este sem ventilação adequada que acarreta o acúmulo de vapores tóxicos.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição aos agentes químicos utilizados nos processos de revelação de fotografias tais como fixadores, reveladores, estabilizadores, branqueadores e starter.



- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no ambiente de trabalho e estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Fixadores/Branqueadores:** Pode ser nocivo à saúde se ingerido; causa irritação nos olhos.
- **Reveladores:** Pode causar danos ao fígado conforme dados obtidos com animais; pode causar danos aos rins, conforme dados obtidos com animais; causa irritação na pele e nos olhos; nocivo se absorvido pela pele ou ingerido; causa irritação na pele e nos olhos; pode ser nocivo se inalado.
- **Estabilizadores:** Causa queimaduras graves nos olhos; causa irritação na pele; nocivo se ingerido; névoa ou vapor extremamente irritante para os olhos e aparelho respiratório, pode causar reação alérgica na pele.

Limite de Tolerância:

O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a aminoderivados e álcalis normalmente presentes nas revelações fotográficas já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono” e “Operações Diversas estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (Agentes Químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso



de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas:

Deve ser utilizada uma boa ventilação geral (normalmente 10 trocas de ar por hora). Os padrões de ventilação deverão estar de acordo com as condições existentes. Um sistema de ventilação adicional por meio de exaustores locais em sistemas fechados, poderá ser necessário em circunstâncias especiais tais como ambientes de má ventilação.

Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: calçados de segurança, luvas impermeáveis, protetor respiratório e óculos de segurança.

2.6 SECRETARIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor são desenvolvidas atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Entre essas atividades estão relacionadas:

- Proteção da integridade física das autoridades;
- Vigilância patrimonial: Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos e da incolumidade física de pessoas;
- Segurança de eventos: Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos de uso comum do povo;
- Segurança pessoal: Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.

As atividades e operações relatadas anteriormente são caracterizadoras como de periculosidade, com base no Anexo III da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de impacto proveniente de arma de fogo nos treinamentos realizados nos estandes de tiro.
- **Riscos de Acidentes:** Possibilidade de serem atingidos por tiro acidental nos treinamentos e nas operações de emergência quando em serviço; possibilidade de sofrerem violência física.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Os agentes de segurança institucional**, por força de suas funções laborais, labutam em condições e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Os agentes de segurança colocam suas vidas constantemente expostas ao perigo eminente da violência.
- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

Limite de Tolerância:

- No que concerne à exposição a riscos perigosos (**acidentes**), a avaliação é feita de modo qualitativo.
- **Ruído:** A exposição ao ruído de impacto atingiu a marca de 120 dB(C) nas operações de treinamento nos estandes de tiro igualando ao Limite de Tolerância de 120 dB(A).

Metodologia e Avaliação do Ruído de Impacto proveniente de arma de fogo (revólver calibre 38 ou pistola semiautomática, calibre 9mm): Os níveis de ruído de impacto, medidos em dB(C), foram obtidos em avaliação realizada no estande de tiro com o instrumento de avaliação de nível de pressão sonora



decibelímetro digital, marca Instrutherm, modelo 5010, operando no circuito de compensação “C” e circuito de resposta lenta (fast), sendo a leitura realizada próximo ao ouvido do agente posicionando o microfone na zona auditiva do mesmo em várias situações de disparo com a arma de fogo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações dos profissionais ASI (Agentes de Segurança Institucional) são caracterizadoras de periculosidade, com base no anexo III da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os EPIs que a atividade requer, a saber, óculos de segurança; protetor auricular do tipo abafador e colete balístico.

2.7 PALÁCIO DA ALVORADA

2.7.1 CASA DE CALDEIRAS

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: Nesse local são realizadas atividades de manutenção e operação de caldeira onde o operador que desenvolve tais serviços manipula óleos, graxas minerais e solventes contendo substâncias classificadas como hidrocarbonetos aromáticos.

A caldeira existente é alimentada por GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) sendo realizados serviços de medições/testes de consumo de gás, tanto nos reservatórios externos (dois



reservatórios de GLP de 5m³ de capacidade cada) quanto na própria caldeira. As seguintes atividades são desenvolvidas:

- Preparar e controlar o funcionamento da caldeira e a qualidade da água;
- Operar sistemas de bombeamento e controlar o funcionamento de máquinas fixas;
- Efetuar atividades para produção do vapor e sua distribuição elaborando procedimentos operacionais;
- Realizar manutenção de rotina e trabalhar segundo normas e procedimentos de segurança;
- Trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional, cuja medição pontual registrou 88 dB(A) próximo à fornalha; exposição ao calor proveniente da caldeira;
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos químicos classificados como hidrocarbonetos aromáticos tais como, óleo BPF, óleo diesel e querosene; exposição a produtos de limpeza tais como FX 1.100 ativado, detergente desincrustante ácido), Fox limpa-carpete, WD, veja, sapólio e sabão; exposição ao monóxido de carbono resultado da queima do combustível;
- **Riscos de Acidentes:** Possibilidade de explosão, queimaduras, quedas e choques elétricos;
- **Riscos Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas, controle de produtividade, situações causadoras de stress emocional tendo em vista o controle operacional de risco da caldeira, trabalho realizado em pé.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Acidentes/Explosão:** Os profissionais que atuam na área estão sujeitos às condições e operações perigosas tendo em vista a inúmeras situações de riscos que podem levar a explosões face à circulação de gases inflamáveis e as fontes de ignição sempre presentes.



- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos (graxas, colas e solventes):** apresentam altos índices de toxicidade sendo nocivos ao homem. Os casos mais comuns de intoxicação por benzeno, tolueno ou benzopireno ou outros solventes acontecem na utilização dessas substâncias. Esses compostos, agentes cancerígenos e mutagênicos, são absorvidos pela pele, por ingestão e inalação.
- **Monóxido de Carbono:** Os sintomas mais comuns da exposição ao monóxido de carbono são dor de cabeça, náuseas, respiração rápida, irritação na garganta, tosse, fraqueza, cansaço, tontura e confusão. Hipóxia (falta de oxigênio grave) devido a envenenamento por monóxido de carbono aguda pode resultar em efeitos neurológicos reversíveis, mas longas exposições podem resultar efeitos neurológicos irreversíveis (dano cerebral) ou cardiológica (danos ao coração). Acima de 400ppm pode matar por asfixia.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído atingiu a marca 88 dB(A) próximo à fornalha ultrapassando o Limite de Tolerância de 85 dB(A).
- **Calor:** Durante a exposição ao calor ambiental excessivo, o organismo produz mais calor embora estabeleça mecanismos de regulação para reduzir a sua temperatura. Porém, se a exposição prolongada ao calor em excesso persistir, é possível que o indivíduo desenvolva um aumento da irritabilidade, fraqueza, depressão, ansiedade e incapacidade para se concentrar. Nos casos mais graves podem ocorrer alterações físicas. Os principais sintomas no organismo são: câibras, insolação, lesões de órgãos, desidratação, etc..



- **Monóxido de Carbono:** A concentração máxima foi de 2ppm (partes por milhão) inferior, portanto, ao Limite de Tolerância de 39ppm conforme estabelece o anexo nº 11 (Agentes Químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho).
- **Hidrocarbonetos Aromáticos:** No que diz respeito à exposição a agentes químicos, o Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição a hidrocarbonetos aromáticos já caracteriza a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13 no item referente a “Hidrocarbonetos e Outros Compostos de Carbono”, estabelecendo Insalubridade de grau médio para as atividades de “emprego de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes ou em limpeza de peças”.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações dos profissionais na casa de caldeiras são caracterizadoras de periculosidade, com base no anexo III (Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.



Medidas Corretivas:

- Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, calçados de segurança, luvas de látex e de raspa de couro e protetor auricular do tipo abafadores ou plugs de inserção.
- Dentro do possível, isolar os produtos inflamáveis;
- Prevenção de derrames e escapes para atmosfera;
- Controle exaustivo das fontes de ignição;
- Evitar misturas inflamáveis em recintos fechados;
- Ordem e limpeza;
- Conhecimento e formação do pessoal;
- Inspeções e revisões periódicas;
- Medidas de proteção contra incêndios: Extintores portáteis e sobre rodas e outros sistemas de combate ao fogo.

2.7.2 MANUTENÇÃO ELÉTRICA E CASA DE GRUPOS GERADORES

OBS: Serviços Terceirizados.

Atividades Desenvolvidas:

- Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalação elétrica entre as quais, troca de cabos elétricos (fios), conduites, conectores, eletrodutos, interruptores, isolantes, terminais, tomadas, plugues, fixadores, fontes, tomadas, espelhos, disjuntores, fusíveis, lâmpadas e luminárias;
- Executar serviços de aterramento elétricos;
- Realizar serviços de manutenção, geração de energia elétrica e operação de quadros de distribuição de energia elétrica de emergência;
- Trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.



Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Choques elétricos, arcos elétricos, queimaduras, quedas e precipitações, campos eletromagnéticos, explosão e incêndio, riscos em ambientes fechados (confinados).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: A variabilidade dos locais de atuação dos profissionais da área de eletricidade, especificamente nas frequentes inspeções e manutenção das instalações elétricas energizadas existentes, aumenta a gravidade da exposição, porque são várias e incontáveis as situações que, por dever de ofício, devem ser realizadas expondo os funcionários aos riscos de eletricidade existentes provenientes de fontes de alimentação energizadas, muitas vezes considerada alta.

O ingresso na área de risco e o contato com os agentes perigosos (exposição à energia elétrica), em sendo tarefas afetas, inerentes à função, são suficientes para determinar o contato de natureza habitual com os agentes perigosos, descaracterizando-se assim, o caráter de eventualidade. Vale ressaltar que os profissionais do setor de eletricidade adentram nas áreas de riscos, permanecendo nesses locais por tempo suficiente que caracterize a habitualidade, jamais eventual ou fortuito. Assim, ainda que variando o local e o tipo de atividade, as atividades são realizadas em situações de permanência de risco, ou seja, em condições perigosas.

Importante frisar que os profissionais da área têm como uma das atividades a supervisão, manutenção e operação de grupo geradores de energia elétrica de emergência cujas atividades se enquadram no Sistema Elétrico de Potência, considerado assim como atividades perigosas. São realizadas também outras atividades ou operações em proximidade com as áreas de riscos.

No que diz respeito aos efeitos da eletricidade no ser humano, considerando os danos de natureza física ocasionado, ressalta-se que a eletricidade é inegavelmente fonte de riscos muito perigosos. O número de acidentes, inclusive mortais, ocorre de três modos:

- Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;



- Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo; e;
- Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.

Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:

- Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
- Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.

Limite de Tolerância: Por se tratar de exposição a riscos de acidentes, não há limites de tolerância a considerar.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações desenvolvidas pelos profissionais do setor de manutenção de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, dependendo da situação de trabalho, a saber, calçados de segurança (botas de cano curto confeccionada em couro com isolamento elétrico), luvas de proteção para eletricitista (de borracha e de vaqueta), óculos de proteção, capacete e cinto de segurança tipo paraquedista.



2.7.3 MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIA

Atividades Desenvolvidas: Tais serviços dizem respeito à manutenção hidráulica e sanitária em geral, em galerias de esgotos, tubulações hidrossanitárias, fossas sépticas e negras, aparelhos sanitários. Executam atividades como efetuar serviços relacionados à manutenção e instalação hidráulicas, realizam a pré-montagem e instalam tubulações de água em novas redes usando tubos de PVC, galvanizados e outros, executam outras atribuições afins, etc., onde os que as executam mantêm contato com os esgotos sanitários (riscos biológicos) contidos em determinadas instalações.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Trabalho ou operações, em contato permanente com esgotos ou água contaminada (galerias e tanques).
- **Riscos de Acidentes:** Cortes, perfurações e quedas.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho realizado em pé e em outras situações; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Os profissionais que trabalham nessa área tem a possibilidade de contrair doenças como intoxicação e problemas na pele (vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e bacilos). O risco biológico está relacionado à probabilidade de exposição a agentes biológicos capazes de causar danos à saúde das pessoas. Os agentes são oriundos de esgoto ou água contaminada. Os principais microrganismos presentes no esgoto podem causar enfermidades agudas ou crônicas. Dentre as enfermidades agudas predominam as doenças infecciosas diarreicas, hepáticas e respiratórias. As crônicas são representadas principalmente pela asma brônquica e pela alveolite alérgica.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativa. O Anexo nº 14 (Agentes Biológicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE relaciona as atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa. Entre elas está relacionado o **“trabalho ou operações, em contato permanente com esgotos**



(galerias e tanques)”, caracterizando como insalubres de grau máximo.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau máximo (20% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 40% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, capacete (trabalhos em alturas), calçado de segurança, luvas de borracha, óculos de proteção, protetor respiratório contra vapores orgânicos, macacão para proteção do tronco e membros superiores.

2.7.4 COZINHA DA PRESIDÊNCIA

Atividades Desenvolvidas: Na cozinha é feito o preparo e a cocção dos alimentos destinados ao consumo da Presidência da República (Presidente, familiares e seus convidados). Outras tarefas dizem respeito a organizar, conferir e controlar materiais de trabalho, bebidas e alimentos; limpar e higienizar o ambiente; preparar alimentos e bebidas; cortar e lavar as verduras, legumes e folhas; manusear enlatados; temperar e decorar as saladas; lavar pratos e talheres; temperar, cozinhar, fritar e assar alimentos; cortar e temperar carnes; lavar panelas e utensílios. Planejar a produção e trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Foi instalado nessa cozinha um sistema de ar condicionado que em muito melhorou as condições térmicas do ambiente.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído oriundo de liquidificador, picadores/moedores, cortadores industriais e outros



equipamentos utilizados em cozinha do tipo industrial. Exposição ao calor proveniente de fogão industrial, panelas de cocção, fornos, chapas e assadeiras.

- **Riscos de Acidentes:** Quedas, esmagamentos, escoriações, queimaduras, choques elétricos em decorrência de máquinas desprotegidas, pisos escorregadios, fogões, fornos, panelas, objetos quentes, equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, movimentos repetitivos, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Calor:** Durante a exposição ao calor ambiental excessivo, o organismo produz mais calor embora estabeleça mecanismos de regulação para reduzir a sua temperatura. Porém, se a exposição prolongada ao calor em excesso persistir, é possível que o indivíduo desenvolva um aumento da irritabilidade, fraqueza, depressão, ansiedade e incapacidade para se concentrar. Nos casos mais graves podem ocorrer alterações físicas. Os principais sintomas no organismo são: câibras, insolação, lesões de órgãos, desidratação, etc..

Limite de Tolerância: O sistema de exaustão da coifa localizada sobre o fogão industrial apresentou uma velocidade de face em torno de 0,7 m/s (recomendado acima de 0,5 m/s) o que melhorou em muito a troca de ar do ambiente.

A leitura do Índice de Bulbo Úmido - Termômetro Globo – IBUTG apresentou valor máximo no instrumento de medição do stress térmico de 27,9°C. Foi considerado no processo de avaliação das



medições de temperatura, o ambiente interno sem carga solar, o regime de trabalho e o tipo de atividade desenvolvida. O sistema de ar condicionado ficou ligado (50% do tempo de avaliação) assim como o sistema de exaustão (coifas) ficou ligado.

As características das atividades exercidas nessa cozinha, relativas ao preparo, cocção e cozimento de alimentos, passaram a ser a de trabalho moderado, realizado em pé e com alguma movimentação, e exposto de forma intermitente a ambientes termicamente diferentes. A taxa de metabolismo de tal atividade gira em torno de 220 kcal/h. O limite de tolerância ao calor, para esse tipo de atividade, é um IBUTG = 29,4°C.

Considerando-se o funcionamento do sistema de ar condicionado dessa cozinha e do sistema de exaustão (coifa sobre o fogão) e tendo em vista que o IBUTG médio ponderado encontrado naquele local, durante a realização da inspeção técnica foi de 27,9°C, abaixo portanto do Limite de Tolerância, conclui-se que não há mais insalubridade a ser considerada nas atividades dos que trabalham no preparo, cocção e cozimento dos alimentos tendo em vista o que prescreve a NR-15 (atividades e operações insalubres), anexo 3 (calor) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG.

Os níveis de ruído medidos foram inferiores ao Limite de Tolerância de 85 dB(A). O Instrumento posicionado na altura da zona auditiva de um trabalhador padrão e a 1m da fonte.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 3 (calor) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, as atividades **não são consideradas insalubres**.

Medidas Corretivas: Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, touca, máscara higiênica, luvas, avental, calçados de segurança, uniforme.



2.7.5 COZINHA DE APOIO/REFEITÓRIO

Atividades Desenvolvidas: A cozinha de apoio funciona no sentido de preparar alimentos rápidos e lanches para os que trabalham no Palácio da Alvorada, sendo que as refeições (almoço) tais como feijão, arroz e outros, são fornecidas já prontos pelo SESI. Outras tarefas dizem respeito a planejar a produção e trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. O ambiente é dotado de instalações como freezer, geladeiras, fogão industrial a gás, etc..

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Queimaduras, quedas (pisos escorregadios), choques face ao manuseio de equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Não foram identificados riscos ambientais que possam desencadear agravos na saúde dos colaboradores.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos de acidentes ou ergonômicos.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Medidas Corretivas: Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, touca, avental, calçados de segurança e uniforme.



2.7.6 LAVANDERIA

Atividades Desenvolvidas: Nesse local é feita a lavagem e passagem de roupas de cama, mesa e banho (fronhas, lençóis, toalhas, cobertores, etc.) do pessoal de apoio e dos residentes do Palácio da Alvorada. Tirar manchas e dar acabamento em artigos do vestuário e outras peças.

Existem no setor as máquinas/equipamentos: 3 lavadoras de roupa; 1 calandra (ruidosa) a vapor; 2 secadoras a vapor; 2 secadoras elétricas industriais; 2 centrífugas (ruidosas); 1 prensa a vapor e ferros de passar roupa.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído oriundo de fontes ruidosas como as centrífugas e calandra. Exposição ao calor
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos para limpeza de tecidos (sabão, amaciante, água sanitária).
- **Riscos de Acidentes:** Quedas em pisos escorregadios; esmagamentos; escoriações; queimaduras (calandra a vapor, secadoras, prensa e ferros de passar).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, estresse físico, trabalho realizado na maioria das vezes em pé.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Calor:** Durante a exposição ao calor ambiental excessivo, o organismo produz mais calor embora estabeleça mecanismos de regulação para reduzir a sua temperatura. Porém, se a exposição prolongada ao calor em excesso persistir, é possível



que o indivíduo desenvolva um aumento da irritabilidade, fraqueza, depressão, ansiedade e incapacidade para se concentrar. Nos casos mais graves podem ocorrer alterações físicas. Os principais sintomas no organismo são: câibras, insolação, lesões de órgãos, desidratação, etc..

- **Produtos de Limpeza de Roupas:** Por terem em sua composição substâncias fortes, corantes e aromas, é muito comum que os produtos de limpeza causem irritação, alergias na pele e até problemas respiratórios. Outros agravos à saúde são corriqueiros tais como, ardor, coceira, vermelhidão, descamação da pele e tosse são alguns dos sintomas. Em casos mais graves, pode haver ainda inchaço, aparecimento de bolhas e falta de ar.

Limite de Tolerância: Durante a realização da inspeção foi medida, de forma automática, no ambiente laboral o Índice de Bulbo Úmido - Termômetro Globo – IBUTG cuja leitura máxima no instrumento de medição foi de 29°C ultrapassando o limite de tolerância ao calor para esse tipo de atividade que é de 26,7 °C. Foi considerado no processo de avaliação das medições de temperatura, o ambiente interno sem carga solar, o regime de trabalho e o tipo de atividade desenvolvida. O sistema de exaustão estava ligado.

Os níveis de ruído medidos próximo às centrífugas foram acima do Limite de Tolerância de 85 dB(A). O Instrumento de medição foi posicionado na altura da zona auditiva de um trabalhador padrão e a 1m da fonte.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que prescreve a NR-15 (atividades e operações insalubres), anexo 3 (calor) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, as atividades são insalubres de grau médio.

Medidas Corretivas: Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, touca, calçados antiderrapantes, luvas de látex, avental impermeável, máscara higiênica e uniforme.



2.7.7 PISCINA

Atividades Desenvolvidas: Tratamento da piscina do Palácio da Alvorada que é feito com cloro gasoso além de produtos de limpeza para limpar a borda. O ambiente possui boa ventilação.

Não foi detectada em tal trabalho a existência de riscos ocupacionais geradores de insalubridade, nos termos da legislação vigente que trata de segurança e saúde no trabalho.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos empregados não tratamento de água da piscina, entre os quais, cloro gasoso. Vale ressaltar que o ambiente é bastante ventilado com ótimas trocas de ar.
- **Riscos de Acidentes:** Queimaduras, quedas (pisos escorregadios), choques face ao manuseio de equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho realizado em pé, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Cloro Gasoso:** Operadores expostos a altas concentrações de Cloro Gás podem vir a desenvolver problemas pulmonares, como edemas, que debilitam os pulmões e os deixa vulneráveis a várias outras doenças respiratórias.

Limite de Tolerância: Tendo em vista que o trabalho é realizado em ambiente ventilado e com boas trocas de ar, tempo de exposição dentro dos limites de tolerância, além do armazenamento correto do produto em cilindros lacrados, fatalmente o Limite de Tolerância de 0,8ppm (partes por milhão) até 48h semanais, não é ultrapassado.

Tendo em vista que a presença do cloro gasoso na atmosfera é desprezível, não houve necessidade de medir a concentração da do mesmo cuja técnica de amostragem exige a utilização de instrumentos de alta precisão e tecnologia não disponíveis na Presidência da República.



Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.

Medidas Corretivas: Promover a ventilação mecânica e sistema de exaustão direta para o meio exterior. Estas medidas auxiliam na redução da exposição ao produto. Manter as concentrações atmosféricas dos constituintes do produto abaixo dos limites de exposição ocupacional indicados.

Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, óculos de segurança, luvas de segurança em PVC, botas de borracha ou PVC e proteção respiratória com filtro químico.

2.7.8 SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: Esse setor realiza e supervisiona, de forma intermitente, os serviços de dedetização, desinsetização e desratização, no combate às pragas e doenças e executa outras atividades de mesmo nível de complexidade e responsabilidade onde são utilizados pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados. Os serviços de desinsetização e desratização são realizados por firmas terceirizadas. O acompanhamento é feito por funcionários do Palácio da Alvorada.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos químicos em geral durante o preparo e pulverização, nas atividades de dedetização, desinsetização e desratização, onde são utilizados pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e



rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados.

- **Riscos de Acidentes:** Picadas de animais peçonhentos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, trabalho realizado em pé estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Pesticidas sistêmicos e piretróides (inseticidas domissanitários e rodenticidas domissanitários) algum deles classificados como organofosforados:** Inibição de colinesterases; distúrbios sensoriais cutâneos e hipersensibilidade; inibição da respiração celular; anticoagulante, fragilidade capilar e hemorragias; fragilidade capilar e hemorragia (acúmulo do efeito); inibidor reversível do receptor GABA.

Limite de Tolerância:

Agentes Químicos: O Anexo nº 13 (Agentes Químicos) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78 do MTE, relaciona as atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas, insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Excluem-se dessa relação, as atividades ou operações com os agentes químicos constantes do Anexo 11 (Agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho) e Anexo 12 (Limites de Tolerância para poeiras minerais). Desta forma, a simples atividade com exposição no “emprego de defensivos e organofosforados” assim como o “emprego de produtos parasitocidas, inseticidas e raticidas à base de compostos de arsênico”, este último, se for o caso, caracterizam a insalubridade conforme estabelece o Anexo 13, estabelecendo Insalubridade de grau médio.

Exposição: De modo intermitente com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 13 (agentes químicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, são insalubres de grau médio (10% incidente sobre o vencimento do



cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 20% incidente sobre o salário mínimo, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem).

Conforme estabelece o parágrafo único do artigo 9 da Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, no caso do servidor estar submetido a condições insalubres ou perigosas em período de tempo que não configure exposição habitual, nos termos do inciso II do caput deste artigo, mas em período de tempo que configure o direito ao adicional conforme os Anexos e Tabelas das Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de junho de 1978, prevalecerá o direito ao recebimento do respectivo adicional.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber, calçados de segurança, máscara com respirador, óculos protetor, luvas e capote, necessários à proteção.

2.7.9 SERVIÇOS DE ZELADORIA E LIMPEZA

OBS: Serviços Terceirizados

Atividades Desenvolvidas: Nesse setor são desenvolvidas atividades diárias de limpeza e higienização de pisos, vasos sanitários, mictórios, lavabos dos banheiros, varrição e recolhimento de lixo das unidades sanitárias. Embora exista exposição a riscos de origem biológica, não há legislação pertinente ao assunto que classifique as atividades desenvolvidas como insalubres. Citados serviços são realizados por empresas terceirizadas.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído de fundo oriundo de fontes como máquinas de lavar pisos e enceradeiras nas atividades diárias de limpeza e higienização de pisos.
- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos de limpeza.
- **Riscos Biológicos:** Virus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e protozoários nas atividades de limpeza de instalações sanitárias como pias e vasos e recolhimento de lixo.



- **Riscos de Acidentes:** Quedas (pisos escorregadios), choques (equipamentos desprotegidos).
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, trabalho realizado em pé, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade, fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).
- **Micro-organismos (germes e bactérias):** O risco de infecção intestinal ou de garganta pode acontecer. As infecções de pele, como furúnculos, impetigo, são algumas das manifestações cutâneas que são causadas pela contaminação com germes. As micoses e escabiose (popularmente conhecida por sarna) também são complicações que podem ser desencadeadas.
- **Produtos de Limpeza:** Perigos dos produtos de limpeza a que os trabalhadores estão sujeitos por causa de uma exposição prolongada são: danos a funções neurológicas, prejuízos ao sistema respiratório como alergias e asma e intoxicações cutâneas, além de toxinas carcinogênicas presentes em alguns produtos.

Limite de Tolerância:

- **Ruído:** A exposição ao ruído de fundo foi inferior ao Limite de Tolerância de 85 dB(A) oriundo de equipamentos como máquinas de lavar pisos e enceradeiras.
- **Limpeza e Recolhimento de Lixo:** Nas atividades de limpeza de banheiros, instalações sanitárias e recolhimento de lixo comum, o fato de não haver o contato permanente com os agentes de riscos sejam eles químicos ou biológicos



descaracteriza a insalubridade. Além do mais, os empregados fazem uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI que a atividade requer.

- No que diz respeito ao **recolhimento de lixo**, mesmo aqueles provenientes de banheiros, cabe salientar que o anexo nº 14 faz referência a lixo urbano (coleta e industrialização) o que não pode ser confundido, por analogia, com lixo comum que são os resíduos de residências, estabelecimento comerciais e prédios públicos. O lixo urbano é coletado em diversos locais de uma cidade, num volume bastante intenso e de materiais de todo o tipo, enquanto o lixo de residências, escritórios e estabelecimentos públicos, é proveniente de um só local e de volume pequeno, geralmente com pouca variedade de materiais, ou seja, grande parte é papel.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 (atividades e operações insalubres), anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades de zeladoria e limpeza relacionadas às tarefas diárias de limpeza e higienização de pisos, vasos sanitários, mictórios e lavabos dos banheiros assim como nas tarefas de varrição e recolhimento de lixo das unidades sanitárias.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: Calçados de segurança, protetor respiratório (caso necessário) e luvas.

2.7.10 SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ABRIGOS DE ANIMAIS COMO GALINHAS, PATOS, EMAS, CACHORROS E OUTROS ANIMAIS CONGÊNERES

Atividades Desenvolvidas: São desenvolvidas atividades de limpeza e higienização de abrigos de animais como galinhas, patos, emas, cachorros e outros animais congêneres. Tais atividades, à luz da legislação vigente, não se enquadram como de exposição a



riscos biológicos que caracterizem como operações insalubres. Embora exista exposição a riscos de origem biológica, não há legislação pertinente ao assunto que classifique as atividades desenvolvidas como insalubres. Além do mais, os empregados fazem uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI que a atividade requer.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Biológicos:** Exposição a vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas e protozoários nas atividades de limpeza dos abrigos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas, trabalho realizado em pé, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: Fezes de animais como galinhas, patos, emas, cachorros e outras espécies congêneres podem causar agravos à saúde daqueles diretamente envolvidos no cuidado diário dos mesmos, tais como doenças respiratórias, raiva, toxoplasmose, psitacose, bicho geográfico e sarna.

Limite de Tolerância: Não se aplica na exposição a riscos biológicos sendo a avaliação feita de modo qualitativo.

Exposição: De modo intermitente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 (atividades e operações insalubres), anexo 14 (agentes biológicos) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades de limpeza e higienização de abrigos de animais como galinhas, patos, emas, cachorros e outros animais congêneres. Não há legislação pertinente ao assunto que classifique as atividades desenvolvidas como insalubres, pois não há respaldo na lei.

Medidas Corretivas:

Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, a saber: Calçados de segurança, máscaras descartáveis e luvas.



Manter a assepsia diária dos abrigos, instalações, equipamentos, comedouros e bebedouros: Fazer a remoção periódica dos excrementos e pulverizar a instalação.

Manter o controle de doenças fisiológicas, patogênicas e parasitárias implantando um plano vacinal.

2.8 GRANJA DO TORTO

2.8.1 MANUTENÇÃO ELÉTRICA E CASA DE GRUPOS GERADORES

OBS: Serviços Terceirizados.

Atividades Desenvolvidas:

- Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalação elétrica entre as quais, troca de cabos elétricos (fios), conduites, conectores, eletrodutos, interruptores, isolantes, terminais, tomadas, plugues, fixadores, fontes, tomadas, espelhos, disjuntores, fusíveis, lâmpadas e luminárias;
- Executar serviços de aterramento elétricos;
- Realizar serviços de manutenção, geração de energia elétrica e operação de quadros de distribuição de energia elétrica de emergência;
- Trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

OBS: No interior da casa de grupos geradores estão instalados dois reservatórios de óleo diesel, sendo um com 350 litros e outro com 100 litros de capacidade de estocagem. Na parte externa, próximo à casa de geradores, está instalado um reservatório de óleo diesel de 1.000 litros de capacidade.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Choques elétricos, arcos elétricos, queimaduras, quedas e precipitações, campos eletromagnéticos, explosão e incêndio, riscos em ambientes fechados



(confinados). Explosão devido ao armazenamento de combustível.

- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem: A variabilidade dos locais de atuação dos profissionais da área de eletricidade, especificamente nas frequentes inspeções e manutenção das instalações elétricas energizadas existentes, aumenta a gravidade da exposição, porque são várias e incontroláveis as situações que, por dever de ofício, devem ser realizadas expondo os funcionários aos riscos de eletricidade existentes provenientes de fontes de alimentação energizadas, muitas vezes considerada alta.

O ingresso na área de risco e o contato com os agentes perigosos (exposição à energia elétrica), em sendo tarefas afetas, inerentes à função, são suficientes para determinar o contato de natureza habitual com os agentes perigosos, descaracterizando-se assim, o caráter de eventualidade. Vale ressaltar que os profissionais do setor de eletricidade adentram nas áreas de riscos, permanecendo nesses locais por tempo suficiente que caracterize a habitualidade, jamais eventual ou fortuito. Assim, ainda que variando o local e o tipo de atividade, as atividades são realizadas em situações de permanência de risco, ou seja, em condições perigosas.

Importante frisar que os profissionais da área têm como uma das atividades a supervisão, manutenção e operação de grupo geradores de energia elétrica de emergência cujas atividades se enquadram no Sistema Elétrico de Potência, considerado assim como atividades perigosas. São realizadas também outras atividades ou operações em proximidade com as áreas de riscos.

No que diz respeito aos efeitos da eletricidade no ser humano, considerando os danos de natureza física ocasionado, ressalta-se que a eletricidade é inegavelmente fonte de riscos muito perigosos. O número de acidentes, inclusive mortais, ocorre de três modos:

- Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;
- Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo; e;



- Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.

Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:

- Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
- Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.

Limite de Tolerância: Por se tratar de exposição a riscos de acidentes, não há limites de tolerância a considerar.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações desenvolvidas pelos profissionais do setor de manutenção de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, dependendo da situação de trabalho, a saber, calçados de segurança (botas de cano curto confeccionada em couro com isolamento elétrico), luvas de proteção para eletricitista (de borracha e de vaqueta), óculos de proteção, capacete e cinto de segurança tipo paraquedista.



2.8.2 COZINHA DE APOIO

Atividades Desenvolvidas: A cozinha industrial funciona, de forma esporádica, somente na ocorrência de eventos que justifiquem a sua entrada em atividade.

Na cozinha é feito o preparo dos alimentos destinados ao consumo do Presidente, familiares e seus convidados. Outras tarefas dizem respeito a organizar, conferir e controlar materiais de trabalho, bebidas e alimentos; limpar e higienizar o ambiente; preparar alimentos e bebidas; cortar e lavar as verduras, legumes e folhas; manusear enlatados; temperar e decorar as saladas; lavar pratos e talheres; cozinhar, fritar e assar alimentos; cortar e temperar carnes; lavar panelas e utensílios. Planejar a produção e trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído oriundo de liquidificador, picadores/moedores, cortadores industriais e outros equipamentos utilizados em cozinha do tipo industrial. Exposição ao calor proveniente de fogão industrial, fornos, chapas e assadeiras.
- **Riscos de Acidentes:** Quedas, esmagamentos, escoriações, queimaduras, choques elétricos em decorrência de máquinas desprotegidas, pisos escorregadios, fogões, fornos, panelas, objetos quentes, equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho, movimentos repetitivos, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Ruído:** Os efeitos do ruído vão desde uma ou mais operações passageiras até graves efeitos irreversíveis. Um dos mais facilmente demonstráveis é a interferência com a comunicação oral. Com relação aos efeitos ao sistema auditivo, esses podem induzir à surdez temporária, permanente ou trauma acústico. Efeitos extra-auditivos podem provocar ações sobre o sistema cardiovascular, alterações endócrinas, desordens físicas e dificuldades mentais e emocionais, entre as quais, irritabilidade,



fadiga e maus ajustamentos (incluindo também a possibilidade de conflito entre trabalhadores expostos ao barulho).

- **Calor:** Durante a exposição ao calor ambiental excessivo, o organismo produz mais calor embora estabeleça mecanismos de regulação para reduzir a sua temperatura. Porém, se a exposição prolongada ao calor em excesso persistir, é possível que o indivíduo desenvolva um aumento da irritabilidade, fraqueza, depressão, ansiedade e incapacidade para se concentrar. Nos casos mais graves podem ocorrer alterações físicas. Os principais sintomas no organismo são: câibras, insolação, lesões de órgãos, desidratação, etc..

Limite de Tolerância: Recomendado a velocidade de face na coifa do exaustor acima de 0,5m/s com o objetivo de aumentar as trocas de ar no ambiente. O limite de tolerância ao calor, para esse tipo de atividade em cozinha industrial é de um IBUTG (Índice de Bulbo Úmido Termômetro Globo) máximo de 29,4°C.

Tendo em vista que a cozinha fica ociosa, funcionando apenas em eventos que justifiquem a sua operação, não foram realizadas medições e avaliação do stress térmico.

Exposição: De modo eventual com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15, anexo 3 (calor) e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, as atividades **não são consideradas insalubres**.

Medidas Corretivas: Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, touca, máscara higiênica, luvas, avental, calçados de segurança, uniforme.

2.8.3 PISCINA

Atividades Desenvolvidas: Tratamento da piscina que é feito com cloro granulado, pastilhas de cloro estabilizado e pastilhas de PH além de produtos de limpeza para limpar a borda. Não foi detectada em tal trabalho a existência de riscos ocupacionais geradores de



insalubridade, nos termos da legislação vigente que trata de segurança e saúde no trabalho.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos Químicos:** Exposição a produtos empregados não tratamento de água da piscina, entre os quais, cloro granulado, pastilhas de cloro estabilizado e pastilhas de PH além de produtos de limpeza para limpar a borda.
- **Riscos de Acidentes:** Queimaduras nos olhos, trato digestivo e via respiratória, quedas (pisos escorregadios), choques face ao manuseio de equipamentos elétricos.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho realizado em pé, estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.

Grau de Agressividade ao Homem:

- **Cloro Granulado ou de Pastilha:** Pode ser fatal se ingerido; se inalado pós e fumos pode vir a desenvolver problemas respiratórios; causa queimadura nos olhos, trato digestivo e vias respiratórias. Armazenamento em temperaturas acima de 52°C pode resultar em rápida decomposição, formação de gás cloro e calor suficiente para fazer produtos combustíveis entrarem em ignição.

Limite de Tolerância: Tendo em vista que o trabalho é realizado em ambiente ventilado e com boas trocas de ar, tempo de exposição dentro dos limites de tolerância, além do armazenamento correto do produto, fatalmente o Limite de Tolerância de 0,8ppm (partes por milhão) até 48h semanais, não é ultrapassado.

Exposição: De modo habitual e intermitente com tempo de exposição inferior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Insalubridade: De acordo com o que estabelece a NR-15 com seus anexos e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, não existe insalubridade a ser considerada nas atividades desenvolvidas.



Medidas Corretivas: Promover a ventilação mecânica e sistema de exaustão direta para o meio exterior. Estas medidas auxiliam na redução da exposição ao produto.

Usar os EPI-Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, ou seja, óculos de segurança, luvas de segurança em PVC, botas de borracha ou PVC e proteção respiratória com filtro químico.

2.9 PALÁCIO JABURU

2.9.1 MANUTENÇÃO ELÉTRICA E CASA DE GRUPOS GERADORES

OBS: Serviços Terceirizados.

Atividades Desenvolvidas:

- Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalação elétrica entre as quais, troca de cabos elétricos (fios), conduites, conectores, eletrodutos, interruptores, isolantes, terminais, tomadas, plugues, fixadores, fontes, tomadas, espelhos, disjuntores, fusíveis, lâmpadas e luminárias;
- Executar serviços de aterramento elétricos;
- Realizar serviços de manutenção, geração de energia elétrica e operação de quadros de distribuição de energia elétrica de emergência;
- Trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos):

- **Riscos de Acidentes:** Choques elétricos, arcos elétricos, queimaduras, quedas e precipitações, campos eletromagnéticos, explosão e incêndio, riscos em ambientes fechados (confinados). Explosão devido ao armazenamento de combustível.
- **Riscos Ergonômicos:** Posturas inadequadas no trabalho; estresse físico e mental nas atividades desenvolvidas.



Grau de Agressividade ao Homem: A variabilidade dos locais de atuação dos profissionais da área de eletricidade, especificamente nas frequentes inspeções e manutenção das instalações elétricas energizadas existentes, aumenta a gravidade da exposição, porque são várias e incontroláveis as situações que, por dever de ofício, devem ser realizadas expondo os funcionários aos riscos de eletricidade existentes provenientes de fontes de alimentação energizadas, muitas vezes considerada alta.

O ingresso na área de risco e o contato com os agentes perigosos (exposição à energia elétrica), em sendo tarefas afetas, inerentes à função, são suficientes para determinar o contato de natureza habitual com os agentes perigosos, descaracterizando-se assim, o caráter de eventualidade. Vale ressaltar que os profissionais do setor de eletricidade adentram nas áreas de riscos, permanecendo nesses locais por tempo suficiente que caracterize a habitualidade, jamais eventual ou fortuito. Assim, ainda que variando o local e o tipo de atividade, as atividades são realizadas em situações de permanência de risco, ou seja, em condições perigosas.

Importante frisar que os profissionais da área têm como uma das atividades a supervisão, manutenção e operação de grupo geradores de energia elétrica de emergência cujas atividades se enquadram no Sistema Elétrico de Potência, considerado assim como atividades perigosas. São realizadas também outras atividades ou operações em proximidade com as áreas de riscos.

No que diz respeito aos efeitos da eletricidade no ser humano, considerando os danos de natureza física ocasionado, ressalta-se que a eletricidade é inegavelmente fonte de riscos muito perigosos. O número de acidentes, inclusive mortais, ocorre de três modos:

- Pela ação direta no coração e órgãos respiratórios;
- Por queimaduras externas como consequência da exposição ao arco e às descargas elétricas ou do tipo interno pela passagem de forte intensidade da corrente através do corpo; e;
- Pela ação involuntária do empregado como resultado de um choque elétrico.

Os efeitos da corrente elétrica que atravessa o corpo humano podem se manifestar, essencialmente, em dois modos:



- Com disfunções dos órgãos vitais, como o coração, pulmão e o sistema nervoso central;
- Com alterações e disfunções dos tecidos, por efeito de queimaduras.

Limite de Tolerância: Por se tratar de exposição a riscos de acidentes, não há limites de tolerância a considerar.

Exposição: De modo habitual e permanente com tempo de exposição igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

Grau de Periculosidade: As atividades e operações desenvolvidas pelos profissionais do setor de manutenção de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

Medidas Corretivas: Usar os Equipamentos de Proteção Individual que a atividade requer, dependendo da situação de trabalho, a saber, calçados de segurança (botas de cano curto confeccionada em couro com isolamento elétrico), luvas de proteção para eletricitista (de borracha e de vaqueta), óculos de proteção, capacete e cinto de segurança tipo paraquedista.



3. METODOLOGIA NA UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Avaliação do Ruído:

Os níveis de ruído contínuo ou intermitente, medidos em dB(A), foram obtidos com o instrumento de avaliação de nível de pressão sonora dosímetro / decibelímetro, marca Instrutherm, Modelo DOS-500 ou decibelímetro marca Instrutherm, Modelo 5010 sendo a leitura realizada próximo ao ouvido do servidor / trabalhador tomado como paradigma posicionando o microfone na zona auditiva do mesmo em várias situações de trabalho.

Com os dados obtidos e aplicando o que determina as normas vigentes que tratam de segurança e saúde no trabalho concluiu-se se o Limite de Tolerância foi ou não ultrapassado representando ou não riscos para os servidores / trabalhadores.

Configuração do Dosímetro:
Ponderação de tempo: Slow
Ponderação de frequência: A
Nível de limiar: 80 dB(A)
Nível de critério: 85 dB(A)
Taxa de troca: 5
Valor de pico: 131,1 dB(A)
Escala: 70-140 dB(A)

Avaliação da Sobrecarga Térmica (Calor):

Foi empregado o Medidor do IBUTG (conjunto termômetro globo, termômetro de bulbo seco e termômetro de bulbo úmido natural) marca Instrutherm, modelo TGD200.

A altura do conjunto de termômetros coincidiu com a parte do corpo mais atingida dos servidores / empregados (tórax). A avaliação da exposição ao calor foi feita levando em consideração todo o ciclo de trabalho dos colaboradores. As leituras foram iniciadas após 15 minutos de estabilização do conjunto de termômetros em face da situação térmica que foi avaliada (próximo a fogões industriais e fornos). Foram feitas no mínimo 3 leituras para cada situação.



Avaliação da Iluminância (Luminosidade):

Quando foi possível definir o campo de trabalho, o nível de iluminância foi obtido através do luxímetro digital, marca Instrutherm, modelo LDR-380, mas quando não foi possível definir, foi aplicado o nível como referente a um plano horizontal a 0,75m do piso. Os valores obtidos nas medições foram confrontados com o que estabelece a NBR 5413, norma brasileira registrada no INMETRO conforme consta na Norma Regulamentadora nº 17 da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Avaliação da Temperatura Ambiente:

Utilizando o Termo-Higrômetro Digital, marca Instrutherm, modelo HT-270, a temperatura foi colhida em vários pontos dos ambientes onde os trabalhadores desenvolvem suas atividades. Para que as medições representassem as condições reais de exposição dos trabalhadores, o instrumento foi colocado a uma altura média da região do corpo.

Avaliação da Concentração do Monóxido de Carbono e Taxa de Oxigênio:

Medições tomadas em vários pontos dos postos de trabalho onde os servidores desenvolvem suas atividades. Os seguintes instrumentos foram empregados:

Monóxido de carbono: Aparelho de marca Industrial Scientific, modelo CO 262.

Oxigênio: Aparelho de marca Industrial Scientific, modelo OX 231.

4. OBSERVAÇÕES

4.1 Os servidores civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais, regulamentares e em conformidade com a Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, do MPDG, e calculados com base nos seguintes percentuais, conforme rege o Art. 12, da lei 8.270/91:

I - cinco, dez e vinte por cento no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo respectivamente;



II - dez por cento, no caso de periculosidade.

§ 1º: O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme dispuser o regulamento.

§.2º: A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

§.3º: Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

4.2 Caso o presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade seja utilizado para pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade para empregados de empresas terceirizadas, prestadoras de serviço ou outros empregados regidos pela CLT, e não pelo RJU dos Servidores da União, os adicionais de insalubridade a serem pagos serão, respectivamente de 10, 20 e 40% incidentes sobre o salário mínimo regional, para as insalubridades de graus mínimo, médio e máximo e para o adicional de periculosidade o percentual será de 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, tudo de acordo com o que preconiza a NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) e NR-16 (Atividades e Operações Perigosas), da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

4.3 A Nota informativa nº 273/2013/CGNOR/DENOP/ SEGEP/MP, de 10/06/2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPDG possibilitou a percepção dos adicionais de insalubridade ou periculosidade por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, sem vínculo efetivo com a administração, desde que haja o respaldo de laudo técnico individual que comprove a sua exposição à atividades insalubres ou perigosas, de acordo com o previsto no art. 11, inciso IV, Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do MPDG. A base de cálculo para a incidência dos percentuais de insalubridade (5, 10 ou 20%) ou de periculosidade (10%) deverá ser a remuneração do servidor.



- 4.4** Enunciado da Súmula 47 do TST: O trabalho insalubre executado em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do adicional respectivo.
- 4.5** O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde, nos termos do art. 194 da CLT e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
- 4.6** O pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, ou a não caracterização de atividades sem estas peculiaridades, não desobriga o empregador de promover medidas de proteção ao servidor / trabalhador, destinadas à redução ou neutralização dos riscos ocupacionais, nem autoriza o trabalhador a descumprir as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física.
- 4.7** São de responsabilidade do órgão periciado a identificação e o enquadramento de cada servidor, no rol das atividades que fazem jus, ou não, aos adicionais de insalubridade ou periculosidade apurados, bem como se os mesmos desempenham tais atividades de forma contínua ou intermitente.
- 4.8** O servidor / trabalhador que exercer uma atividade, que simultaneamente se caracterize como insalubre e perigosa, deverá optar por um dos adicionais, pois eles não podem ser pagos de forma acumulativa.
- 4.9** A concessão dos adicionais de remuneração por atividades insalubres ou perigosas está vinculada à permanência do servidor / empregado nas atividades e nas condições que, conforme verificadas, as justificaram, tornando-se insubsistentes no momento em que dita atividade ou ditas condições não mais subsistirem.
- 4.10** O servidor / empregado que deixar de exercer suas atividades em ambiente de trabalho tido como insalubre ou perigoso, deverá comunicar imediatamente o fato à **COSAU/DIGEP**, por meio da chefia imediata, para que seja procedida a suspensão do adicional cabível. A responsabilidade pela veracidade das




Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Saúde

informações é da chefia de lotação do servidor / empregado, bem como qualquer alteração ocorrida quanto à localização deste, exceto nos afastamentos em virtude de férias, casamento, luto, licenças para tratamento de própria saúde, à gestante ou em decorrência de acidente em serviço.

- 4.11** As medidas recomendadas para evitar danos ocupacionais aos servidores / trabalhadores envolvidos em atividades de risco incluem o reconhecimento destes, a educação e a adoção de medidas de ordem individuais e coletivas que visem à prevenção de acidentes de trabalho, bem como de doenças profissionais.
- 4.12** A instituição ou o empregador deve fornecer gratuitamente aos servidores / trabalhadores, Equipamentos de Proteção Individual - EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 4.13** O servidor / trabalhador deve trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente.

Brasília, 25 de junho de 2018


João Batista de Freitas Brasil
Supervisor-COSAU/DIGEP
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 3041/D - Brasília-DF

Anexo II - SEI_PR___1555812.pdf

00059.000508/2019-51

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Geral
Secretaria Executiva
Secretaria Especial de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Saúde

Brasília, 11 de novembro de 2019

Diretoria de Gestão de Pessoas

Assunto: Laudo Técnico de Avaliação Ambiental referente aos Serviços de Manutenção Elétrica da Presidência da República

1. Atendendo à solicitação da COMAN - Coordenação de Engenharia e Manutenção, conforme Ofício nº 124/2019/COMAN/COENGE/DIALOG/SA/SG/PR (1543886), encaminho o Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade nº 01/2018, de 25/06/2018 (1555809), que trata da análise quanto ao enquadramento das atividades e operações como perigosas referentes aos setores de **Manutenção e Geração de Energia Elétrica e Manutenção Eletrônica**.

2. A legislação aplicada na elaboração do laudo foi respectivamente:

- Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências;
- Lei nº 8.112/1990, nos seus artigos 61, 68, 69 e 70, que regulamenta a concessão do adicional de insalubridade ou periculosidade para servidores do Regime Jurídico Único;
- Lei nº 8.270/1991, no seu artigo 12, que complementa a Lei nº 8.112/90, definindo a forma de percepção do pagamento, percentual e base de cálculo;
- Lei nº 6.514/1977, que altera o Capítulo II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

3. No que diz respeito especificamente aos serviços da empresa a ser contratada, conforme Termo de Referência da Contratação (1372321), são os seguintes: prestação de serviços continuados de operação e periódicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão, com seus respectivos sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, equipamentos de reúso de água, sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, bem como modificação, adequação e ampliação das instalações elétricas internas e externas das edificações do Complexo da Presidência da República com o fornecimento de profissionais

especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

4. O Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade nº 01/2018 aborda a análise das Atividades Desenvolvidas, Riscos Ocupacionais (Agentes Nocivos), Grau de Agressividade ao Homem, Limite de Tolerância, Grau de Insalubridade e Medidas Corretivas no **item 2.2.1.12** dos ambientes de **Manutenção e Geração de Energia Elétrica e Manutenção Eletrônica**.

5. No que concerne aos ambientes analisados, o laudo conclui que de acordo com o que estabelece as atividades e operações dos profissionais do sistema de geração de energia elétrica são caracterizadoras de periculosidade, com base no Anexo 4 (Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica) da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, correspondendo ao percentual de 10% incidente sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de servidor público regido pelo RJU no órgão de origem ou 30% incidente sobre o salário dos mesmos, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas, no caso de servidor regido pela CLT no órgão de origem.

6. Conclui-se pela existência do labor em condições perigosas para as atividades avaliadas nos ambientes inspecionados, com manifesto enquadramento aos seguintes profissionais:

- Integrantes da equipe da área elétrica (engenheiro eletricista, encarregado geral, eletricista, auxiliar de manutenção, técnico em grupo motogerador, técnico em eletroeletrônica, técnico em comando, controle e automação, técnico em nobreak e outros correlatos), devidamente dotados de qualificação, capacitação e autorização a intervirem em equipamentos e instalações elétricas;
- Todos os trabalhadores que habitualmente realizam atividades laborais dentro da Usina do Palácio do Planalto, devido à classificação de área considerada de risco relacionado a líquidos inflamáveis. O enquadramento é devido a todos os trabalhadores da área de operação, cujo item 2, inciso III, alínea “a” da NR 16, restringe a QUAISQUER ATIVIDADES EXECUTADAS DENTRO DA BACIA DE SEGURANÇA DOS TANQUES, em conformidade com o quadro do item 3, alínea “d”, que define a área de risco para a atividade como toda a BACIA DE SEGURANÇA, cuja definição não existe na NR -16, mais podemos definir como toda área interna da Usina, levando em consideração piso e teto.

7. Em vista do exposto, os empregados da empresa terceirizada a ser contratada vão trabalhar em condições de periculosidade no qual assegura ao trabalhador, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

Valéria Gomes de Avelar
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 15817/D - Brasília-DF

De acordo.

À consideração da Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, sugerindo o encaminhamento do processo à Diretoria de Recursos Logísticos - DILOG/Coordenação de Engenharia e Manutenção - COMAN, para conhecimento e demais providências.

Guilherme Guimarães Wimmer

Capitão de Mar e Guerra (Md)
Coordenador de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Gomes de Avelar, Coordenação de Saúde**, em 11/11/2019, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Guimarães Wimmer, Coordenador de Saúde**, em 11/11/2019, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1555812** e o código CRC **0138BAAF** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00059.000508/2019-51

SEI nº 1555812

Anexo III - SENGE_SINDUSCON_CCT_2019_2021.pdf

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000544/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/09/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR048026/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.104268/2019-78
DATA DO PROTOCOLO: 29/08/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF, CNPJ n. 00.031.716/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional Liberal, Dos Engenheiros do Plano da CNPL da Indústria da Construção Civil, do Plano da CNI, com**, com abrangência territorial em **DF**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os Sindicatos convenientes acordam que a partir de 1º de maio de 2019, o piso salarial para Engenheiros, desvinculado da variação do salário mínimo do período e independente dos reajustes concedidos na Cláusula Quarta, será de R\$ 8.483,00 (oito mil quatrocentos e oitenta e três reais), considerando a jornada de trabalho de 08 (oito) horas.

PARÁGRAFO 1º - O piso salarial ora estabelecido remunera o **Engenheiro** contratado para desempenhar jornada integral de 8 (oito) horas diárias, remunerando-se de forma proporcional aqueles que desempenharem jornada diária de 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) horas diárias.

PARÁGRAFO 2º - Fica instituído o piso salarial para os profissionais em início de carreira, assim considerados aqueles que contem com até 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional, de R\$ 5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais) mensal, para uma jornada de 36 (trinta e seis)

horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, estas últimas sem qualquer contraprestação pecuniária, exclusivas para atividades de aperfeiçoamento profissional, no ambiente de trabalho.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2019, os salários dos **Engenheiros** devidos pelos serviços prestados em abril de 2019, à exceção daqueles que recebem o piso salarial, serão reajustados em 5,07% (cinco vírgula zero sete por cento).

PARÁGRAFO 1º - Fica autorizada a compensação de eventuais antecipações de reajustes concedidos, sejam espontâneos ou compulsórios, no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019;

PARÁGRAFO 2º - Ficam reservados os aumentos ocorridos no período de maio de 2018 a abril de 2019, a título de promoção, transferência e implemento de idade concedidos pela empresa em caráter incompensável. Havendo plano de cargos e salário, os enquadramentos por mérito também não poderão ser objeto de compensação.

PARÁGRAFO 3º - Para os **Engenheiros** admitidos no período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019, o reajuste pactuado será aplicado observando-se o critério "pro rata" relativamente ao período entre a data de admissão do Engenheiro e a data base da categoria.

PARÁGRAFO 4º - O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o **Engenheiro** pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido o aviso prévio de forma indenizada.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os empregadores efetuarão o pagamento mensalmente, até o dia 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO 1º - Os empregadores, a seu critério, poderão efetuar adiantamento de salário durante o mês, compensável no pagamento do salário correspondente ou de verbas rescisórias, conforme o caso.

PARÁGRAFO 2º - Os pagamentos, quando não forem feitos por meio de depósito em conta bancária, serão efetuados imediatamente após o encerramento do expediente, salvo motivo de força maior, devidamente justificada, devendo o pagamento estar disponível na meia hora subsequente ao encerramento da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO 3º - Os empregadores fornecerão mensalmente a seus **Engenheiros** comprovante de pagamento do qual conste, obrigatoriamente, o salário recebido, e, especificamente, as horas trabalhadas e os descontos efetuados, constando o nome do **Engenheiro** e do empregador, em papel timbrado ou carimbado.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS SALARIAIS

Será permitido ao empregador, quando expressamente autorizado pelo **Engenheiro**, o desconto direto em folha de pagamento, quando oferecida contraprestação de farmácia, plano médico-odontológico, convênios diversos, com participação total ou parcial do **Engenheiro** nos custos.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - HORA EXTRA

O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, exceto o realizado no dia do repouso semanal ou feriado, que será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento).

Outros Adicionais

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE APOSENTADORIA

Os empregadores concederão, em uma única vez e em apenas uma parcela, abono ao Engenheiro que se aposentar espontaneamente (por tempo de serviço, contribuição ou idade), no valor de R\$1.580,80 (um mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos), desde que conte com ao menos cinco anos de serviço na empresa.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão alimentação aos Engenheiros, podendo os empregadores optar pelo fornecimento em uma das seguintes formas: a) ticket no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia trabalhado; b) cantina da obra ou self-service, podendo cobrar, como valor máximo de ressarcimento, o percentual de 10% (dez por cento) por refeição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alimentação fornecida pelos empregadores na forma prevista nesta cláusula, não se caracteriza como salário utilidade e não integrará o salário do Engenheiro para quaisquer efeitos, eis que tem caráter meramente indenizatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Recomenda-se aos empregadores a adesão ao PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, propondo-se os sindicatos convenientes a promoverem a divulgação das normas, procedimentos e benefícios da adesão.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA - TRANSPORTE/VALE -TRANSPORTE

Fica o empregador obrigado a fornecer ao **Engenheiro** o vale-transporte da residência ao local de trabalho na forma da lei, ou, quando justificado pela necessidade de serviço, disponibilizar-lhe veículo compatível com o cargo, podendo, opcionalmente, reembolsar-lhe o custo com transporte próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O veículo disponibilizado pelo empregador, ou o reembolso do custo pela utilização de transporte próprio do Engenheiro, como previsto no *caput*, não se caracteriza como salário utilidade e não integrará o salário do Engenheiro para quaisquer efeitos.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPOS

As empresas farão, em favor dos seus Engenheiros, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

I – R\$ 15.226,00 (quinze mil duzentos e vinte e seis reais) em caso de Morte do Engenheiro (a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido;

II – Até R\$ 15.226,00 (quinze mil duzentos e vinte e seis reais), em caso de invalidez Permanente (Total ou Parcial) do Engenheiro (a), causada por acidente, independentemente do local do ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as sequelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente da invalidez deixada pelo acidente;

III - Até R\$ 15.226,00 (quinze mil duzentos e vinte e seis reais), em caso de Invalidez Permanente total adquirida no exercício profissional, será pago ao Engenheiro 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE, limitado ao Capital Segurado mínimo exigido pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, mediante declaração médica, em modelo próprio fornecido pela seguradora, assinada pelo médico ou junta médica, responsável pelo laudo, caracterizando a incapacidade decorrente da doença profissional, obedecendo aos critérios de pagamento estabelecidos nos parágrafos entabulados ao final dessa cláusula.

IV - R\$ 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais), em caso de Morte do Cônjuge do Engenheiro (a) por qualquer causa;

V - R\$ 3.806,00 (três mil oitocentos e seis reais), em caso de morte por qualquer causa de cada filho do Engenheiro de até 21 (vinte e um) anos, limitado o direito a 04 (quatro) filhos;

VI - R\$ 3.806,00 (três mil oitocentos e seis reais), em favor do Engenheiro quando ocorrer o nascimento de filho (a) portador de Invalidez causada por Doença Congênita, o (a) qual não poderá exercer qualquer

atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

VII – Ocorrendo a morte do Engenheiro (a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 50 kg de alimentos;

VIII – Ocorrendo a morte do Engenheiro (a) por acidente no exercício de sua profissão, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até R\$ 4.595,00 (quatro mil quinhentos e noventa e cinco reais);

IX – Ocorrendo a morte do Engenheiro (a) por qualquer causa, a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista devidamente comprovado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será antecipado, ao próprio **Engenheiro** ou a seu representante legal, devidamente qualificado, 50% (cinquenta por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura MORTE POR QUALQUER CAUSA, nos casos em que o **Engenheiro** for “Aposentado temporariamente por Invalidez” pelo órgão responsável (INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social), cuja aposentadoria seja ocasionada e caracterizada como doença profissional que o impeça de desempenhar suas funções, e a data do início da moléstia/Aposentadoria e de seu diagnóstico, seja posterior a data da inclusão na apólice.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo a caracterização da INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE e de caráter irreversível em consequência de doença profissional, e desde que devidamente reconhecida e comprovada pelo órgão responsável (INSS), será pago ao próprio Engenheiro Segurado ou a seu representante legal, devidamente qualificado, o complemento de 50% (cinquenta por cento) do Capital Básico Segurado, não cabendo nenhuma outra indenização futura ao mesmo Engenheiro mesmo que este venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra empresa no País ou Exterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO- Caso o segurado ainda não tenha recebido 100% (cem por cento) da indenização por Pagamento Antecipado e/ou Integralizado por Doença Profissional (PAID), se recupere da doença profissional e volte a exercer atividade remunerada e desde que seu retorno à empresa ocorra dentro de cinco anos após a sua aposentadoria temporária por doença profissional, todas as demais coberturas do seguro, inclusive de seus dependentes, se houver, permanecerão em vigor, desde que os prêmios continuem sendo recolhidos pelo Sub-Estipulante.

PARÁGRAFO QUARTO - Ocorrendo a MORTE POR QUALQUER CAUSA ou a INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE, será deduzido da indenização o valor do adiantamento aqui referido, ficando excluída do seguro, automaticamente, o benefício “PAID” – PAGAMENTO ANTECIPADO E/OU INTEGRALIZADO POR DOENÇAS PROFISSIONAIS, sem qualquer direito a outras indenizações por conta de Doenças Profissionais.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o Engenheiro já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAID ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo Empregado sujeito às condições desta cláusula, sem direito a qualquer indenização.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso ocorra a MORTE POR QUALQUER CAUSA do Engenheiro durante a vigência do seguro no período de sua “Aposentadoria” temporária por Doença Profissional aqui contemplada pelo Benefício “PAID”, desde que limitado há cinco anos após a sua aposentadoria temporária por doença profissional, e ainda em processo de avaliação do órgão competente (INSS) será pago ao(s) Beneficiário(s) do seguro a indenização devida deduzindo-se o valor do adiantamento aqui referido e desde que a empresa indique o mesmo Engenheiro em relação específica e continue pagando o prêmio mensal regularmente. Após cinco anos da aposentadoria temporária, fica facultado à empresa optar pela permanência ou a exclusão do seguro do empregado aposentado temporariamente por doença profissional, cessando no caso de exclusão, o pagamento do prêmio mensal do respectivo seguro.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O Benefício de que trata esta cláusula somente poderá ser contratado em apólice de Seguro de Vida em Grupo que não contemple a cobertura de IPD - Invalidez Permanente Total por Doença.

PARÁGRAFO OITAVO - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula, com valores base maio/2017 sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do INPC da Fundação Getúlio Vargas.

PARÁGRAFO NONO - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do “caput” desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus Engenheiros outros valores, critérios e condições do seguro, bem como a existência ou não de subsídios por parte da empresa e a efetivação ou não de desconto no salário do empregado(a), o qual deverá, se for o caso, incidir apenas na parcela que exceder ao limite acima.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As coberturas e as indenizações por morte e/ou invalidez, previstas nos incisos I e II, do caput desta cláusula não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As empresas e/ou empregadores não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Sem qualquer prejuízo para a empresa na decisão da escolha da seguradora, a qual deverá garantir todas as exigências mínimas desta norma coletiva recomendamos a adesão à apólice nacional CBIC/Pasi.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECOMENDAÇÕES SOBRE SEGURO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Sindicato Patronal recomenda aos empregadores que as contratações de seguros e de previdência privada sejam feitas sempre através de agentes conveniados ou cancelados pelo SINDUSCON-DF.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO

Os empregadores poderão admitir **Engenheiros** por contrato de trabalho por prazo determinado, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregadores se obrigam a remeter ao SENGE-DF a relação de empregados contratados por prazo determinado em conformidade com a documentação a ser depositada na Superintendência Regional do Trabalho (SRT/DRT), em conformidade com as determinações contidas no caput e nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 7º do Decreto nº 2490/98.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de rescisão contratual antecipada, motivada pelo empregador, este pagará uma indenização ao **Engenheiro**, constituída das seguintes parcelas cumulativas: 40% (quarenta por cento) do saldo de salário, correspondente aos dias faltantes para completar o primeiro mês; 20% (vinte por cento) do valor do salário, proporcionalmente aos dias faltantes do segundo mês; 10% (dez por cento) do valor do salário proporcionalmente aos dias faltantes do terceiro mês e para cada mês subsequente até o término do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a rescisão seja motivada pelo **Engenheiro**, este se obriga à continuidade do vínculo empregatício durante metade do período faltante para o término do contrato, salvo dispensa desse compromisso pelo empregador.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de descumprimento de qualquer cláusula deste Capítulo, será devida pelo empregador em benefício do **Engenheiro**, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por qualquer Cláusula infringida, exceto se a infração referir-se ao artigo 3º da Lei nº 9601, quando a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A inobservância de qualquer disposição legal ou convencional pertinente a essa modalidade contratual, descaracteriza o contrato, passando a gerar efeitos próprios dos contratos por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO SEXTO - Aos **Engenheiros** contratados no regime do Contrato por Prazo Determinado aplica-se todas as avenças estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho, desde que não conflitem com as determinações desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

O contrato de experiência obedecerá às disposições contidas na CLT, em especial o artigo 451 e o parágrafo único do artigo 445.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato de experiência celebrado com o **Engenheiro** readmitido na mesma função e na mesma empresa passa a ter o caráter de contrato por prazo indeterminado, desde que a readmissão se dê nos três meses subsequentes à rescisão anterior, cabendo ao **Engenheiro**, neste caso, apresentar o comprovante de já ter sido empregado anteriormente, mediante recibo. O **Engenheiro** readmitido após três meses da rescisão anterior, na mesma função e na empresa, estará sujeito a contrato de experiência.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

Os Engenheiros estarão desobrigados do cumprimento do aviso prévio apenas nos casos em que os empregadores mencionem tal liberalidade no próprio documento de aviso.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Serão garantidos pelas empresas, pelo menos 05 (cinco) dias úteis ao ano de treinamento técnico para cada profissional Engenheiro ou, entendendo-se como tal a participação em cursos ministrados por entidades indicadas pelos sindicatos convenientes, com supervisão do SINDUSCON-DF.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregadores adotarão política de treinamento e aperfeiçoamento técnico, mediante a divulgação ampla, com previsão anual de cursos, palestras e seminários, incentivando a participação de seu corpo técnico, inclusive, criando mecanismos que possibilitem a adequada renovação tecnológica e a transferência de conhecimento nas várias áreas de atuação.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ATESTADO DE GRAVIDEZ

Para fins de proteção à maternidade, a prova de encontrar-se a mulher em estado de gravidez poderá ser feita mediante Atestado Médico expedido pelo SECONCI/DF ou por Instituição Oficial, ficando, de qualquer forma, a **Engenheira** obrigada a exibir ao empregador o atestado até a data do afastamento previsto no Artigo 392, da CLT.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO DELEGADO SINDICAL

Ficam asseguradas ao **Engenheiro** inscrito e/ou eleito para exercer função de delegado sindical, na conformidade do artigo 523 da CLT, as prerrogativas do artigo 543, da CLT, vigente a partir da notificação feita pelo representante legal do SENGE-DF. As prerrogativas acima serão asseguradas ao **Engenheiro**, se feita a notificação ao empregador, com recibo de entrega, dentro do prazo de 24 horas conforme disposição do § 5º do referido artigo.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA JORNADA DE TRABALHO

A atividade laboral totalizará 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com jornada de 09 (nove) horas diárias nos dias de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira e de 08 (oito) horas na 6ª feira, sendo o sábado compensado pela hora adicional diária trabalhada nos primeiros 04 (quatro) dias da semana.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - De 2ª a 5ª feira, em razão da hora adicional trabalhada além da oitava, a jornada diária extra não poderá exceder a 01 (uma) hora, sendo que às sextas-feiras tal excesso não poderá ultrapassar a 2 horas, limitando assim a jornada diária a 10 (dez) horas de labor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o sábado seja feriado, as quatro horas destinadas à compensação serão pagas como hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Coincidindo o feriado com um dos quatro primeiros dias da semana (2ª a 5ª feira) não haverá reposição da hora faltante da compensação.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas ficam desobrigadas de manter controle formal de frequência para **Engenheiro**, pois predomina a atividade externa, com evidente cargo de gestão junto às frentes de trabalho, enquadrando-se, pois no exceptivo previsto no art. 62 da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do Engenheiro e a empresa acordarem, poderá ser estabelecido contrato de trabalho com jornada diária de 02 (duas) horas, 04 (quatro) horas ou de 06 (seis) horas, assegurando-se remuneração proporcional ao piso salarial ajustado para o desempenho da jornada integral.

PÁRAGRAFO SEXTO - Serão caracterizados como feriados apenas os dias discriminados em lei, decreto, portaria e na presente CCT, observada a competência legal de emissão dos referidos atos.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO BANCO DE HORAS

Fica instituído, para os **Engenheiros** contratados por prazo indeterminado, o Banco de Horas, conforme Art. 59, §2 e §3º da CLT, e está disposto nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas extras trabalhadas serão compensada de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano subsequente à sua prestação, à soma das jornadas semanais previstas, e sem ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias, devendo o empregador informar ao empregado a data de início e do término de cada banco de horas anual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As horas eventualmente trabalhadas nos sábados, domingos e feriados, poderão igualmente ser compensadas, no prazo máximo de 1 (um) ano, desde que devidamente registradas, estabelecendo-se que cada hora de sábado será equivalente a 1,5 hora; e cada hora de domingo ou feriado a 2 horas, para fins de compensação ou pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregador informará, quando for solicitado pelo Engenheiro, através de planilha de controle, o balanço da quantidade de horas junto ao banco, especificando os créditos ou débitos.

PARÁGRAFO QUARTO - O acerto do débito de horas dar-se-á ao final de 1 (um) ano de cada Banco de Horas, sendo que se restar débito da empresa este deverá ser pago, e se o saldo do débito for do empregado este deverá ser descontado do salário.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, se houver saldo de horas não compensadas, estas serão pagas pelo empregador no ato da rescisão, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, observado o adicional previsto nesta convenção.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de rescisão contratual, havendo débito do empregado no Banco de Horas, este poderá ser descontado das verbas rescisórias, até o limite legal.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SEM PREJUÍZO DE SALÁRIO

O Engenheiro poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: a) até 05 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana; b) até 03 (três) dias consecutivos em caso de falecimento de pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica; c) até 05 (cinco) dias consecutivos em virtude de seu casamento; d) até 01 (um) dia para o recebimento de sua parcela do PIS, caso o empregador não tenha celebrado convênio com a finalidade de efetuar ele mesmo o pagamento; e) nos dias de provas e exames obrigatórios em estabelecimentos de ensino reconhecidos, desde que comprovada a realização dos trabalhos escolares, sendo tal concessão garantida exclusivamente aos estudantes cujas assiduidades sejam atestadas na forma da lei.

Férias e Licenças

Licença Maternidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA ALEITAMENTO

Será concedida à **Engenheira** uma licença para aleitamento, durante 30 (trinta) dias, a contar do vencimento da licença-gestante, num período de 02 (duas) horas diárias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UTILIZAÇÃO DE APARELHO CELULAR E ACESSÓRIOS

Não é permitido o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, durante o horário de trabalho realizado em obra, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso que não seja ligação de voz.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso, será permitido apenas no intervalo para descanso intrajornada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de o Engenheiro precisar atender ou realizar uma ligação particular de caráter emergencial durante o horário de trabalho, deverá interromper a atividade que estiver desenvolvendo e se posicionar de forma segura, em área que será delimitada pelo empregador, para utilização do dispositivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O uso inadequado de telefone celular, smartphone, tablet ou dispositivo similar, assim considerado o que não observar as cláusulas anteriores, constituirá atitude passível de

advertência e, em caso de reincidência, considerando tratar-se de questão relacionada à segurança do trabalho é aplicável as punições disciplinares previstas na cláusula quadragésima terceira do presente documento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FIXAÇÃO DE AVISOS QUANTO AO USO DO CELULAR E OUTROS

Os empregadores devem afixar, em local visível, aviso de proibição de uso de telefone celular, smartphone, tablet ou dispositivo similar, assim como informar os horários permitidos e as áreas consideradas seguras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO AMBIENTE DE TRABALHO

Será garantido ao Engenheiro totais condições de higiene e segurança no trabalho, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os Engenheiros que estejam envolvidos na execução ou reforma de unidade de saúde, perceberão o pagamento de adicional de insalubridade em conformidade com as normas legais vigentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O empregador complementarará, por até 30 (trinta) dias, a remuneração dos Engenheiros afastados por motivo de doença, após o período regulamentar de 15 dias, de acordo com a avaliação do setor de saúde competente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO PARA APURAÇÃO DA CAUSA DE ACIDENTE - CAPA

Ocorrido acidente de trabalho com morte, o empregador deverá constituir uma Comissão para Apuração da Causa de Acidente - CAPA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a ocorrência, que se reunirá no local onde ocorreu o acidente, e será composta pelo Responsável Técnico da Obra, pelo responsável do Serviço Especializado de Engenharia e Medicina do Trabalho da empresa ou pelo representante do Seconci-DF, pelo representante do SINDUSCON/DF e pelo representante do SENGE/DF.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Comissão encaminhará cópia da ata da reunião à SRT/DF.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Os empregadores fornecerão, sem ônus para os seus Engenheiros, os equipamentos de proteção individual (EPI's) de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - A desídia ou recusa por parte do Engenheiro no uso de EPI's constituirão atitudes passíveis de advertência e, em caso de reincidência, enquadráveis nas alíneas e) ou h) do artigo 482 da CLT, ensejando, conseqüentemente, justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. Da mesma forma, caso o empregador não forneça tais equipamentos de proteção, poderá o empregado considerar grave a falta patronal e solicitar a rescisão indireta de seu contrato de trabalho.

Exames Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

O prazo de dispensa da realização de exame médico demissional fica ampliado para 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com a Portaria nº 8, de 08/05/96, da SST/MTb.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituirão exceção os casos em que o Engenheiro permanecer mais de 15 (quinze) dias afastado do trabalho por motivo de doença e do trabalhador que manifestar doença profissional ou ocupacional, devidamente comprovada por atestação médica do SECONCI-DF ou do SESI-DF, dentro do período mencionado no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LIVRE TRÂNSITO DO SECONCI-DF PARA SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS

Os empregadores, quando demandarem os serviços do Seconci/DF, concederão livre trânsito ao serviço odontológico móvel da entidade em seus locais de trabalho, fornecendo energia elétrica, água, instalações sanitárias e demais requisitos necessários ao bom atendimento, liberando, ainda, seus Engenheiros para o tratamento, sem prejuízo de seus salários.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os **Engenheiros** poderão optar também pelo atendimento pelo SECONCI-DF nas instalações da Entidade, sendo-lhes assegurado tratamento especial.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICOS PELO SECONCI-DF E SESI/DF

Os empregadores, quando demandarem os serviços do Seconci/DF, concederão livre trânsito ao serviço odontológico móvel da entidade em seus locais de trabalho, fornecendo energia elétrica, água, instalações sanitárias e demais requisitos necessários ao bom atendimento, liberando, ainda, seus Engenheiros para o tratamento, sem prejuízo de seus salários.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os **Engenheiros** poderão optar também pelo atendimento pelo SECONCI-DF nas instalações da Entidade, sendo-lhes assegurado tratamento especial.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ACIDENTE DE TRABALHO

O acidente de trabalho com morte ou que ocasione o afastamento do trabalho deverá ser comunicado ao SENGE/DF mediante encaminhamento da cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, no mesmo prazo determinado para entrega na SRT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o acidentado não fique hospitalizado e não tenha condição de locomoção, o empregador fornecer-lhe-á condução até a sua residência

Campanhas Educativas sobre Saúde

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE USO RESPONSÁVEL DO CELULAR

Os empregadores e o SENGE/DF irão realizar periodicamente campanhas educativas de uso responsável do celular, segundo os critérios estabelecidos na cláusula quadragésima segunda do presente documento.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA ELEIÇÃO DA CIPA

O Empregador informará aos sindicatos convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mencionando a data, local e horário da eleição dos Membros da Comissão Interna para Prevenção de Acidentes – CIPA.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO ÀS EMPRESAS

Os empregadores permitirão o acesso de pessoas credenciadas pelo SENGE/DF, em seus escritórios ou locais de trabalho, para procederem à sindicalização de Engenheiros interessados, devendo o SENGE/DF comunicar a visita de seus prepostos ao empregador, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acesso aos escritórios e locais de trabalho será permitido desde que acompanhado de representante da empresa

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO ACERVO TÉCNICO

As empresas efetuarão a atualização do Acervo Técnico com registro dos ART's e recolhimento das taxas correspondentes junto ao CREA-DF, de todos os projetos, obras e estudos realizados por Engenheiros, indicando sempre o responsável técnico, os co-autores e colaboradores por especialidade envolvida.

PARÁGRAFO ÚNICO – Compete ao Engenheiro, sempre que solicitado pelo empregador, fornecer a CAT – Certidão de Acervo Técnico, para fins de composição do quadro técnico da empresa.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - BOLETINS INFORMATIVOS

Os empregadores permitirão a fixação de boletins e avisos do SENGE/DF em pontos convenientes, nos locais de trabalho, pelo período mínimo de 01 (uma) semana.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FIXAÇÃO DA CCT NO TRÂNSITO DE EMPREGADOS NAS EMPRESAS

Entre os deveres das partes convenientes fica expressamente ajustado o de afixar a presente Convenção em todos os locais de trânsito obrigatório dos Engenheiros, nos locais de trabalho.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO CUMPRIMENTO DA CCT

É obrigação dos Engenheiros, dos empregadores e das entidades convenientes cumprirem e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Às partes convenientes é assegurado o direito de efetuar convênios e ajustar acordos com entidades e organismos públicos e privados, visando ao cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

Aos infratores dos dispositivos desta Convenção serão aplicadas as seguintes multas: a) 20% (vinte por cento) ao ano sobre os triênios não pagos, acrescida de juros legais e da atualização monetária, e b) R\$ 30,00 (trinta reais) por Engenheiro, na infringência das demais cláusulas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores das multas aplicadas aos empregadores, de acordo com a presente cláusula, reverterão em favor do Engenheiro, salvo aqueles em que a infração não atingir diretamente o Engenheiro, quando, então, reverterão em favor do SENGE/DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores terão prazo de 05 (cinco) dias para efetuarem o pagamento de qualquer multa por infração de norma desta Convenção, sob pena de pagamento em dobro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os empregadores que não cumprirem com o disposto no artigo 545/CLT serão responsáveis pelos valores devidos, sem ônus para os Engenheiros e, ainda, sem prejuízo da sanção prevista no *caput* da presente cláusula.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA RENOVAÇÃO DA CCT

A presente Convenção Coletiva de Trabalho pode ser alterada a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo, porém não pode ser revogada ou prorrogada, total ou parcialmente, sem as formalidades do artigo 615/CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acordos coletivos entre empresas e o SENGE/DF deverão ser celebrados necessariamente com a interveniência do SINDUSCON/DF.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA CLT

As partes convenientes declaram a observância e o compromisso de cumprimento do Título VI - da CLT em todas as suas disposições.

Por estarem justos e convindos, firmam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, em conformidade com o artigo 614 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FERIADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO

O dia 19 (dezenove) de março é o dia consagrado a São José, padroeiro da categoria e do trabalhador da construção civil na base territorial da categoria laboral.

Parágrafo Primeiro - O dia do Padroeiro da construção civil será comemorado na segunda-feira de Carnaval, sendo o dia remunerado como se fosse trabalhado.

Parágrafo Segundo – Na terça-feira de Carnaval não haverá expediente nas empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, sendo o dia compensado por trabalho no sábado ou durante a semana, sem ultrapassar a quantidade de horas trabalhadas do dia a ser compensado.

Parágrafo terceiro – A compensação de que trata o parágrafo segundo deverá ocorrer antecipadamente à data.

Parágrafo Quarto - Os empregadores que concederem férias coletivas em período que compreender o dia de comemoração do Dia da Construção Civil, deverão conceder o dia de folga correspondente em outra data no mesmo ano-calendário.

MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO
Presidente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS
Presidente
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo IV -
Convencao_Coletiva_2020_Registrado1387999566.pdf**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000001/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/01/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR076193/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.100035/2020-30
DATA DO PROTOCOLO: 03/01/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL, TAIS COMO:** Adestrador; Agente de Portaria/Fiscal de Piso; Ajudante; Ajudante de Caminhão; Ajudante de Cozinha; Ajudante Geral de Manutenção, Apoio Administrativo, Arquivista e Reparos; Alinhador/Balanceador de Autos; Almoxarife; Arquivista; Arrumadeira; Atendente; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Educação Infantil (Auxiliar de Creche); Auxiliar de Encarregado; Auxiliar de Jardinagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Bombeiro Hidráulico; Borracheiro; Cabineiro; Camareiro; Carpinteiro; Carregador de Móveis; Carregador/Estiva; Chaveiro; Chefe de Cozinha; Copeira; Costureira de livros; Coumim; Cozinheiro; Eletricista; Eletricista de Auto; Eletrotécnico; Encarregado de Jardinagem; Encarregado de Limpeza; Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos; Encarregado Geral; Enrolador de Motores; Estofador; Frentista; Funileiro; Garagista; Garçom; Jardineiro; Jauzeiro; Lanterneiro de Auto; Lavador de Auto; Lavanderia; Lustrador de Móveis; Maitre; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Auto; Mecânico de Veículo Pesado; Mestre de Obras; Montador de Divisórias; Office Boy / Contínuo; Operador de Balancim; Operador de Bilheteria; Operador de Fotocopiadora; Operador de Microtrator; Operador de Roçadeira Costal; Operador de Trator; Operador de Trator de Esteira; Pedreiro; Persianista; Pintor; Pintor de Auto; Piscineiro; Recepcionista; Salgadeira; Serralheiro; Servente; Supervisor; Torneiro Mecânico; Tratador de Animas; Tratador de Equinos; Vaqueiro; Vidraceiro; Zelador e outras funções congêneres que se ativam na execução de serviços terceirizados, com abrangência territorial em DF.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de **R\$ 1.237,23 (mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2020 são:

Adestrador	R\$2.321,73
Agente de Portaria/Fiscal de Piso	R\$1.348,28
Ajudante	R\$1.237,23
Ajudante de Caminhão	R\$1.237,23
Ajudante de Cozinha	R\$1.237,23
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$1.237,23
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$1.601,27
Almoxarife	R\$1.826,64
Arquivista	R\$3.567,35
Arrumadeira	R\$1.237,23
Atendente	R\$1.278,71
Auxiliar Administrativo	R\$1.278,71
Auxiliar de Educação Infantil (Auxiliar de Creche)	R\$2.150,00
Auxiliar de Encarregado	R\$1.826,64
Auxiliar de Jardinagem	R\$1.237,23
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$1.237,23
Bombeiro Hidráulico	R\$1.826,64
Borracheiro	R\$1.644,11
Cabineiro	R\$1.237,23
Camareiro	R\$1.237,23
Carpinteiro	R\$1.826,64
Carregador de Móveis	R\$1.237,23
Carregador/Estiva	R\$1.237,23
Chaveiro	R\$1.325,51
Chefe de Cozinha	R\$2.633,39
Copeira	R\$1.237,23
Costureira de livros	R\$1.237,23
Coumim	R\$1.278,71
Cozinheiro	R\$2.070,31
Eletricista	R\$1.826,64
Eletricista de Auto	R\$1.826,64
Encarregado de Jardinagem	R\$2.474,46
Encarregado de Limpeza	R\$2.474,46
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$2.474,46
Encarregado Geral	R\$3.159,95
Enrolador de Motores	R\$1.601,27
Estofador	R\$1.264,29

Fiscal Predial	R\$2.260,08
Frentista	R\$1.237,23
Funileiro	R\$1.826,64
Garagista	R\$1.348,28
Garçom	R\$1.826,64
Jardineiro	R\$1.826,64
Jauzeiro	R\$1.466,89
Lanterneiro de Auto	R\$1.826,62
Lavador de Auto	R\$1.237,23
Lavanderia	R\$1.237,23
Lustrador de Móveis	R\$1.826,64
Maitre	R\$2.293,92
Manobrista	R\$1.583,12
Marceneiro	R\$1.826,64
Mecânico de Auto	R\$1.826,64
Mecânico de Veículo Pesado	R\$2.235,22
Mestre de Obras	R\$2.363,64
Montador de Divisórias	R\$1.431,09
Office Boy / Contínuo	R\$1.237,23
Operador de Balancim	R\$1.583,13
Operador de Bilheteria	R\$2.120,75
Operador de Fotocopiadora	R\$1.237,23
Operador de Microtrator	R\$1.400,45
Operador de Roçadeira Costal	R\$1.278,71
Operador de Trator	R\$1.583,13
Operador de Trator de Esteira	R\$1.887,49
Pedreiro	R\$1.826,64
Persianista	R\$1.826,64
Pintor	R\$1.826,64
Pintor de Auto	R\$1.887,49
Piscineiro	R\$1.237,23
Recepcionista	R\$1.826,64
Salgadeira	R\$1.325,51
Serralheiro	R\$1.826,64
Servente	R\$1.237,23
Supervisor	R\$2.474,47
Torneiro Mecânico	R\$1.988,19
Tratador de Animais	R\$2.321,75
Tratador de Equinos	R\$1.863,58
Vaqueiro	R\$1.744,82
Vidraceiro	R\$1.601,27
Zelador	R\$1.348,28

Parágrafo Primeiro – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A todos os trabalhadores da categoria profissional fica garantido um reajuste linear de **3,2% (três virgula dois por cento)** sobre os salários vigentes em dezembro de 2019.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário (vale transporte), inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

Parágrafo Primeiro – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

Parágrafo Segundo – Às empresas associadas ao SEAC/DF, o pagamento do salário devido aos trabalhadores no ano de 2020 poderá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil bancário.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - SOBRE OS DIAS PARADOS

Os Sindicatos convenientes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

Parágrafo Primeiro – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

Parágrafo Segundo – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCTs de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador,

salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

Parágrafo Único – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

CLÁUSULA OITAVA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

CLÁUSULA NONA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que apresente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas deverão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 21 de dezembro de 2020.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau

máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

Parágrafo Primeiro – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

Parágrafo Segundo – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

Salário Família

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder, a cada 30 (trinta) dias, aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados, independentemente da carga horária diária, o auxílio alimentação, no valor de **R\$ 33,62 (trinta e três reais e sessenta e dois centavos)**, sem ônus para o trabalhador. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro – O pagamento do auxílio-alimentação será efetuado exclusivamente através de cartão alimentação. Sendo vedado o fornecimento de marmitex ou similar ou cesta básica.

Parágrafo Segundo – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O desconto não se aplica para as folgas compensadas que tenham sido concedidas por liberalidade do tomador.

Parágrafo Terceiro – No ato da contratação e de forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de

custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE-TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de **R\$ 153,77 (cento e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos)**, unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador.

Parágrafo Primeiro – O plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames clínicos e laboratoriais e internações emergenciais, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Segundo – É de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração do referido plano. Cabendo a este estabelecer os critérios e as condições da prestação de serviços, sendo vedado às empresas a contratação de plano ambulatorial diferente ao administrado pelo Sindicato laboral.

Parágrafo Terceiro – É de competência exclusiva do Sindicato Laboral tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários, inclusive atuar nas ações judiciais e administrativas envolvendo o plano na defesa dos interesses de seus beneficiários, em especial, para garantir a continuidade da prestação dos serviços médicos na hipótese de interrupção ou suspensão dos serviços pela operadora. Em hipótese alguma, o SEAC/DF e/ou as empresas serão responsabilizadas pela descontinuidade, suspensão ou por qualquer problema decorrente da prestação de serviços do plano aos trabalhadores, desde que estejam cumprindo com todas as suas obrigações previstas nesta cláusula e dispositivos legais.

Parágrafo Quarto – No caso de haver qualquer desembolso financeiro pelo SEAC/DF e/ou as empresas, decorrente de descontinuidade, suspensão e problemas na prestação de serviços do plano ambulatorial aos trabalhadores, e se comprovando a culpabilidade do SINDISERVIÇOS/DF, caberá ao Sindicato Laboral indenizar o SEAC/DF e/ou as empresas.

Parágrafo Quinto – O valor será repassado ao sindicato laboral e/ou a operadora até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início do contrato. A empresa terá até o dia 15 (quinze) de cada mês para incluir os funcionários no plano de saúde e a operadora terá até 20 (vinte) dias para entregar a carteira com a devida inscrição.

Parágrafo Sexto – A empresa entregará a relação dos empregados efetivos, de forma individualizada por contrato, de acordo com o estabelecido no **caput**, sendo ainda em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada.

Parágrafo Sétimo – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Oitavo – O benefício, ora instituído, será devido, apenas e tão somente, em relação aos empregados efetivamente alocados nos serviços e limitado ao contingente contratado.

Parágrafo Nono – Os sindicatos convenientes, em ação conjunta, assumem entre si o compromisso de impugnarem todos os Editais publicados a partir do mês de janeiro de 2020 que não contemplem os trabalhadores com o plano ambulatorial.

Parágrafo Décimo – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços (reservas e feristas), poderão aderir ao plano ambulatorial contratado pelo Sindicato Laboral, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS, mediante desconto em folha, previamente autorizado pelo trabalhador.

Parágrafo Décimo Primeiro – A empresa que não recolher ou não repassar os valores recebidos a título de Plano Ambulatorial cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover a ação judicial pertinente, observado o disposto sobre a comunicação prévia a que se refere à Cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial.

Parágrafo Décimo Segundo – O trabalhador que se afastar em benefício previdenciário, ou seja, todo trabalhador que se afastar de suas atividades laborativas terá assegurado o direito de uso do plano ambulatorial desde que arque integralmente com o valor do plano. Nesta condição o funcionário deverá efetuar o pagamento diretamente ao Sindicato Laboral e/ou operadora do plano.

Parágrafo Décimo Terceiro – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Décimo Quarto – Na hipótese de falência, intervenção, deficiência na gestão ou qualquer outro fato que afete a operadora do plano ambulatorial contratado e gerido exclusivamente pelo SINDISERVIÇOS/DF, causando a interrupção, cancelamento ou qualquer prejuízo aos trabalhadores, o SINDISERVIÇOS/DF se obriga a contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob sua responsabilidade exclusiva, plano equivalente ao ofertado por meio desta Convenção Coletiva.

Parágrafo Décimo Quinto – Na hipótese de os tomadores dos serviços, por qualquer motivo, não adimplirem, cessarem e/ou suspenderem o pagamento a ser realizado às empresas, dos valores referentes ao benefício previsto no **caput** desta cláusula, ficarão as mesmas desobrigadas de repassarem qualquer valor ao sindicato laboral e/ou à operadora, não incidindo as empresas em qualquer penalidade ou responsabilidade, seja para

com o trabalhador ou para com o Sindicato Laboral, nessas hipóteses as empresas deverão comunicar o sindicato Laboral.

Parágrafo Décimo Sexto – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano ambulatorial, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 10,63 (dez reais e sessenta e três centavos)** por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

Parágrafo Primeiro – O SINDISERVIÇOS/DF contratará, operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro do Distrito Federal.

Parágrafo Segundo – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

Parágrafo Quarto – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

Parágrafo Quinto – É de única e exclusiva responsabilidade do sindicato laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

Parágrafo Sexto – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

Parágrafo Sétimo – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **Assistência Funeral** no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e **Seguro de Vida** no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

Parágrafo Primeiro – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,00 (dois reais)** por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo Segundo – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo Terceiro – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

Parágrafo Quarto – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

Parágrafo Quinto – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo Sexto – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo Sétimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo Oitavo – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

Parágrafo Nono – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Décimo – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

Parágrafo Décimo Primeiro – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu website, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

Parágrafo Décimo Segundo – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

Parágrafo Décimo Terceiro – As empresas que deixarem de aderir à apólice oferecida pelo SEAC/DF, assumirão por conta e risco a indenização junto aos beneficiários do trabalhador no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), independente de terem ou não apólice própria, haja vista que esta cláusula tem o princípio de estímulo ao associativismo e por ser um benefício ao trabalhador.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONSIGNAÇÕES

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados sindicalizados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão, obrigatoriamente, descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

Parágrafo Único – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do plano ambulatorial.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de recusa ou de não comparecimento.

Parágrafo Terceiro – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

Parágrafo Quinto – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Sexto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Sétimo – Em consonância com a prescrição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

Parágrafo Oitavo – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

Parágrafo Segundo – Durante o cumprimento do Aviso Prévio concedido pelo empregador, e em havendo comprovação de haver o prestador obtido novo emprego, ficará este dispensado do seu cumprimento nos termos da Súmula 276/TST, estendido esta condição ao trabalhador convocado para assumir cargo público, seja através de concurso público ou cargo comissionado, estando este dispensado e sem ônus do cumprimento do Aviso Prévio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

Parágrafo Segundo – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o

comparecimento da(s) parte(s), desde que devidamente demonstrada a notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro – Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

Parágrafo Quinto – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto - O Sindicato Laboral deverá ressalvar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

Parágrafo Sétimo – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, alínea “b” desta, sob pena de multa constante no Parágrafo 8º do referido artigo.

Parágrafo Oitavo – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Nono – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

Parágrafo Décimo – Para as empresas associadas ao SEAC/DF, a homologação das rescisões será gratuita.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término do contrato, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro ou depósito bancário, a ser comprovado no ato da homologação, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

I) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;

II) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

Parágrafo Primeiro – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar a empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

Parágrafo Segundo – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

Parágrafo Terceiro – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - JOVEM APRENDIZ

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções abarcadas nos serviços de asseio e conservação ao saudável desenvolvimento do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT), agravada pela ausência de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício das funções em apreço (artigo 429 da CLT), exemplificadas no rol a seguir, fica convencionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de JOVEM APRENDIZ, em atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, tomando como parâmetro o percentual de aprendizagem mínimo de 5% a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excetuadas as funções incompatíveis e, portanto, inexigíveis, a seguir exemplificadas:

Agente de Portaria/Fiscal de Piso, Ajudante de Cozinha, Auxiliar de Jardinagem, Auxiliar de Serviços Gerais, Copeira, Encarregado de Jardinagem, Encarregado de Limpeza, Encarregado Geral, Garagista, Jardineiro, Jauzeiro, Office Boy / Contínuo, Piscineiro, Servente, Zelador, Recepcionista e Supervisores, Encarregados e demais gerentes dessas funções.

Portanto, esta cláusula não se presta a reduzir ou excluir a aplicação da Lei de aprendizagem, mas tão somente faz o enquadramento às normas de regência da aprendizagem com a realidade específica do setor econômico de asseio e conservação.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excetuadas as atividades listadas no **caput** por não preencherem esses requisitos.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas envidarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

Parágrafo Quarto – Com o intuito de, efetivamente, dar cumprimento à Lei que trata da cota de aprendizes, fica convencionado que as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, obrigatoriamente, deverão comprovar a contratação do jovem aprendiz, tomando-se por base as funções compatíveis com os requisitos da aprendizagem, incluindo aquelas que não estejam abarcadas por esta convenção coletiva. A comprovação deverá ser feita, trimestralmente, perante o SEAC/DF mediante apresentação dos seguintes documentos: **a)** relação nominal dos aprendizes, contendo data de nascimento, início e término do contrato, ocupação, função e horário de trabalho; **b)** cópia do contrato com a instituição de ensino; e **c)** CAGED.

Parágrafo Quinto – Apresentada a documentação exigida no parágrafo quarto, com a regularidade estabelecida, o SEAC/DF deverá fornecer declaração de cumprimento desta cláusula, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis (excluindo-se os sábados), a contar da data de solicitação da declaração.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUITAÇÃO ANUAL

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Primeiro – Pelo serviço prestado, a empresa **NÃO** associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por cada trabalhador.

Parágrafo Segundo – Pelo serviço prestado, a empresa associada ao SEAC/DF pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento pelo Sindicato Laboral do termo de quitação anual previsto no art.507-b da Lei 13.467, está condicionado à apresentação integral da documentação para análise, bem como ao fiel e integral cumprimento da convenção coletiva.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

Políticas de Manutenção do Emprego

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

Parágrafo Primeiro – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, no segmento privado, faculta-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), o empregado que, possua mais de 05 (cinco) anos de efetivo vínculo empregatício, e a este dar estabilidade de 180 (cento e oitenta) dias e condições dignas de trabalho, mediante comunicado ao trabalhador por escrito, desde que haja anuência do mesmo, vedada a aplicação aos contratos do setor público.

Parágrafo Segundo – Caso a empresa exerça a faculdade prevista no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula, deverá comunicar o Sindicato Laboral no prazo de 30 (trinta) dias os empregados realocados e os respectivos postos de trabalho.

Parágrafo Terceiro – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, o tomador de serviços só poderá realizar a devolução de funcionários que não estejam atendendo com satisfação as suas necessidades, até 30 (trinta) dias que anteceder a troca de empresas, sendo vedado a devolução do trabalhador no referido período até o início do novo contrato, devendo o tomador informar quais os trabalhadores que não irão permanecer no novo contrato.

Parágrafo Quarto – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços e, desde que o empregado seja admitido pela empresa sucessora, fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 12º da Lei 13.932/19, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, devendo, preferencialmente, a mesma ao término de sua licença, retornar ao seu posto de origem.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Primeiro – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

Parágrafo Segundo – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os(as) trabalhadores(as) deverão ser realizados durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

Parágrafo Quarto – A Jornada de Trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos, vedado sua redução a título de proporcionalidade do salário da categoria.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Parágrafo Único – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

Parágrafo Único – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

Parágrafo Primeiro – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desnature a função desse.

Parágrafo Segundo – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

Parágrafo Terceiro – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente

para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a)** cartão de ponto manual;
- b)** folha de frequência;
- c)** biometria;
- d)** controle de ponto por cartão magnético;
- e)** controle de ponto por meio de aplicativo de folha de pagamento disponível em aparelhos de telefonia móvel (celular), desde que seja mantida e respeitada a privacidade e a dignidade da pessoa humana;
- f)** Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, desobrigando a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELÓGIO VIGIA

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA ESPECIAL

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

Parágrafo Segundo – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5o do art. 73 da CLT.

Parágrafo Terceiro – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Quarto – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

Parágrafo Quinto – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sexto – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sétimo – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 2 períodos com a anuência do trabalhador, na forma da lei vigente.

Parágrafo Primeiro – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

Parágrafo Segundo – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

Parágrafo Quarto – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

Parágrafo Quinto – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor.

Parágrafo Sexto – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao labor.

Licença Remunerada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a)** 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b)** 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c)** 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d)** 1 (um) dia para acompanhamento de saúde de filho menor de quatorze anos ou se for portador de necessidades especiais de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e)** no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

Licença Maternidade

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

Parágrafo Único – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - UNIFORMES

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

Parágrafo Terceiro – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

Parágrafo Quarto – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão cópias ao SINDISERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPAs, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF,

englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

Parágrafo Único – Fica assegurado o direito de cada empresa associada ao SEAC/DF organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis (excluindo-se os sábados).

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CATs emitidas no mês anterior.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

Parágrafo Único – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CÓPIA DA RAIS

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de fevereiro de 2020, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, no mês de setembro de 2019. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de março de 2020, conforme discriminado abaixo.

Parágrafo Primeiro – O valor descontado, previsto no *caput* desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

Parágrafo Primeiro – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

Parágrafo Terceiro – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Quinto – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

Parágrafo Sexto – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado (comprovado por meio do CAGED), referente ao mês de junho de 2020, a ser recolhida em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2020, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 30 de janeiro de 2020. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF (www.seac-df.com.br).

Parágrafo Primeiro – Caso a guia de recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal possua valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por empresa, o pagamento deverá ser efetivado em única parcela até o dia 15 de julho.

Parágrafo Segundo – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Terceiro – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo Quarto – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. (<http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/>)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL E TRABALHISTA

Por força desta convenção, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais e trabalhistas.

Parágrafo Primeiro – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;

e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

Parágrafo Quarto – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

Parágrafo Quinto – A certidão será gratuita às empresas associadas ao SEAC/DF.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - ENTREGA DA GFIP

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIPs da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Primeiro – A recusa injustificada do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

Parágrafo Segundo – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

Parágrafo Terceiro – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimização negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito.

Neste sentido pode-se afirmar, com “severus in iudicando” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DO ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO EXTRAJUDICIAL

Os acordos individuais de trabalho extrajudiciais deverão ter a anuência dos sindicatos laboral e patronal, sob pena de nulidade.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o sindicato laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

Parágrafo Único – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o sindicato laboral ajuizará a ação pertinente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento na seguinte progressão:

- a)** Multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** Multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 120 (cento e vinte), dias, tenha reincidido nesta penalidade.

Parágrafo Primeiro – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

Parágrafo Segundo – Será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) no percentual das multas previstas na presente cláusula à empresa associada ao SEAC/DF, desde que o seu pagamento ocorra de forma administrativa.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo Primeiro – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

Parágrafo Segundo – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho - SRTE, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DAS EMPRESAS SUJEITAS À CPRB

Aos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, é proibida a utilização pelas empresas dos benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB.

Parágrafo Primeiro – Não poderão utilizar os benefícios do regime de CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – CPRB, aos contratos previstos no **caput** da presente cláusula, as empresas cujo objeto também abranjam as seguintes atividades mencionadas na IN RFB 1.812/18:

- tecnologia da informação – TI e comunicação – TIC;
- call center;
- transporte rodoviário de passageiros, intermunicipal, interestadual, internacional e em região metropolitana;
- transporte ferroviário de pessoas;
- transporte metroferroviário de pessoas;
- transporte rodoviário de cargas;
- construção civil;
- construção civil de obras de infraestrutura;

- empresas jornalísticas e de radiodifusão de sons e imagens;

Parágrafo Segundo – A inobservância à vedação ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT-10ª REGIÃO

Nos termos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência IUJ 0000396-17.2016.5.10.0000 do TRT-10ª Região, é proibida a utilização de enquadramento sindical pelo empresa diverso do segmento no qual o empregado trabalha "I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros. II - **Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha**, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

Parágrafo Primeiro – Os sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de norma coletiva de trabalho que utilize enquadramento sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT.

Parágrafo Segundo – Os sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E
SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS

Presidente

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST
SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

ANEXOS

ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
Total		20,43%

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%

F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
Total		36,80%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%
A	Aviso prévio indenizado ($33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$)	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($8\% \times 1,81\% = 0,14\%$)	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 90\%$ do pessoal recebe aviso indenizado)	4,05%
D	Aviso prévio trabalhado ($07 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,19\%$)	0,19%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ($36,80\% \times 0,19\% = 0,07\%$)	0,07%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $4,5\% \times 10\%$ do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,45%
Total		6,71%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	%
A	Substituto na cobertura de férias (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	0,95%
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença $((8 \div 30 \div 12) + (7 \div 30 \div 12)) \times 100 = 4,17\%$	4,17%
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade $(5 \div 30 \div 12 \times 0,075) \times 100 = 0,10\%$	0,10%
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho $((15 \div 30 \div 12) \times 0,15 \times 100 = 0,63\%$	0,63%
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade $(1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4) \div 12 \times 0,00025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o somatório do submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,68%
Total		15,55%

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	79,49%
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA COM APROVAÇÃO DA PAUTA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo V -
Convencao_Coletiva_2020_SENGEDF_Termo_Aditivo.pdf**

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000485/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/09/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR047311/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.110628/2020-12
DATA DO PROTOCOLO: 16/09/2020

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 19964.104268/2019-78
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 02/09/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF, CNPJ n. 00.031.716/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional Liberal, Dos Engenheiros do Plano da CNPL da Indústria da Construção Civil, do Plano da CNI**, com abrangência territorial em **DF**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os Sindicatos convenientes acordam que a partir de 1º de maio de 2020, o piso salarial para Engenheiros, desvinculado da variação do salário mínimo do período e independente dos reajustes concedidos na Cláusula Quarta, será de R\$ 8.882,50 (oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), **considerando a jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O piso salarial ora estabelecido remunera o **Engenheiro** contratado para desempenhar jornada integral de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais,

remunerando-se de forma proporcional aqueles que desempenharem jornada diária de 06 (seis) horas e semanal de 36 (trinta e seis) horas, 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou 02 (duas) horas diárias e 10 (dez) horas semanais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica instituído o piso salarial para os profissionais em início de carreira, assim considerados aqueles que contem com até 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional, de R\$ 6.270,00 (seis mil duzentos e setenta reais) mensal, para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, estas últimas sem qualquer contraprestação pecuniária, exclusivas para atividades de aperfeiçoamento profissional, no ambiente de trabalho.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2020, os salários dos **Engenheiros** devidos pelos serviços prestados em abril de 2020, à exceção daqueles que recebem o piso salarial, serão reajustados em 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento).

PARÁGRAFO 1º - Fica autorizada a compensação de eventuais antecipações de reajustes concedidos, sejam espontâneos ou compulsórios, no período compreendido entre maio de 2019 e abril de 2020;

PARÁGRAFO 2º - Ficam reservados os aumentos ocorridos no período de maio de 2019 a abril de 2020, a título de promoção, transferência e implemento de idade concedidos pela empresa em caráter incompensável. Havendo plano de cargos e salário, os enquadramentos por mérito também não poderão ser objeto de compensação.

PARÁGRAFO 3º - Para os **Engenheiros** admitidos no período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, o reajuste pactuado será aplicado observando-se o critério "pro rata" relativamente ao período entre a data de admissão do Engenheiro e a data base da categoria.

PARÁGRAFO 4º - O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o **Engenheiro** pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido o aviso prévio de forma indenizada.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA QUINTA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão alimentação aos Engenheiros, podendo os empregadores optar pelo fornecimento em uma das seguintes formas: a) ticket no valor de R\$ 25,62 (vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos) por dia trabalhado; b) cantina da obra ou self-service, podendo cobrar, como valor máximo de ressarcimento, o percentual de 10% (dez por cento) por refeição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A alimentação fornecida pelos empregadores na forma prevista nesta cláusula, não se caracteriza como salário utilidade e não integrará o salário do Engenheiro para quaisquer efeitos, eis que tem caráter meramente indenizatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Recomenda-se aos empregadores a adesão ao PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, propondo-se os sindicatos convenientes a promoverem a divulgação das normas, procedimentos e benefícios da adesão.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA SEXTA - TRANSPORTE/VALE TRANSPORTE

Fica o empregador obrigado a fornecer ao **Engenheiro** o vale-transporte da residência ao local de trabalho na forma da lei, ou, quando justificado pela necessidade de serviço, disponibilizar-lhe veículo compatível com o cargo, podendo, opcionalmente, reembolsar-lhe o custo com transporte próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO – O veículo disponibilizado pelo empregador, ou o reembolso do custo pela utilização de transporte próprio do Engenheiro, como previsto no *caput*, não se caracteriza como salário utilidade e não integrará o salário do Engenheiro para quaisquer efeitos.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA SÉTIMA - DO BANCO DE HORAS

Fica instituído, para os **Engenheiros** contratados por prazo indeterminado, o Banco de Horas, conforme Art. 59, §2 e §3º da CLT, e está disposto nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas extras trabalhadas serão compensadas de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano subsequente à sua prestação, à soma das jornadas semanais previstas, e sem ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias, devendo o empregador informar ao empregado a data de início e do término de cada banco de horas anual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As horas eventualmente trabalhadas nos sábados, domingos e feriados, poderão igualmente ser compensadas, no prazo máximo de 1 (um) ano, desde que devidamente registradas, estabelecendo-se que cada hora de sábado será equivalente a 1,5 hora; e cada hora de domingo ou feriado a 2 horas, para fins de compensação ou pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregador informará, quando for solicitado pelo Engenheiro, através de planilha de controle, o balanço da quantidade de horas junto ao banco, especificando os créditos ou débitos.

PARÁGRAFO QUARTO - O acerto do débito de horas dar-se-á ao final de 1 (um) ano de cada Banco de Horas, sendo que se restar débito da empresa este deverá ser pago, e se o saldo do débito for do empregado este deverá ser descontado do salário.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, se houver saldo de horas não compensadas, estas serão pagas pelo empregador no ato da rescisão, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, observado o adicional previsto nesta convenção.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de rescisão contratual, havendo débito do empregado no Banco de Horas, este poderá ser descontado das verbas rescisórias, até o limite legal.

Disposições Gerais

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OITAVA - DA RENOVAÇÃO DO TERMO ADITIVO A CCT

O presente Termo Aditivo à CCT 2019/2021 poderá ser prorrogado, revisado, ou revogado, total ou parcialmente, mediante assinatura de termo aditivo, desde que cumpridas as formalidades do art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Através do presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada pelas partes Convenientes para o período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021, ficam modificadas as redações das Cláusulas 1ª, 3ª, 4ª, 10ª, 11ª, e a 25ª, permanecendo inalteradas as demais cláusulas, com exceção da Cláusula 16ª que fica expressamente excluída.

Por estarem justos e convindos, firmam o presente Termo em conformidade com o art. 614 da CLT.

MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO

Presidente

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS

Presidente

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

Anexo VI - CCT_2019_SEAC_x_SINTEC.pdf

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000390/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/07/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR035429/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.102217/2019-10
DATA DO PROTOCOLO: 04/07/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF, CNPJ n. 01.006.908/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUZIMAR PEREIRA DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **representação legal da categoria técnica industrial que se ativa nas empresas de prestação de serviços de limpeza, conservação ambiental, manutenção predial, trabalho temporário e serviços terceirizáveis**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO POR FUNÇÃO**

Fica definido um Salário Normativo Mínimo, no valor de **R\$ 1.985,50** (mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), que servirá para normatizar as cláusulas da presente Convenção Coletiva. Dessa forma, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, os empregadores aqui representados estão sujeitos ao pagamento dos seguintes PISOS NORMATIVOS:

Técnico em Edificações	R\$ 2.500,00
Técnico em Eletrônica e Eletroeletrônica	R\$ 1.985,50
Técnico em Eletrotécnica e Eletromecânica	R\$ 1.985,50
Técnico em Máquinas	R\$ 1.985,50
Técnico em Mecânica	R\$ 1.985,50
Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	R\$ 1.985,50
Técnico em Telecomunicações	R\$ 1.985,50
Encarregado Geral	R\$ 3.070,00

Parágrafo Primeiro – As funções acima, de acordo com a descrição contida no respectivo CBO fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, são as seguintes:

TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES – CBO 3121

Resumo das Funções: Realizam levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolvem e legalizam projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil; planejam a execução, orçam e providenciam suprimentos e supervisionam a execução de obras e serviços. Treinam mão-de-obra e realizam o controle tecnológico de materiais e do solo.

TÉCNICOS EM ELETRÔNICA e TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA – CBO 3132

Resumo das Funções: Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos.

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA e TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA – CBO 3131

Resumo das Funções: Planejam atividades do trabalho, elaboram estudos e projetos, participam no desenvolvimento de processos, realizam projetos, operam sistemas elétricos e executam manutenção. Atuam na área comercial, gerenciam e treinam pessoas, asseguram a qualidade de produtos e serviços e aplicam normas e procedimentos de segurança no trabalho.

TÉCNICO EM MÁQUINAS e MECÂNICA – CBO 3141

Resumo das funções: Elaboram projetos de sistemas eletromecânicos; montam e instalam máquinas e equipamentos; planejam e realizam manutenção; desenvolvem processos de fabricação e montagem; elaboram documentação; realizam compras e vendas técnicas e cumprem normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E AR-CONDICIONADO – CBO 3183

Resumo das funções: Analisam solicitações para desenhos em eletroeletrônica; elaboram o desenho preliminar e desenho executivo de projetos de fabricação e instalação de máquinas e equipamentos de refrigeração, de instalação de sistemas de ventilação e calefação; desenharam esquemas eletrônicos, leiautes de circuitos impressos, leiautes de quadros e componentes elétricos e projetos elétricos; submetem desenhos à aprovação; efetuam revisões e finalizam desenhos, preparando cópias, arquivando e registrando apontamentos. Prestam assistência à fabricação, montagem e instalação, referente ao desenho técnico. Verificam iluminação, ventilação, temperatura, ruídos e conformidade ergonômica do local de trabalho de desenho.

TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES - CBO 3133

Resumo das funções: Participam na elaboração de projetos de telecomunicação; instalam, testam e realizam manutenções preventiva e corretiva de sistemas de telecomunicações. Supervisionam tecnicamente processos e serviços de telecomunicações. Reparam equipamentos e prestam assistência técnica aos clientes; ministram treinamentos, treinam equipes de trabalho e elaboram documentação técnica.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

Fica estabelecido um reajuste salarial, em conformidade com a Cláusula que define o Piso por Função, a partir de 1º de maio de 2019, para todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Primeiro – As empresas que, ao início da vigência desta Convenção Coletiva, já tiverem concedido o reajuste em 2019, **equivalente ou superior ao ora estabelecido**, estarão dispensadas da presente majoração, sob pena de repetição de mesmo ato com mesmo fim.

Parágrafo Segundo – Nenhum empregado abrangido pela presente Convenção Coletiva poderá receber salário inferior ao piso normativo, fixado no **caput** desta Cláusula, salvo em situações específicas negociadas através de Acordo Coletivo fixado entre o SINTEC/DF e o empregador interessado, com anuência do SEAC/DF.

Parágrafo Terceiro – **A todos os funcionários que se ativam nas funções administrativas** das empresas aderentes a esta Convenção Coletiva de Trabalho, **bem como os Técnicos que ganham acima do Piso Salarial**, fica garantido o **reajuste salarial de 3,7%** (três vírgula sete por cento).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS DE SALÁRIOS

Os salários deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil bancário do mês subsequente. As empresas que não efetuarem depósito em conta corrente ou pagamento em moeda, deverão proporcionar tempo hábil aos seus empregados, dentro da jornada laboral, para que o recebimento seja feito no horário normal de funcionamento da rede bancária.

CLÁUSULA SEXTA - MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Fica assegurada uma multa de 1/30 (um trinta avos) do respectivo salário do profissional, por dia de atraso, limitada ao teto da remuneração mensal, a ser revertida em favor do profissional, caso a empresa não efetue o pagamento de salário até o 5º (quinto) dia útil bancário do mês subsequente ao vencido, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços.

Parágrafo Único - Ocorrendo eventual erro na folha de pagamento as empresas pagarão aos empregados as diferenças no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, a contar da comunicação, por escrito, feita pelo trabalhador ao empregador, sob pena da empresa pagar a multa citada no **caput** desta cláusula.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza, com igual produtividade e com mesma perfeição técnica. Caso o empregado demitido tenha executado mais de dois anos de contrato de emprego, o benefício estipulado nesta Cláusula não será exigível ou aplicável.

CLÁUSULA OITAVA - IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO

Fica garantida a igualdade de remuneração da mão-de-obra feminina e masculina, pelo exercício de trabalho de igual valor, efetuado na mesma empresa, em serviço equivalente.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA NONA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados, a título de adiantamento salarial, superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

Parágrafo Único – A inobservância do **caput** desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS

As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados demonstrativos de pagamento contendo a identificação da empresa, a discriminação das importâncias e o número de horas extras trabalhadas no respectivo mês.

Parágrafo primeiro – Fica assegurada ao empregado a faculdade de conferência dos cartões de ponto ou folhas de ponto, sempre que este julgar necessário.

Parágrafo segundo – O sistema de marcação de cartões de ponto ou folhas de ponto, inclusive de horas extras, será exercido pelo empregado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas poderão efetuar os pagamentos do 13º (décimo terceiro) salários em duas parcelas ou a um só tempo.

Parágrafo Primeiro – Para o pagamento em duas parcelas, o primeiro vencimento deverá ser pago até o dia 30 de novembro de 2019 e o segundo até o dia 20 de dezembro de 2019, na proporção a que fizer jus o empregado.

Parágrafo Segundo – Para o pagamento em um só tempo, o vencimento deverá ser pago até o dia 20 de dezembro de 2019, na proporção a que fizer jus o empregado.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Parágrafo Único – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Os profissionais que exercerem atividades em ambientes de exposição, assim qualificados aqueles previstos na legislação específica, terão acrescido aos seus salários percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez nos dias efetivamente trabalhados, a partir do dia 1º de maio de 2019, o auxílio alimentação no valor de **R\$ 33,00 (trinta e três reais)** e a estes a cada 30 (trinta) e de uma única vez pelos dias efetivamente trabalhados, independente da carga horária. A presente parcela não integra a remuneração, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro – A concessão do Auxílio Alimentação somente poderá ser concedida ao trabalhador através de Cartão Alimentação.

Parágrafo Segundo – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

Parágrafo Terceiro – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

Parágrafo Quarto – **CONTRIBUIÇÃO PAT** – Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, fica estabelecido que as empresas poderão efetuar o desconto no valor facial do vale alimentação de até R\$ 0,30 (trinta centavos), que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao trabalhador.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo Terceiro – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo Quarto – No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Quinto – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo Sexto – A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Parágrafo Sétimo – A ausência do empregado ao serviço, em razão do não fornecimento do Vale-Transporte, não deverá ser considerado falta.

Parágrafo Oitavo – Ao empregado que comprovar residir fora do Distrito Federal, o vale transporte do entorno será complementado em papel-moeda (que não se confunde com dinheiro).

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas pagarão, mensalmente, o valor de **R\$ 149,00 (cento e trinta e nove reais)**, unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de auxílio manutenção de plano ambulatorial aos empregados.

Parágrafo primeiro – O Plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames e internações emergenciais conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo segundo – O benefício em questão será custeado com os valores repassados pelos tomadores

de serviços públicos ou privados. Caso o trabalhador exerça a faculdade de optar por plano de saúde diferente do ambulatorial, às suas expensas, a contribuição do trabalhador será objeto de desconto em folha de pagamento e condicionada à prévia comunicação de adesão pelo empregador.

Parágrafo terceiro – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo quarto – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas pelo SEAC/DF ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano de saúde ambulatorial, nas próximas licitações e contratações públicas, como também nas contratações privadas.

Parágrafo quinto – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir a qualquer dos planos de saúde contratado pelo Sindicato Laboral, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

Parágrafo sexto – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevivendo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora, sem intermédio de sua antiga empregadora, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Sétimo – Na hipótese de os tomadores dos serviços, por qualquer motivo, não adimplirem, cessarem e/ou suspenderem o pagamento a ser realizado às empresas, dos valores referentes ao benefício previsto no **caput** desta cláusula, ficarão as mesmas desobrigadas de repassarem qualquer valor ao empregado e/ou à operadora, não incidindo as empresas em qualquer penalidade ou responsabilidade, para com o trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos)** por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

Parágrafo Primeiro – O SINTEC/DF contratará, operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro o Distrito Federal.

Parágrafo Segundo – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observada a Prévía de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

Parágrafo Quarto – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINTEC/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

Parágrafo Quinto – É de única e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

Parágrafo Sexto – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINTEC/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

Parágrafo Sétimo – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA E ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **assistência funeral** no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** e **seguro de vida** no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora, em benefício do empregado.

Parágrafo Primeiro – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,00 (dois reais)** por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no **caput**, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo Segundo – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo Terceiro – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora.

Parágrafo Quarto – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

Parágrafo Quinto – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo Sexto – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo Sétimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo Oitavo – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

Parágrafo Nono – Os benefícios, Seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Décimo – Fica estabelecido que os efeitos práticos e financeiros desta cláusula terão sua vigência à partir de sua homologação, pelo MTE.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de recusa ou de não comparecimento.

Parágrafo Terceiro – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

Parágrafo Quinto – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias

ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Sexto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Sétimo – Em consonância com a disposição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração normativa, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

Parágrafo Oitavo – O trabalhador fará jus ao piso salarial normativo correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias de seus empregados em até 10 (dez) dias após o fim do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

As EMPRESAS são obrigadas a submeter ao SINDICATO LABORAL as rescisões de Contrato de Trabalho igual ou superior a 12 (doze) meses. As homologações somente serão realizadas mediante apresentação do extrato atualizado do FGTS, comprovante de pagamento da GRCUS e lista dos contribuintes, carta de preposto, CTPS devidamente atualizada, 5 vias do TRCT, impressa em verso e anverso (conforme modelo do anexo I da Portaria nº 1.621/2010 MTE, corretamente preenchida); aviso prévio, Atestado Médico Ocupacional (ASO) Demissional e exames complementares, comprovante bancário de pagamento das verbas rescisórias, chave de identificação, extrato para fins rescisórios da conta vinculada do empregado no FGTS, devidamente atualizado ou extrato analítico de FGTS e guias de recolhimento das competências indicadas como não localizadas na conta vinculada, guia de recolhimento rescisório de FGTS e da contribuição Social – GRRF e comprovante de pagamento, comunicado de dispensa – CD e requerimento do seguro desemprego, demonstrativo de remuneração variável com o cálculo das médias constantes no TRCT, relação de salário e contribuição INSS, devendo a EMPRESA cumprir os prazos legais.

Parágrafo Primeiro – AS EMPRESAS comunicarão, por escrito, ao empregado, o dia, hora e local para efetuar a homologação da rescisão. Cumprida essa formalidade, o empregador ficará isento de penalidades previstas na Lei nº 7.855/89. Caso o empregado não compareça no horário determinado, fica o SINDICATO com a incumbência de fornecer declaração comprobatória de sua ausência.

Parágrafo Segundo – O prazo para submeter às rescisões contratuais à homologação, será no máximo de 40 dias contados do final do aviso prévio, sob pena de multa prevista no § 8º do Art. 477 da CLT.

Parágrafo Terceiro – As ressalvas dispostas no termo de homologação não poderão ser genéricas, devendo estar acompanhada da devida justificativa.

Parágrafo Quarto – Excetua-se o dever de homologação perante o sindicato laboral, previsto nesta cláusula, às hipóteses de dispensa por comum acordo (distrato), que deverão observar o disposto no artigo 484-A da CLT.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na Legislação vigente.

Parágrafo Único – O aviso prévio será fornecido por escrito em 03 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será

indenizado.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO JOVEM APRENDIZ

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções abarcadas nos serviços em edificações e ao desenvolvimento saudável do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT), agravada pela ausência de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício das funções em apreço (art.429 da CLT) como é exemplificado pelas funções de técnico em edificações e encarregado geral, e a exigência de formação curricular incompatível com o contrato de aprendizagem, fica convencionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de JOVEM APRENDIZ, em atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, tomando como parâmetro a incidência do percentual de aprendizagem mínimo de 5% (cinco por cento) a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários de suas áreas administrativas, destacando-se que a presente Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalências sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, excluindo-se da base de cálculo as funções de técnico em edificações e encarregado.

Portanto, esta cláusula não se presta a reduzir ou excluir a aplicação da Lei de aprendizagem, mas tão somente faz o enquadramento às normas de regência da aprendizagem com a realidade específica do setor econômico de serviços terceirizáveis.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal, salvo condição mais favorável.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excetuadas as atividades listadas no **caput** por não preencherem esses requisitos.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas envidarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

Parágrafo Quarto – Com o intuito de, efetivamente, dar cumprimento à Lei que trata da cota de aprendizes, fica convencionado que as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, obrigatoriamente, deverão comprovar a contratação do jovem aprendiz, tomando-se por base as funções compatíveis com os requisitos da aprendizagem, incluindo aquelas que não estejam abarcadas por esta convenção coletiva. A comprovação deverá ser feita, trimestralmente, perante o SEAC/DF mediante apresentação dos seguintes documentos: **a)** relação nominal dos aprendizes, contendo data de nascimento, início e término do contrato, ocupação, função e horário de trabalho; **b)** cópia do contrato com a instituição de ensino; e **c)** CAGED.

Parágrafo Quinto – Com Apresentada a documentação exigida no parágrafo quarto, com a regularidade estabelecida, o SEAC/DF deverá fornecer declaração de cumprimento desta cláusula, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de solicitação da declaração.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO

Nos casos de readmissão na mesma empresa, dentro do prazo de 12 (doze) meses, e desde que o empregado tenha trabalhado anteriormente por um período, também não inferior a 12 (doze) meses, para o exercício da mesma função, o profissional não estará sujeito ao contrato de experiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TREINAMENTO / ATUALIZAÇÃO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - REGULAMENTO DAS EMPRESAS

Todos os empregados, independentemente da data de sua admissão, estarão obrigados ao cumprimento irrestrito dos regulamentos internos vigentes ou que vierem a vigor nas empresas, desde que os mesmos lhes sejam entregues por cópia ou sejam afixados em local de fácil visualização e desde que os mesmos não contrariem a presente Convenção e a Consolidação das Leis do Trabalho.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possuam qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 25 (vinte e cinco) dias antes do final do mesmo.

Parágrafo Primeiro – É facultado às empresas sucedidas realocar seus funcionários para outros postos de trabalho, com as mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo e com posto fixo efetivo (não se admite reservas e feristas), garantindo ainda a **estabilidade ao trabalhador por 150 (cento e cinquenta) dias**, dispensando assim a contratação desses empregados pela empresa sucessora que não poderá exigi-los. Em havendo essa faculdade, a Empresa sucedida terá que exercê-la no prazo estabelecido no **caput**.

Parágrafo Segundo – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida

estará obrigada a dispensar os empregados sem justa causa para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior inclusive as gestantes, dirigentes sindicais, membros da CIPA, representantes dos trabalhadores, trabalhador em licença ou estabilidade por acidente de trabalho ou outro benefício previdenciário e/ou estabilidade legal e a ele concederá **estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias**, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período, e sem prejuízo de outras estabilidades já garantidas por Lei.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis nº 7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado. Aplicam-se as mesmas condições em casos de redução contratual ou devolução de funcionário, ambas por exigência do tomador.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

VI) Havendo real impossibilidade de contratação do trabalhador na empresa que está assumindo os serviços, devidamente justificada perante o dois Sindicatos convenientes, o trabalhador será desligado dos serviços com o pagamento de todas as verbas rescisórias devidas, inclusive aviso prévio indenizado, mediante formalização do tomador dos serviços, o trabalhador da empresa sucedida retornará a empresa que adotará as medidas administrativas de realocação ou desligamento, na forma da lei.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO AO ACIDENTADO

Ao empregado acidentado no trabalho, ressalvada a hipótese de justa causa, é garantida estabilidade por 12 (doze) meses, nos termos da Legislação da Previdência.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CÓPIA DA RAIS

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, podendo haver a compensação das 4 (quatro) horas de trabalho aos sábados ou durante a semana, a critério do empregador.

Parágrafo Primeiro - As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Segundo - A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior, desde que com anuência do contratante.

Parágrafo Terceiro - Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento "12x36", é vedada a redução habitual da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO "12X36"

As empresas poderão adotar a Jornada de Revezamento "12x36", 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada de Revezamento é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização em casos de extrema necessidade.

Parágrafo Segundo – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

Parágrafo Terceiro – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Quarto – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

Parágrafo Quinto – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sexto – A remuneração mensal pactuada para a jornada "12x36" horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sétimo – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias fica garantido um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber: **a)** cartão de ponto manual; **b)** folha de frequência; **c)** biometria; **d)** controle de ponto por cartão magnético; **e)** sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei.

Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada ora ajustado atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, dispensando-se a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos seguintes termos:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EMPREGADO ESTUDANTE - EXAMES.

Será permitida a compensação quando o empregado estudante for submetido a provas periódicas em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos pelo MEC, desde que a empresa seja comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Primeiro – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da

prova.

Parágrafo Segundo – Caso, justificadamente por escrito e em cumprimento aos ritos protocolares do **caput**, não haja meio de compensar a jornada de trabalho, o empregado estudante terá suas faltas abonadas.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GOZO DE FÉRIAS

As férias serão concedidas integralmente em um único período, na forma da lei vigente.

Parágrafo Primeiro – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

Parágrafo Segundo – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á 2 (dois) dias antes do início das mesmas.

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

Parágrafo Quarto – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

Parágrafo Quinto – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar na segunda-feira, mesmo se o feriado recair em dia de quarta-feira.

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

A duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII, do art. 7º da Constituição Federal poderá ser prorrogada por sessenta dias, desde que haja adesão expressa da empresa ao “**Programa Empresa Cidadã**”, instituído pela Lei nº 11.770, de 09/09/2008 e, também, solicitação por escrito da profissional até ao final do 1º (primeiro) mês após o parto.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação da licença maternidade terá início no dia imediatamente posterior ao término da fruição da licença de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da CF.

Parágrafo Segundo – O profissional que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, fará jus à prorrogação no **caput**, desde que a requeira no prazo de 30 (trinta) dias após a respectiva adoção ou sentença judicial.

Parágrafo Terceiro – A concessão dessa ampliação fica condicionada à plena vigência do incentivo fiscal, em favor do empregador, de que tratam os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

Parágrafo Quarto – As profissionais que na data da assinatura desta convenção estejam em gozo de licença maternidade, terão até 30 (trinta) dias contados a partir desta data para manifestar a opção referida no **caput**.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LOCAL PARA REFEIÇÕES E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de conseguir, junto aos tomadores do serviço, locais apropriados para as refeições de seus empregados e armários individuais para guarda de seus pertences.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas se obrigam a adotar todas as medidas para eliminação da insalubridade e da periculosidade, fornecendo, de forma gratuita, os equipamentos de proteção individual cabíveis, tais como: óculos, luvas, roupas especiais e etc., levando-se em conta a natureza do respectivo trabalho.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - UNIFORME

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos, adequados à numeração previamente informada, a cada 6 (seis) meses.

Parágrafo Primeiro – Após a efetiva entrega dos uniformes, por meio de recibo próprio, os ajustes ficarão a cargo do empregado(a).

Parágrafo Segundo – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso doméstico.

Parágrafo Terceiro – O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão para o STIG/DF, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição do sindicato Profissional, locais apropriados e de fácil visualização para a fixação de quadro de avisos e notícias de interesses dos trabalhadores, medindo no mínimo, meio metro quadrado, desde que, ao empregador seja facultado definir o local, bem como que as divulgações não contrariem os princípios e as finalidades das empresas, ficando ajustado, ainda que, toda e qualquer divulgação deverá ser autorizada pelo proprietário ou seu preposto na empresa, ficando vedada toda e qualquer propaganda de caráter político – partidário.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 05 (cinco) dirigentes sindicais regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Distrito Federal – SINTEC/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL MENSAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados associados e mediante anuência expressa do trabalhador, por escrito, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINTEC/DF no percentual de 1,5% (hum vírgula cinco por cento) do salário nominal recebido.

Parágrafo Primeiro – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINTEC/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo – O repasse do desconto para o SINTEC/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 03 (três) dias úteis após o desconto.

Parágrafo Terceiro – O SINTEC/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto – Em caso de atraso no depósito da mensalidade Sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINTEC/DF.

Parágrafo Quinto – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINTEC/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado, comprovado por meio do CAGED referente ao mês de junho de 2019, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de agosto de 2019, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na secretaria da sede do SEAC/DF, até o dia 30 de julho de 2019. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). O pagamento deverá ser efetuado através de emissão de boleto bancário emitido pelo site do SEAC/DF (www.seac-df.com.br).

Parágrafo Primeiro – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo Terceiro – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. (<http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/>)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante anuência expressa do trabalhador, o valor equivalente a 2% (dois por cento) do salário nominal do mês de junho de 2019. O referido desconto deverá ocorrer no mês subsequente a assinatura desta CCT, a título de Taxa Assistencial, conforme aprovação expressa em assembleia geral convocada e aprovada para esta finalidade. O referido desconto deverá ser revertido ao Sindicato Laboral até o dia 15 (quinze) do mesmo mês do desconto, fornecendo, ainda, ao Sindicato, relação evidenciando os dados pertinentes ao desconto, ou seja, o nome do empregado e o valor do desconto.

Parágrafo Único – O pagamento ou recolhimento poderá ser feito por contrarrecibo ou mediante depósito na conta corrente bancária do Sindicato, sendo que, nesta última hipótese, o comprovante do depósito valerá como recibo.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal;
- b) Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;

e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes sindicais.

Parágrafo Quarto – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas por escrito aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento, na seguinte progressão:

- a) multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses não tenha incidido nesta penalidade;
- b) multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses tenha reincidido nesta penalidade.

Parágrafo Único – Prevalecem as multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - TERMOS ADITIVOS

É facultado aos Sindicatos convenientes complementar as disposições desta Convenção Coletiva por meio de termo aditivo, devidamente registrado do MTE, com o objetivo de regular e/ou alterar as disposições deste instrumento normativo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com "*severus in iudicando*" que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS
TERCEIRIZAVEIS DO DF

LUZIMAR PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF

ANEXOS

ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de **79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

(ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG)

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
Total		20,43%

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou Sesi	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
Total		36,80%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%
----------	-------------------------------	----------

A	Aviso prévio indenizado ($33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$)	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($8\% \times 1,81\% = 0,14\%$)	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	4,25%
D	Aviso prévio trabalhado ($07 \div 30 \div 12 \times 0,15 \times 100 = 0,29\%$)	0,29%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ($36,80\% \times 0,29\% = 0,11\%$)	0,11%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	0,75%
Total		7,35%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	%
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista ($(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)	0,95%
B	Ausências legais e ausências por doença ($(07 \div 30 \div 12) + (07 \div 30 \div 12) \times 100 = 3,88\%$)	3,88%
C	Licença paternidade ($(5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%$)	0,10%
D	Ausência por acidente de trabalho ($15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%$)	0,42%
E	Afastamento maternidade ($((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%$)	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,49%
Total		14,86%

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	79,44%
-----------------------------------	---------------

Revisão Fellipe R. Andrade.

ANEXO II - ATA DE APROVAÇÃO DOS TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

Anexo VII - SITCMB_DF_ADITIVO_CCT_2020_2021.pdf

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000415/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/08/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR041077/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.109237/2020-47
DATA DO PROTOCOLO: 13/08/2020

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 19964.103200/2019-71
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 06/08/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE BRASILIA, CNPJ n. 00.033.357/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RAIMUNDO SALVADOR DA COSTA BRAZ;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF, CNPJ n. 00.031.716/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília**, com abrangência territorial em **DF**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A partir de 1º de maio de 2020, os empregadores praticarão os seguintes pisos salariais, cujos valores são independentes do percentual estabelecido no caput da cláusula 4ª.

	1º DE MAIO DE 2020	
CATEGORIA	Piso Salarial	R\$/hora
SERVENTE/AJUDANTE	R\$ 1.133,00	5,15
GUARDIÃO DE OBRA	R\$ 1.133,00	5,15
MEIO-OFICIAL	R\$ 1.245,20	5,66
OFICIAL	R\$ 1.738,00	7,90

Parágrafo Único: São considerados categoria de profissional (denominado na tabela acima oficial), as seguintes funções: armador; azulejista; bombeiro hidráulico; carpinteiro; eletricista; estucador; gesso; impermeabilizador; ladrilheiro; lustrador; marceneiro; montador; motorista; operadores de máquinas pesadas; pastilheiro; pedreiro; pintor; poceiro; profissionais (oficiais) de ar condicionado e refrigeração; serralheiro; sinalizador; soldador; sondador; vidraceiro.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2020, os salários da categoria, à exceção daqueles enquadrados nos pisos salariais, serão reajustados em 2,46%, (dois vírgula quarenta e seis por cento) compensando-se eventuais reajustes espontâneos concedidos no período compreendido entre 1º de maio de 2019 e 30 de abril de 2020.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados admitidos no período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, o reajuste pactuado será aplicado observando-se o critério “pró-rata” relativamente ao período entre a data de admissão do empregado e a data base da categoria, respeitado a obediência dos pisos salariais contidos na cláusula 3ª.

Parágrafo Segundo – Exclusivamente para os empregados das empresas que prestam serviços de manutenção (corretiva e preventiva) não se aplica o critério “pro-rata” definido no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - As diferenças decorrentes do reajuste pactuado neste TACCT, deverão ser pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de agosto/2020 ou até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao registro do presente instrumento no Ministério da Economia.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão alimentação aos empregados em uma das formas abaixo especificadas, bem como nas formas estabelecidas nos parágrafos desta cláusula, podendo em qualquer caso **descontar até 9% (nove por cento)** da alimentação fornecida, não incorporando de nenhuma forma o contrato de trabalho nem podendo constituir base de incidência para qualquer encargo trabalhista e previdenciário, conforme §2º, do Art. 457 da CLT, a saber:

- a) ticket-alimentação/refeição ou vale-alimentação/refeição no valor R\$ 16,95 (dezesesseis reais e noventa e cinco centavos) por dia trabalhado; ou
- b) cantina da obra, com suco de frutas; ou
- c) o ticket-alimentação/refeição poderá ser substituído, a critério da empresa, por uma cesta básica mensal, desde que o valor total dos produtos alimentícios fornecidos não seja inferior ao valor correspondente aos tickets-alimentação/refeição devidos no mês.

Parágrafo Primeiro – Recomenda-se aos empregadores a adesão ao Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT propondo-se os Sindicatos convenientes a promoverem a divulgação das normas, procedimentos e benefícios da adesão.

Parágrafo Segundo – Os empregadores fornecerão outra alimentação ao empregado, que trabalhar em sobrejornada diária igual ou superior a 02 (duas) horas, conforme item “b” do caput desta cláusula, sem incorporação ao contrato de trabalho não podendo ser usado como base de incidência para qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo Terceiro - Os empregadores fornecerão outra alimentação consistente em um lanche composto 02 (dois) pães franceses de 50g cada com manteiga ou margarina e café com leite ao empregado que trabalhar em sobrejornada diária inferior a 02 (duas) horas, sem incorporação ao contrato de trabalho não podendo ser usado como base de incidência para qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo Quarto - Recomenda-se ao empregador que já estiver praticando desconto inferior ao máximo estipulado, que mantenha sua política de subsídio nos locais onde, atualmente, haja fornecimento de refeição.

Parágrafo Quinto - As empresas deverão acompanhar a qualidade da alimentação fornecida aos seus empregados, observando os parâmetros nutricionais fixados na Portaria Interministerial nº 66, de 28/08/2006.



CLÁUSULA SEXTA - FORNECIMENTO DE CAFÉ-DA-MANHÃ

Os empregadores fornecerão a todos os seus empregados gratuitamente café da manhã composto de: 02 (dois) pães franceses de 50g cada com manteiga ou margarina e café com leite, antes do início da jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro - Nos canteiros de obra com efetivo igual ou inferior a 50 (cinquenta) empregados e para todo o setor administrativo, fica facultado ao empregador o não fornecimento do próprio café da manhã, podendo ser fornecido o ticket-refeição/alimentação ou vale-refeição/alimentação no valor unitário de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos) por dia trabalhado.

Parágrafo Segundo – No caso de o empregado ser transferido de canteiro de obra e, nessa hipótese, não receber o café da manhã *in natura*, deve o empregador fornecer o ticket-refeição/alimentação ou vale-refeição/alimentação ao empregado no valor unitário de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos) por dia trabalhado sem o recebimento do café da manhã.

Parágrafo Terceiro – A alimentação fornecida nos moldes previstos nesta Cláusula não se incorpora ao contrato de trabalho nem constituem base de incidência de nenhum encargo trabalhista e previdenciário, conforme §2º, do Art. 457 da CLT.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO

As empresas farão sem ônus, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

I – R\$ 17.898,00 (dezessete mil oitocentos e noventa e oito reais) em caso de morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido;

II – R\$ 17.898,00 (dezessete mil oitocentos e noventa e oito reais) em caso de invalidez permanente (total ou parcial) do empregado(a), causada por acidente, independentemente do local do ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as sequelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente da invalidez deixada pelo acidente;

III - R\$ 17.898,00 (dezessete mil oitocentos e noventa e oito reais) em caso de invalidez permanente total, adquirida no exercício profissional, será pago ao empregado 100% (cem por cento) do capital básico segurado para a cobertura de MORTE, limitado ao capital segurado mínimo exigido pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, mediante declaração médica, em modelo próprio fornecido pela seguradora, assinada pelo médico ou junta médica, responsável pelo laudo, caracterizando a incapacidade decorrente da doença profissional, obedecendo ao seguinte critério de pagamento estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho em vigor;

IV - R\$ 8.949,00 (oito mil novecentos e quarenta e nove reais) em caso de morte do cônjuge do empregado(a) por qualquer causa;

V - R\$ 4.475,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais) em caso de morte por qualquer causa de cada filho de até 21 (vinte e um) anos, limitado a 04 (quatro);

VI - R\$ 4.475,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais) em favor do empregado quando ocorrer o nascimento de filho(a) portador de Invalidez causada por Doença Congênita, o(a) qual não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

VII – Ocorrendo a morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 50 kg de alimentos;

VIII – Ocorrendo a morte do empregado(a) por acidente no exercício de sua profissão, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do

mesmo, no valor de até R\$ 4.973,00 (quatro mil novecentos e setenta e três reais);

IX – Ocorrendo a morte do empregado(a) por qualquer causa, a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista devidamente comprovado;

X - Ocorrendo o nascimento de filho(s) da funcionária (cobre somente titular do sexo feminino) a mesma receberá, a título de doação, DUAS CESTAS-NATALIDADE, caracterizadas como um KIT MÃE e um KIT BEBÊ, com conteúdos específicos para atender as primeiras necessidades básicas da beneficiária e seu bebê, desde que o comunicado seja formalizado pela empresa até 30 dias após o parto da funcionária contemplada.

KIT MÃE

Quantidade	Produto
1	Açúcar Cristal de 5kg
1	Arroz Agulhinha 5kg
1	Aveia Flocos 250gr
1	Biscoito Cream Cracker 200gr
2	Pacotes de Café 250gr cada
1	Canjiquinha 500gr
2	Pacotes de leite em pó 200gr cada
1	Extrato de Tomate 350gr
1	Farinha de Mandioca crua 1kg
1	Farinha de Trigo 1kg
2	Feijão Carioca 1kg cada
1	Fubá 1kg
2	Macarrão Espaguete 500gr cada
1	Macarrão Penne 500gr
1	Mucilon Arroz 400gr
2	Óleo de Soja 900ml cada
1	Pacote de Sal 1kg
2	Latas de Sardinha 130gr cada
2	Semente Linhaça 250gr cada

KIT BEBÊ

Quantidade	Produto
1	Álcool Absolut 50ml
1	Algodão em bolas 95gr
1	Chupeta de 0-6 meses
1	Cotonete com 75 unid
4	Pacotes de Fraldas Descartáveis
1	Gaze Esterilizada pacote com 10 unid
1	Lenço Umedecido com 70 unid
1	Mamadeira 240ml
1	Óleo Mineral Natural 100ml
1	Sabonete para bebê 75gr
1	Shampoo para bebê 200ml

Parágrafo Primeiro - As empresas que não cumprirem a presente cláusula e seus parágrafos serão responsabilizadas pelo pagamento das coberturas mínimas citadas.

Parágrafo Segundo - Fica entendido que o empregado fará jus à cobertura PAED, somente no caso em que o próprio segurado seja considerado INVÁLIDO DE FORMA DEFINITIVA E PERMANENTE POR

DOENÇA PROFISSIONAL, cuja doença seja caracterizada com DOENÇA PROFISSIONAL que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação e desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da doença profissional caracterizada seja posterior à data de sua inclusão no seguro, e desde que tenha vínculo contratual com a empresa contratante, devidamente comprovada por relação ou proposta de adesão.

Parágrafo Terceiro - Desde que devidamente comprovada e antecipada a indenização de invalidez de doença profissional, o segurado será excluído do seguro, em caráter definitivo, não cabendo o direito de nenhuma outra indenização futura ao mesmo segurado, mesmo que este segurado venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra atividade neste ou outra empresa no País ou Exterior.

Parágrafo Quarto - Caso não seja comprovada e/ou caracterizada a Invalidez adquirida no exercício profissional, o segurado continuará com as mesmas condições contratuais.

Parágrafo Quinto: Caso o Empregado já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAED ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo Empregado sujeito às condições desta cláusula, sem direito a qualquer indenização.

Parágrafo Sexto - O Benefício de que trata esta cláusula somente poderá ser contratado em apólice de Seguro de Vida em Grupo que não contemple a cobertura de IPD - Invalidez Permanente Total por Doença.

Parágrafo Sétimo - As indenizações independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora.

Parágrafo Oitavo - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do INPC do IBGE.

Parágrafo Nono - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do "caput" desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus empregados outros valores, critérios e condições do seguro, bem como a existência ou não de subsídios por parte da empresa e a efetivação ou não de desconto no salário do empregado(a), o qual deverá, se for o caso, incidir apenas na parcela que exceder ao limite acima.

Parágrafo Décimo - Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive os empregados(as) em regime de trabalho temporário, e estagiários(as), com contrato ou termo de compromisso, devidamente assinados.

Parágrafo Décimo Primeiro - As coberturas e as indenizações por morte e/ou invalidez, previstas nos incisos I e II, do caput desta cláusula não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

Parágrafo Décimo Segundo - As empresas e/ou empregadores não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo.

Parágrafo Décimo Terceiro - A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

Parágrafo Décimo Quarto - Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive as empreiteiras e subempreiteiras, hipótese em que a empresa contratante será responsável subsidiariamente pelo cumprimento desta obrigação.

Parágrafo Décimo Quinto - Sem qualquer prejuízo para a empresa na decisão da escolha da seguradora, a qual deverá garantir todas as exigências mínimas desta norma coletiva recomendamos a adesão à apólice nacional CBIC/Pasi.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/TAXA DE CONVENÇÃO LABORAL

Com base na decisão soberana, livre e democrática da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Laboral, realizada em 08/03/2020, com publicação de edital no Jornal de Brasília, caderno de classificados&editais, pág. 19, no Jornal O Popular, caderno de classificados, pág. 5 e no Diário Oficial da União – DOU, seção 3, nº 42, pág. 170, ambos na edição do dia 03 de março de 2020, extensiva a toda categoria dos trabalhadores da base de representação do Sindicato Laboral, os empregadores descontarão dos empregados beneficiados por esta convenção, associados ou não, em folha de pagamento, a importância equivalente a 6% (seis por cento) do salário base do empregado no mês de outubro de 2020, ou no primeiro mês subsequente, quando se tratar de empregado admitido após o mês de outubro de 2020, o qual não comprove já ter contribuído, limitando o desconto máximo ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a título de Contribuição Assistencial/Taxa de Convenção 2020, em favor do Sindicato Laboral, para fazer face às despesas da negociação coletiva, bem como ao custeio administrativo, assistencial e jurídico da atuação em favor de toda a categoria, desde que prévia e expressamente autorizado pelo empregado.

Parágrafo Primeiro – Os empregadores efetuarão os recolhimentos dos valores descontados dos empregados até o 10º (décimo) dia subsequente ao desconto, sendo que o não recolhimento no prazo fixado terá a incidência de multa de 5% (cinco por cento) e juros legais.

Parágrafo Segundo – O recolhimento da Contribuição Assistencial/Taxa de Convenção/2020 poderá ser realizado através de boleto bancário a ser emitido no endereço eletrônico do STICOMBE: www.sticombe.org.br, ou através de depósito/transferência bancária na conta da Entidade: Caixa Econômica Federal (Agência 0002, Operação 003, Conta 1385-0), CNPJ nº 00.033.357/0001-76, para maiores informações envie e-mail para arrecadacao@sticombe.org.br ou ligue no telefone 61 3347-9446.

Parágrafo Terceiro – A autorização prévia e expressa do empregado, para que se proceda ao desconto previsto no caput, se dará mediante sua anuência ou não no formulário (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO) fornecido pelo STICOMBE, ou retirado no seu endereço eletrônico www.sticombe.org.br. O formulário deverá ser entregue pelo empregador ao empregado e respondido até o dia 16 de outubro de 2020.

Parágrafo Quarto - Os empregadores remeterão ao Sindicato Laboral até o último dia útil do mês de novembro de 2020, cópia do comprovante de pagamento da Contribuição Assistencial/Taxa de Convenção/2020, acompanhada de relação nominal dos empregados que anuíram com o desconto, contendo nome, salário base, data de admissão e valor do desconto ou cópia da folha de pagamento.

Parágrafo Quinto – Os empregadores, quando formalmente solicitado, fornecerão ao Sindicato Laboral cópia da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Parágrafo Sexto - O aprendiz e o menor de 18 (dezoito) anos estão isentos dos descontos a que se refere esta cláusula.

Parágrafo Sétimo - Do total arrecadado com a Contribuição Assistencial/Taxa de Convenção/2020, o Sindicato Laboral, repassará 5% (cinco por cento) ao Serviço Social do Distrito Federal – SECONCI-DF, até o dia 31/12/2020

Parágrafo Oitavo – Fica vedado as partes convenientes e aos empregadores, sob pena de configurar prática antissindical, a realização de quaisquer manifestações, atos, campanhas ou condutas similares no sentido de incentivar, instigar ou constranger os trabalhadores, não filiados ao Sindicato, a se oporem ao desconto da contribuição.

CLÁUSULA NONA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL

Os empregadores descontarão, na folha de pagamento mensal, dos empregados sindicalizados/associados, desde que receba por escrito a prévia e expressa autorização de cada empregado associado, a mensalidade associativa devida ao Sindicato Laboral, no percentual de 1% (um por cento) do salário base recebido, com o envio mensal da relação dos empregados sindicalizados/associados para as empresas a fim de que seja efetuado o desconto da mensalidade.

Parágrafo Primeiro - Os valores descontados dos empregados sindicalizados/associados, através de boleto enviado às empresas até o dia 20 de cada mês, serão repassados ao Sindicato Laboral até dia 15 (quinze) após o desconto, sendo que o repasse feito após este prazo terá incidência de correção monetária,

multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde que seja a empresa previamente notificada por escrito e não seja apresentada justificativa para o ocorrido.

Parágrafo Segundo - Em caso de recebimento pela empresa do boleto previsto no parágrafo primeiro após o fechamento da sua folha de pagamento, o desconto da mensalidade sindical laboral será feito na folha de pagamento do mês subsequente sem a incidência de multa, juros e correção.

Parágrafo Terceiro - A falta de recolhimento injustificado será passível de cobrança judicial, sendo considerado o desconto do empregado sem o recolhimento ao sindicato, do respectivo valor, caracterizado como apropriação indébita.

Parágrafo Quarto - O Sindicato Laboral isenta as empresas de responsabilidade sobre o desconto da mensalidade sindical laboral, seja em ação judicial ou administrativa, movida ou provocada, pelo empregado, em que se discuta o disposto na presente cláusula, devendo em qualquer caso o Sindicato laboral, responder as demandas, integrando e assumindo como parte as ações movidas contra as empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL 2020

Considerando o disposto no art. 611-A da CLT, que prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Convenção Coletiva, ressalvadas as vedações previstas no Art. 611-B da CLT;

Considerando que o Art. 611-B da CLT não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim, por deliberação da Assembleia Geral, realizada no dia seis de agosto de 2019, convocada por edital publicado no Jornal de Brasília, edição do dia 31/07/2019, de acordo com o disposto no Art. 8º, III e IV da Constituição Federal, todas as empresas representadas pelo Sindicato Patronal Conveniente, que exercem no Distrito Federal atividades da categoria econômica da Indústria da Construção Civil, CNAE's (Código Nacional de Atividade Econômica): Seção F – 41.2 - todos, 42.1 - todos, 42.2 - todos, 42.9 - todos, 43.1 - todos, 43.2 - todos, 43.3 - todos, 43.9 – todos e Seção M – 71; 711; 7111-1/00; 7112-0; 7112-0/00; 7120-1/00; 7210-0/00, recolherão a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL em favor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF, mediante boleto bancário encaminhado pela entidade com vencimento no dia 30 de abril de 2020, para fazer face aos recursos necessários para a assinatura da Convenção Coletiva 2019/2021, e para assistência a todos e não somente aos associados, a parcela única correspondente ao valor de 1/30 (um, trinta avos) da folha de pagamento auferida no mês de março de 2020, ou no valor mínimo de R\$ 1.450,45 (hum mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos), o que for maior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

Os empregadores que não cumprirem o disposto no art. 545 da CLT e nas Cláusulas 8ª e 9ª, do presente TACCT, de descontar contribuições do salário do empregado devidas ao Sindicato laboral, desde que autorizado, serão responsáveis pelos valores devidos, na forma estabelecida na presente convenção, sem ônus para os empregados.

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Por meio deste Termo Aditivo 2020/2021 à CCT 2019/2021, ficam modificadas as redações das cláusulas 3ª, 4ª, 13ª, 14ª, 16ª, 62ª, 63ª e 64ª, que passam a vigorar com a redação ora discriminadas incluindo seus parágrafos, ficando ratificadas, convalidadas e em vigor as demais cláusulas e parágrafos da CCT 2019/2021.

Por estarem justos e convindos, firmam o presente Termo em conformidade com o artigo 614 da CLT.

RAIMUNDO SALVADOR DA COSTA BRAZ
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE BRASILIA

DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS
PRESIDENTE
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

ANEXOS

ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.